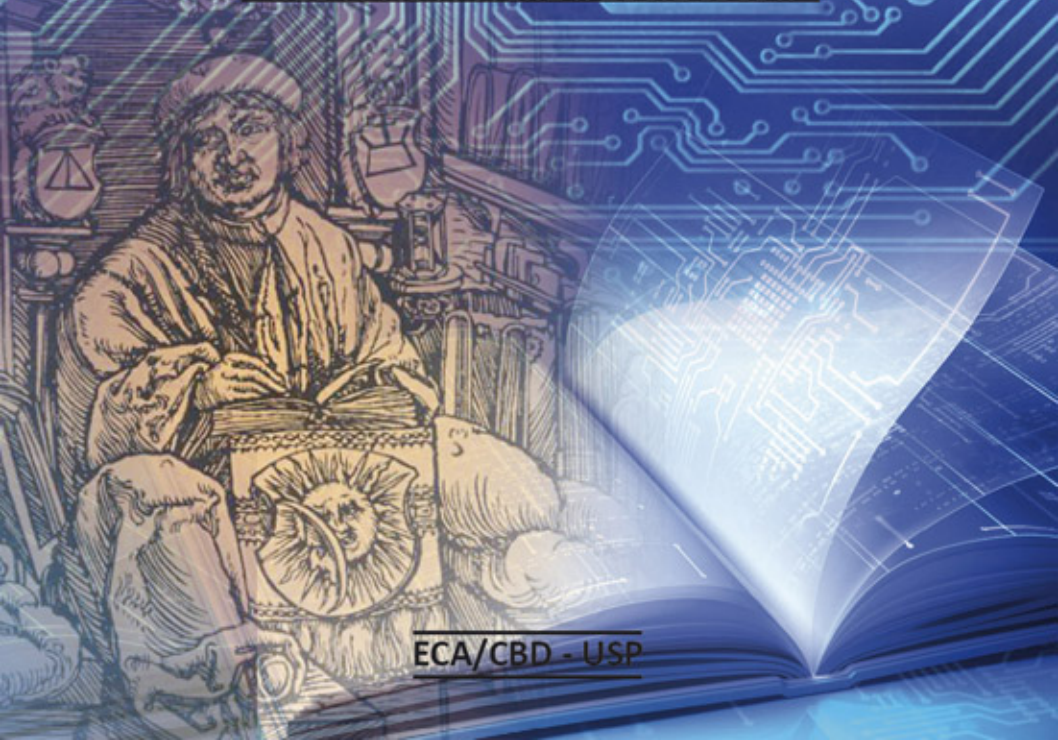


JOSÉ FERNANDO MODESTO DA SILVA
FRANCISCO CARLOS PALETTA

TÓPICOS PARA O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA

VOLUME 1

ISBN – 978-85-7205-142-2



ECA/CBD - USP

Tópicos Para o Ensino de Biblioteconomia

Volume 1

José Fernando Modesto da Silva
e Francisco Carlos Paletta

Tópicos Para o Ensino de Biblioteconomia

Volume 1

São Paulo
ECA/CBD - USP
2016

Copyright © 2016 por José Fernando Modesto da Silva e Francisco Carlos Paletta
Tópicos Para o Ensino de Biblioteconomia

José Fernando Modesto da Silva e Francisco Carlos Paletta

1ª Edição

1ª tiragem – fevereiro de 2016

ISBN – 978-85-7205-142-2

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

T674s Silva, José Fernando Modesto da ; Paletta, Francisco Carlos

Tópicos para o ensino de biblioteconomia: volume I / José Fernando Modesto da Silva, Francisco Carlos Paletta (Organizadores) . São Paulo: ECA-USP, 2016. 190 p..

ISBN 978-85-7205-142-2

CDD 21.ed. – 020.7

Índice para catálogo sistemático

1. Biblioteconomia – Estudo e ensino I. Silva, José Fernando Modesto da
II. Paletta, Francisco Carlos



BY



NC



ND

Atribuição-SemDerivações-SemDerivados
CC BY-NC-ND

Sumário

Sumário	5
Apresentação	7
Prefácio.....	9

Tópicos de Ação Cultural

Reflexões acerca da disciplina teorias da ação cultural.....	11
Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira	
Canção popular versus autoritarismo.....	22
(Os militares no poder)	
Waldenyr Caldas	

Tópicos de ADM, Geração e Uso da Informação

Informação, educação e conhecimento: pressupostos e perspectivas da disciplina	41
Ivete Pieruccini	

Tópicos de Administração, Geração e Uso da Informação

Estudos de Usuários da Informação

Acesso, apropriação e uso da informação na sociedade em rede.....	56
Desafios na Formação do Profissional da Informação	
Francisco Carlos Paletta	

Tópicos de Análise Documentária

Indexação: teoria e métodos.....	73
Giovana Deliberali Maimone	
Nair Yumiko Kobashi	
Denysson Mota	
A documentação audiovisual.....	86
Vânia Mara Alves Lima	

Tópicos de Fundamentos e Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários	100
Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos	
Charlley dos Santos Luz	
Francisco Lopes Aguiar	
Fichamento como método de documentação e estudo	121
Marivalde Moacir Francelin	
Tópicos para a iniciação à pesquisa científica na Ciência da Informação.....	140
Marivalde Moacir Francelin	

Tópicos de Recursos Informacionais: Descritiva e Informática

Representação Descritiva

A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução	151
José Fernando Modesto da Silva	

Documentação e Informática

O paradigma físico da informação, segundo James Gleick.....	166
Marcos Luiz Muheroni	

Sobre os Autores	177
-------------------------------	------------

Apresentação

Este livro pretende-se uma contribuição para a área da biblioteconomia, por meio do caminho do ensino e da formação profissional de bibliotecários. É fruto da colaboração de professores e pós-graduandos do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, que aceitaram participar de iniciativa de compartilhar conteúdos ministrados em disciplinas do curso de graduação.

É sabido, que a velocidade das mudanças tecnológicas influi nas mudanças sociais e econômicas, e requerem constante adaptação dos bibliotecários no desempenho de suas atividades em um mercado de trabalho que requer bom preparo formativo dos profissionais.

Assim, a formação do bibliotecário precisa ser percebida como uma maneira que permita adentrar a área profissional com segurança, bem como, dotado da consciência em buscar seu próprio desenvolvimento profissional apoiada nas competências transmitidas durante o curso de graduação.

Os conteúdos apresentados estão divididos em linhas disciplinares adotadas pelo curso de biblioteconomia até 2015, e cobrem diversos tópicos inerentes a formação e a prática profissional.

Por seu lado, os textos não esgotam os temas tratados. Aliás, a intenção dos organizadores é propor uma obra aberta e contínua, que deve incluir tópicos atualizados e inerentes aos cursos de biblioteconomia.

As seleções dos tópicos relacionados neste livro ficaram a critério dos seus autores que detêm ampla liberdade de escolha e de enfoque sobre o que consideram de interesse no instante da concepção do livro.

Os organizadores.

Prefácio

Cualquier definición sobre las funciones básicas de la universidad considera de manera inseparable su dedicación a la enseñanza y a la investigación. Esta para crear el conocimiento, aquella para diseminarlo. Por lo que resulta natural que el profesorado universitario intente de continuo integrar ambas actividades. En un ejercicio de responsabilidad académica los coordinadores y autores de este libro han querido contribuir a poner al día los contenidos de los programas de las asignaturas que imparten. Y resolvieron hacerlo aportando los resultados alcanzados en sus actividades de investigación. Su actitud refleja la lógica de que cualquier esfuerzo para mejorar la enseñanza no puede ser ajeno al apoyo y enriquecimiento mutuo con la investigación.

Sin duda la cuestión más importante para un profesor universitario está en saber qué capacidades quiere que desarrollen sus estudiantes. Pues su respuesta va a influir mucho en la naturaleza de la comunicación que tenga con ellos e incluso con los profesionales que practican lo que él enseña. Más en concreto, cuando se trata de estudiantes de grado, existe una conexión evidente entre la voluntad de transmitir conocimientos y habilidades y, como en este caso, la oferta de revisión que hace un profesor del contexto investigador en que se sitúa su enseñanza, pues beneficia directamente a sus estudiantes al utilizar para la acción el conocimiento disponible. Si además consideramos que el conocimiento progresa principalmente por la capacidad de contextualizar y generalizar hemos de ver las distintas aportaciones de esta obra como puntos de partida, como referencias desde las cuales se puede avanzar en la adquisición de competencias cognitivas y aplicativas para las siguientes fases del largo itinerario en la universidad y en la profesión.

Como era de esperar, en los diferentes capítulos de esta monografía aparecen desarrollados algunos de los contenidos de las asignaturas que componen el plan de estudio de los cursos de Biblioteconomía. Pero su auténtica ventaja e interés se origina en que las necesidades formativas han sido atendidas por los autores no como intermediadores si no como creadores de los contenidos que se imparten en esos cursos. Alcanzaban así a aclarar de forma explícita los lazos nodulares de los contenidos impartidos en las diferentes asignaturas. Favorecen así un aprendizaje interpretativo y ayudan a captar la realidad al uso en las prácticas profesionales. Su compromiso tendrá, sin duda, proyección no sólo en la interpretación por parte de los estudiantes de las competencias que van adquiriendo y de la situación alcanzada en su desarrollo académico, si no en una manera de ver la realidad y en una filosofía de la vida.

José A. Moreiro-González

Departamento de Biblioteconomía y Documentación
Universidad Carlos III de Madrid

Tópicos de Ação Cultural

REFLEXÕES ACERCA DA DISCIPLINA TEORIAS DA AÇÃO CULTURAL

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

A área de Ação Cultural é parte integrante do curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP desde os anos de 1970. Se naquele momento a percepção de que a cultura era eixo fundamental para a formação de profissionais aptos a atuar de maneira crítica em um amplo leque de ocupações, no contexto atual, marcado pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e pelo complexo processo de globalização¹, a resposta aos novos desafios e a ampliação dos espaços de atuação dos profissionais da informação, consolidaram a percepção de que informação e cultura são eixos inextricáveis.

Nesta perspectiva, a disciplina Teorias da Ação Cultural, objetiva a compreensão dos vetores apropriados de reflexão, no contexto contemporâneo, a partir da ótica da cultura, sublinhando novamente sua inseparabilidade da informação e da comunicação (a produção de sentido sendo considerada parte substancial da informação, determina que sua compreensão se dê em relação à cultura e à comunicação). Mais do que isso, tal reflexão objetiva a atuação dos profissionais da informação em diferentes contextos visando o desenvolvimento humano, desafio fundamental para a consolidação democrática, na vertente do pensamento de Amartya Sen, cuja visão de desenvolvimento rompe as fronteiras da economia ao conceituá-lo como a expansão das liberdades reais

de que as pessoas desfrutam para escolher o tipo de vida que desejam levar, reconhecendo assim a centralidade da cultura para sua consubstanciação. A cultura é a esfera que dá sentido à sociedade, e na qual ela se produz e reproduz simbolicamente (uma definição proposta por Raymond Williams para a cultura, termo polissêmico, é a de que são processos sociais de significação).

A disciplina pretende levar os alunos a pensar criticamente a questão da cultura, a entender qual o papel da cultura e da informação na sociedade atual e a importância das políticas culturais no contexto contemporâneo. A perspectiva adotada é a de que a reflexão seja feita em contexto, a fim de que os alunos compreendam os conceitos dentro da dinâmica atual, na relação entre teoria e práticas concretas. A visita a dispositivos culturais é parte fundamental da disciplina, bem como a experiência em um circuito cultural da cidade. A disciplina visa proporcionar o estudo dos sistemas de produção cultural em geral e na sociedade brasileira em particular, o que na atualidade é inseparável das novas tecnologias de informação e comunicação; a compreensão do papel do Estado e da atuação da sociedade civil diante da cultura e o entendimento dessa relação no contexto atual; a compreensão dos conceitos e modalidades da ação cultural compatíveis com a realidade brasileira, dentro do contexto global.

Os temas das aulas abarcam tópicos importantes do debate contemporâneo no campo da cultura e da informação, fundamentais para a formação de profissionais que atuem a partir da compreensão da complexidade do mundo em que vivemos. De maneira específica:

- sociedade e cultura em tempos globais;
- identidades culturais e diversidade cultural;
- direitos culturais;
- políticas culturais no Brasil;

- política cultural comparada, buscando compreender experiências de outros países;
- financiamento da cultura, com ênfase nos mecanismos de isenção fiscal;
- sistema de produção cultural e suas mutações com as novas tecnologias, assim como a discussão sobre propriedade intelectual e as licenças de copyright e copyleft;
- consumo cultural, práticas culturais e públicos da cultura, outro tópico em mutação com as novas formas de produção, circulação e apropriação da informação e da cultura;
- biblioteca sob a perspectiva da política cultural;
- biblioteca, centros de cultura e ação cultural;
- cultura e cidade.

O contexto contemporâneo pode ser estudado a partir de diferentes abordagens. No caso da disciplina, nossa abordagem centra-se nas dimensões culturais do processo de globalização, sobretudo a partir da ideia de que a intensificação das interdependências geradas nesse processo – segmentado e desigual – exige, de maneira crescente, a disposição de conviver com a diferença, o que determina o desenvolvimento de competências interculturais, sem o que o aumento dos conflitos advindos desses contatos, muitas vezes insuperáveis, torna difícil a convivência cotidiana². O que temos visto é como suportamos mal tanta proximidade. Paradoxalmente, a ativação da ação local vem como resposta à percepção da dimensão global da existência, determinando que as reflexões se façam a partir do binômio local-global.

Um autor referencial para a disciplina é o antropólogo e filósofo Néstor García Canclini. Em seu livro *A globalização imaginada* ele destaca como muitas das perguntas que inauguram o século XXI referem-se à melhoria na convivência com os outros, e se é possível não apenas admitir as diferenças, mas valorizá-las sem cair em discriminações, perguntas

chave para o momento em que vivemos e fundamental para as discussões propostas na disciplina, sobretudo para refletir sobre qual a ação cultural possível para tal contexto.

Os mapas culturais que até o século XX ancoravam-se fortemente no estado nacional, marcando as relações que cada indivíduo estabelecia com os demais, transformaram-se, não correspondendo mais às fronteiras geográficas, trazendo novas dinâmicas às identidades culturais. Toda identidade é uma construção simbólica que se faz em relação a um referente (étnico, nacional, de gênero etc.), e a multiplicação de referentes tem trazido nova dinâmica às identidades culturais, não mais ancoradas à noção de território ou ao que Amartya Sen denomina identidades proprietárias, a saber, Estado, gênero, etnia, cultura; as identidades são crescentemente dinâmicas e subjetivas³. A identidade cultural, segundo Stuart Hall, é hoje uma celebração móvel em decorrência da multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural: vivemos uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis e passíveis de identificação. Em ritmo acelerado as culturas se deslocam, se intercambiam, transformam-se, e o aparecimento das “margens no centro” – ou seja – o aumento da presença de indivíduos considerados periféricos nos espaços centrais (de uma cidade, de uma nação, mesmo no espaço virtual), evidenciam a relatividade das certezas de pertencimento, ancoradas em espaços territoriais, como afirmam autores como Marc Augès e Arjun Appadurai, também discutidos na disciplina.

A globalização é, portanto, o contexto amplo a partir do qual a disciplina vai se desdobrando. Compreendida como uma nova configuração histórico-social, na vertente do pensamento do sociólogo Octavio Ianni, a globalização marca uma nova percepção global da existência em que não apenas as sociedades nacionais, mas todos os indivíduos são atingidos em seus modos de vida, em suas relações, e a assi-

metria dos fluxos torna-se evidente. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação acelera as transformações (têm papel facilitador e não determinante).

Passamos de um mundo multicultural, no qual etnias ou grupos se justapunham, a um mundo intercultural globalizado, em que as relações e os intercâmbios, as confrontações e os entrelaçamentos são a tônica, segundo expõe García Canclini. Em tal contexto, a gestão da diversidade cultural passa a ser um dos nossos grandes desafios. O reconhecimento e a convivência com etnicidades, religiões, línguas, gêneros e valores diversos é característica incontornável da paisagem do século XXI.

A diversidade cultural foi catapultada a questão chave na atualidade, constituindo-se como reação ao processo de globalização. Várias concepções de mundo disputam espaço, assimetricamente. A diversidade cultural emergiu como eixo determinante da política internacional, da política nacional e do desenvolvimento, como mostram as declarações, convenções e tratados nacionais e internacionais sobre o tema. O que está em pauta é como garantir e proteger a diversidade cultural entendida atualmente como patrimônio da humanidade e sob risco de homogeneização no processo de globalização. Se a diversidade cultural era vista anteriormente como entrave ao desenvolvimento, sendo as diferenças reconhecidas como fruto de diferentes estágios civilizatórios, o que exigia a mediação dos países considerados desenvolvidos para que os países não desenvolvidos entrassem no trilho do desenvolvimento – o que justificou guerras, genocídios e anexações –, hoje a diversidade cultural é considerada recurso para ele. Nesta discussão dois pontos devem ser salientados, o que é feito recorrentemente ao longo da disciplina. O primeiro, que a cultura é dinâmica, processual, e não um conjunto cristalizado de valores e práticas, perspectiva fundamental para compreender e atuar no campo da cultura e da informação.

O que deve ser sustentado, portanto, não é um dado estado da diversidade – como Claude Lévi-Strauss defendeu em relatório à Unesco, que deu origem à sua obra *Raça e História* – o que significa que a proteção da diversidade cultural não visa a manutenção do *status quo*, mas às condições que garantam a continuidade de seu desenvolvimento, a preservação e a ampliação das condições que a viabilizam. O segundo ponto salientado é que o discurso da diversidade cultural não pode ocultar as desigualdades, o que significa que a gestão da diversidade cultural deve ter como meta o incremento crescente desta diversidade simultaneamente à diminuição das desigualdades. Como definir políticas, programas e ações nesta perspectiva é discussão de máxima importância.

Ressalte-se novamente o necessário desenvolvimento de competências interculturais, no sentido de não congelar os indivíduos em suas diferenças, mas estimular trocas, intercâmbios, germinações coletivas, o que é recorrentemente discutido ao longo da disciplina. A ação cultural deve estar fortemente ancorada nessa discussão.

Dois outros tópicos da disciplina abrem-se a partir da discussão acima – Direitos Culturais e Liberdade Cultural – que abordaremos a seguir.

No que se refere aos Direitos Culturais, a abordagem proposta pela disciplina desdobra-se a partir da discussão sobre a diversidade cultural como decorrência do processo de globalização, especificamente na discussão dos limites da defesa dessa diversidade e da liberdade cultural em contraposição aos direitos humanos. Os direitos culturais ganham força na medida em que o respeito a eles permite a criação de ambientes favoráveis à garantia da diversidade cultural, na perspectiva da dignidade humana. Isso significa que nem toda diversidade cultural é benéfica e deve ser sustentada, como o faz o relativismo cultural. O direito individual de não fazer alguma coisa em cultura deve prevalecer sobre uma constru-

ção moral coletiva, como sustenta Patrice Meyer-Bisch, filósofo suíço e membro do grupo internacional que formulou a Declaração de Friburgo, documento redigido para a Unesco sobre os direitos culturais. Ainda segundo ele, todos os indivíduos têm o direito de contribuir para a criação da cultura, inclusive por meio da contestação das normas e valores que prevalecem na comunidade a que escolhem pertencer e a outras, o que significa que os direitos reconhecem em primeiro lugar a esfera individual e que a cultura é compreendida como construção dinâmica e não como algo cristalizado a que se pertence sem questionamento. O que se deve garantir é a preservação do direito individual e não de uma determinada cultura. O reconhecimento de que todos os indivíduos têm o direito a participar da vida cultural – da sua vida cultural assim como das demais – é parte determinante da consolidação democrática, possibilitando que diferentes sentidos que sujeitos e grupos produzem possam circular e competir de maneira igualitária na arena pública. A ação cultural compatível com tal perspectiva é a que suscita condições reflexivas, críticas e sensíveis para que seja pensado o que põe obstáculos ao reconhecimento da diversidade e à garantia dos direitos culturais. É a que enseja a constante busca pela ampliação de espaços na arena pública, que advém da multiplicidade de desejos, matéria prima dos direitos, base da democracia. A citação abaixo destaca aspectos importantes para o desenho de políticas, programas e ações culturais, o que é relevante para a formação de profissionais que atuarão em diferentes campos da cultura e da informação:

O acesso aos conhecimentos e às expressões culturais (aos saberes e às obras) não deve ser considerado como um bem secundário, que vem depois dos bens de primeira necessidade (...). As artes, como as ciências, são, certamente, fins em si mesmas, mas elas também têm uma utilidade social essencial: elas produzem sentido, elas suscitam perguntas sobre o homem e o mundo, elas são fonte de criati-

vidade e de satisfação. Por essa razão, mesmo em situações de extrema pobreza, não seria justo nem coerente reduzir o núcleo intangível dos direitos culturais à alfabetização e a outros saberes supostamente ‘elementares’ (MEYER-BISCH, 2014, p.80).

Mais do que proporcionar genericamente o acesso aos conhecimentos e às expressões culturais, mais do que dar a ver uma multiplicidade de manifestações a fim de ampliar repertórios, o desafio de uma ação cultural democrática é a ampliação do diálogo entre múltiplas formas de conhecimentos, saberes e expressões artísticas e culturais. Um dos pressupostos dos direitos culturais é a ‘igual dignidade das culturas’, numa perspectiva crítica.

Retomando a perspectiva de desenvolvimento humano proposta por Amartya Sen como o processo de alargamento das escolhas à disposição das pessoas de maneira a que sejam e façam o que valorizam na vida, a expansão das liberdades culturais torna-se objetivo fundamental do desenvolvimento humano – o que ressalta o vínculo entre cultura e desenvolvimento. Relacionando liberdade cultural e diversidade cultural, Amartya Sen⁴ defende a ideia de que o foco na liberdade determina que o significado da diversidade cultural é contingente e não incondicional, ou seja, o mérito da diversidade depende de como é provocada e sustentada, variando segundo suas conexões causais com a liberdade humana, na sua relação positiva. A liberdade cultural tem a ver, portanto, com a expansão das escolhas individuais e não com submissão cega à tradição, já que a cultura é constantemente recriada a partir dos questionamento, adaptações e redefinições dos valores e práticas decorrentes das transformações das realidades e do intercâmbio de ideias. Outro ponto importante é que a liberdade individual é comprometimento social, fruto do trabalho coletivo (amplia a experiência coletiva), garantindo que as escolhas individuais sejam sustentadas na arena

pública. Sen é enfático ao afirmar que a liberdade cultural não aparece espontaneamente (assim como a saúde, a educação, a igualdade entre os sexos), mas sua promoção deve ser parte central das políticas, o que significa o reconhecimento das diferenças culturais em constituições, leis e instituições. Significa, da mesma forma, a remoção de entraves à liberdade como são a pobreza, a negação da participação política, social e cultural.

A partir dessas colocações, como pensar uma ação cultural – conceituada por Teixeira Coelho⁵ como a que propicia o máximo de meios para que cada um invente seus próprios fins no universo da cultura – apropriada para a complexidade do contexto em que vivemos, desafiados como estamos a consolidar os valores democráticos constantemente ameaçados pela desigualdade, pelas diferenças, pelas xenofobias e pelos radicalismos de toda ordem?

Alguns pontos destacados, discutidos ao longo da disciplina, relacionam a ação cultural a uma política cultural que contemple a multiplicidade de sujeitos e seus desejos, o que se inscreve na discussão sobre a diversidade e a liberdade cultural. A ação cultural é um processo aberto ao devir, transformador, calcado no potencial de cada pessoa, o que significa o recurso aos diferentes modos de criação, expressão e inteligência do mundo. Ainda segundo Teixeira Coelho, é uma operação sociocultural apoiada na ideia de transformação, de provocação das consciências para que se apossessem de si mesmas e criem as condições que possibilitem uma outra vida, derivada do enfrentamento direto, das contradições e antagonismos, das tensões surgidas da prática social concreta.

Sob tal ótica, o desenho de políticas culturais democráticas, que possibilite uma ação cultural que amplie a esfera de compreensão, de criação e de ação dos indivíduos, é a que cria condições de possibilidades, abrindo canais, habilitan-

do-os, de maneira a dar vazão à multiplicidade de manifestações, aos múltiplos desejos, aos jogos de experimentação, à formação nas diferentes linguagens artísticas, estimulando interações e intercâmbios que permitam que os sujeitos inventem seus próprios fins no universo da cultura.

Abordamos alguns tópicos desenvolvidos ao longo da disciplina Teorias da Ação Cultural, sobretudo os que permitem a compreensão dos vetores apropriados para se refletir sobre o contexto contemporâneo a partir da ótica da cultura, vetores a partir dos quais outros tópicos se desdobram.

NOTAS:

- 1Na vertente do pensamento de Octavio Ianni, compreendemos a globalização como a concretização do novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial, abrangendo a totalidade do globo de maneira complexa e contraditória.
- 2Escrevo este texto no dia em que Paris sofreu o brutal atentado à sede do Charlie Hebdo, 8 de janeiro de 2015, o que demonstra que a intensificação dos intercâmbios, com o acirramento das desigualdades, tem gerado conflitos crescentes e a evidência de que convivemos muito mal com as diferenças.
- 3Note-se: “A globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais, mais diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2006, p.87).
- 4As reflexões sobre liberdade cultural aqui desenvolvidas, utilizaram livremente dois trabalhos de Amartya Sen: o livro *Identidad y Violencia: la ilusión del destino* e a introdução ao Relatório do Desenvolvimento Humano – PNUD 2004 – *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*.
- 5Teixeira Coelho, responsável pela disciplina que ora ministro até 2006, publicou em 1989 o livro *O que é ação cultural?* referência para a área.

Referências

- CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2009.
- CANCLINI, N. G. (org). **Conflictos interculturales**. Barcelona: Gedisa, 2011.
- COELHO NETTO, J. T. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Itaú Cultural/ Iluminuras, 2008.
- COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COELHO NETTO, J. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1989.
- DE CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MEYER-BISCH, P. et al. **Afirmar os direitos culturais**. São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2014.
- OLIVEIRA, L. M. B. de. **Corpos indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica**. São Paulo: Beca, 2007.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: **Liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa: ONU, 2004. Acessível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em 09/01/2015.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. **Identidad y Violencia: la ilusión del destino**. Buenos Aires: Katz, 2008, 2ª reimpressão.
- WILLIAMS, R. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

CANÇÃO POPULAR VERSUS AUTORITARISMO

(Os militares no poder)

Waldenyr Caldas

INTRODUÇÃO

A música popular brasileira sempre acompanhou os acontecimentos políticos do nosso país. Seja por meio da sátira, da denúncia, da mera narrativa dos fatos, ou ainda em forma de protesto. Os elogios, a exaltação e o ufanismo, completam o quadro desse binômio música/política. Assim, através desses recursos, pode-se afirmar o seguinte: é possível se conhecer muito bem a história política do Brasil, ouvindo canções que tratam dos diversos momentos da nossa trajetória política. Os exemplos são muitos e para isso, vamos seguir a cronologia dos acontecimentos. Apenas como primeiro, caso começemos pelo governo de Getúlio Vargas e especialmente pelo período histórico conhecido como “Estado Novo”, que vai de 1937 a 1945. É dessa época o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda que, entre outras coisas, servia como instrumento de censura do Estado. O rádio, principal veículo de comunicação da época, era estreitamente vigiado e controlado. Na prática, censurado pelo governo federal, atento a todas as formas de comunicação com a sociedade.

Na música popular, ou qualquer outra manifestação artística, a concepção do trabalhismo, de exaltação ao trabalho deveria estar presente. Mas não era assim que pensava uma parte dos compositores da canção popular desse período. Wilson Batista, por exemplo, sempre esteve na contra-mão do que desejava o Estado autoritário. Seu samba “Lenço

no pescoço”, feito dois anos antes da criação do Estado Novo, não exaltava o trabalhismo como queriam as autoridades. Ao contrário, a malandragem carioca é quem ganha o destaque e uma imagem bastante simpática no texto poético da canção. Versos e rimas como, “eu tenho orgulho em ser tão vadio... eu vejo quem trabalha andar no miserê... eu sou tão vadio porque tive inclinação...”, nos dão a ideia bem clara da transgressão daquele compositor. Mas, é bom que se diga: ele não estava só. Havia nas mais diversas manifestações artísticas, uma atitude de resistência à política populista e autoritária implantada por Getúlio Vargas.

Com o fim do Estado Novo, o presidente Eurico Gaspar Dutra governaria o Brasil, de 1946 a 1951. Foi um governo que se propôs a redemocratizar o país, e não poderia ser de outra forma. Com desempenho sofrível, sua gestão seria ofuscada pela volta de Getúlio Vargas (1951-1954), mas desta vez, eleito democraticamente. E agora, a canção popular volta mais forte à cena política do país. Os compositores Armando Cavalcanti e Klécio Caldas escreveram a marcha “Maria Candelária”, que se tornou expressivo sucesso do carnaval de 1952, onde aparecem elementos da sátira, da denúncia e do próprio protesto. Tudo isso, claro, de forma muito bem-humorada, mas, ao mesmo tempo um deboche. Um meio bastante inteligente de protesto contra os desmandos e a corrupção na administração pública.

Assim, passados sessenta e dois anos, o texto poético dessa marchinha carnavalesca continua atual. A personagem Maria Candelária representa a imagem do funcionário público oportunista e corrupto como em nossos dias, que usufrui de privilégios escusos, como se nada estivesse acontecendo de grave com seu comportamento. Afinal, ela goza da proteção de político de prestígio e, entre outras coisas, recebe um salário e não trabalha. Mesmo assim, “caiu na letra ó, ó, ó, ó,

ó! ” que, na época, destacava os funcionários mais graduados, de funções mais relevantes e de melhores salários.

Mas, dos tempos de Maria Candelária até nossos dias, o Brasil mudou em muitos aspectos. Por uma questão de espaço, todos eles não podem ser discutidos aqui. Em um desses casos, porém, continuamos como há sessenta e dois anos atrás. A corrupção na administração pública, fez com que a personagem Maria Candelária atravessasse o tempo e passasse a conviver conosco no século XXI. A única diferença é que agora recebe o nome genérico de “funcionário fantasma”. Como a personagem dos anos trinta, ele também ganha muito bem, tem proteção de político corrupto e não aparece para trabalhar. Apenas vai ao Banco no dia de pagamento receber seu salário.

Assim, apesar do sistemático uso da sátira, do protesto e da denúncia que se faz através da música popular brasileira, este vício espúrio permanece incólume, sem alteração na cultura política do nosso país. Não há dúvida de que, até mesmo em países onde a democracia já está consolidada, há casos de corrupção. Este exemplo, claro, não vale para o Brasil. Até porque, como todos sabemos, ainda não temos um processo democrático sólido, firme e consolidado. Em nossa trajetória política, podemos ver pela canção popular, que as liberdades individuais nem sempre foram respeitadas. Em alguns momentos, a democracia foi arranhada, maltratada, vilipendiada mesmo, para ceder espaço aos governantes autoritários.

Resta-nos um consolo. Sabermos, por exemplo, que a canção popular em todo esse período de autoritarismo, sempre criou resistência aos desmandos do Estado autoritário. Mas infelizmente, sabemos que, em última instância, ele deixa resquícios e vícios abomináveis que se transferem para o Estado democrático. Um deles é a corrupção que, em períodos de autoritarismo, os políticos não dão qualquer satisfação à sociedade sobre as finanças e muito menos sobre a

governança do Estado. O desdobramento disso não é outro senão o aperfeiçoamento da corrupção, do oportunismo e dos desmandos políticos.

Não podemos nos esquecer do governo de Juscelino Kubistchek. Apesar de legitimamente eleito, quase não tomou posse. Ele recebeu o país democraticamente muito fragilizado. Isto, porém, não impediu que repetisse alguns vícios inaceitáveis durante seu mandato, que são bem próprios dos desmandos autoritários. O cantor/compositor Juca Chaves, em sua canção “Presidente bossa-nova” faz uma sátira precisa, inteligente e bem-humorada dos exageros em regalias do presidente. Algumas estrofes como “. ..voar, voar, voar, voar pra bem distante, até Versalhes onde duas mineirinhas, valsinhas dançam como debutantes, interessante!. ..mandar parente a jato pro dentista...”, revelam bem as extravagâncias de um presidente com o dinheiro público. Na verdade, em que pese as inumeráveis virtudes do seu governo, este comportamento era uma herança do autoritarismo como já citamos acima, que tomou conta da política brasileira por muito tempo. Insisto em dizer que, apesar de vivermos em uma democracia à procura de consolidar-se, ainda temos contemporaneamente, políticos oportunistas que criam privilégios para si mesmos em detrimento dos cofres públicos e por extensão, da própria sociedade. Este é o chamado crime de peculato, mas popularmente conhecido como “mordomia” com o dinheiro público.

O presidente como chefe do poder executivo podia tudo. Ou quase tudo e praticamente não havia contestação, a não ser em forma de paródia, sátira, denúncia ou protesto por meio da canção popular. Este é, aliás, um dos motivos fundamentais pelos quais nossa democracia sempre foi tão frágil. Sempre houve pelo menos até o governo João Goulart, certo descompasso de ideias e objetivos entre os três poderes. Especialmente entre o Legislativo e o Executivo. Aliás,

isto ocorre nesse momento. O Senado e a Câmara dos Deputados não se entendem com a presidente Dilma. Enfim, são imperfeições do sistema presidencialista. Entre outros motivos, esta fragilidade democrática justamente causada por esse descompasso, facilitou o fatídico golpe militar de 31 de março de 1964. Aliás, mesmo antes da posse de João Goulart, já se vislumbrava a possibilidade de um golpe militar. Tanto é assim que, igualmente a Juscelino Kubistchek, João Goulart quase foi impedido pelos militares de assumir a presidência, em face da renúncia de Jânio Quadros.

Mas, até aquele momento, ainda tínhamos uma débil democracia. Fraca, muito fraca. Após a deposição de Goulart, porém, passaríamos a conviver com o mais longo e cruel período na nossa história política. Foram vinte e um anos de autoritarismo militar no poder. De 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985. Entre tantas formas de luta contra os desmandos e as arbitrariedades dos militares, deve-se enfatizar a importância da música popular brasileira.

Discussão

Em de 13 de dezembro de 1968, o governo Costa e Silva, instaura o AI-5 e assim todos os veículos de comunicação passariam a ser severamente censurados. Era o fim da liberdade de imprensa. Mesmo assim, a resistência às arbitrariedades do Estado se fazia presente, às vezes de forma velada, outras vezes explicitamente. Na canção popular, por exemplo, os compositores usavam muito o recurso do duplo sentido nas letras de suas canções. Havia um jogo linguístico, metafórico e poético que o ouvinte deveria interpretar para, enfim, entender as intenções e a mensagem do autor.

É justamente nesse momento, que a chamada canção de protesto reage mais intensamente às arbitrariedades do Estado autoritário. Ela assume o papel de resistência contra todas as formas de autoritarismo dos militares. Algo assim,

como se fosse porta-voz da vontade da sociedade. Há um grande repertório dessas canções. Elas abordam os mais diversos temas como, censura, liberdades democráticas, tortura, desencanto com o país, revolução socialista, expectativa de dias melhores, imperialismo, pobreza, entre tantos outros. Mas, é para apenas um aspecto que todos eles convergem: o desejo soberano de ver justiça social e liberdade democrática.

Duas canções são especialmente referências nesse sentido. Elas trazem um texto poético velado e explícito. São elas, respectivamente, “Apesar de você”, de Chico Buarque, feita em 1970 e “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, composta em 1968, quando a apresentou no Festival Internacional da Canção no Rio de Janeiro, no Ginásio do Maracanãzinho. Em sua canção, Chico Buarque faz um sutil exercício de linguagem e poesia para não demonstrar ao censor seus objetivos. Com raro talento, ele dissimula seus versos, justamente para driblar a censura. Em alguns casos conseguiu e noutras ocasiões foi punido. De qualquer forma, essa punição viria mais cedo ou mais tarde, justamente em função das arbitrariedades e dos desmandos militares.

Ao contrário do que já se veiculou em diferentes ocasiões pelos mass media e mesmo em ensaios acadêmicos, o autor de “A banda” e “Roda viva” não teve, em momento algum, a intenção de dirigir sua canção “Apesar de você”, à pessoa do então presidente Emílio Garrastazu Médici. (*) E isso não teria nenhum sentido mesmo. Chico Buarque estava pensando, isto sim, na sociedade brasileira que vivia as agruras de uma ditadura terrível e sem qualquer perspectiva de redemocratizar-se. Não por acaso, após tantas vezes proibido e intimado a prestar depoimento aos censores, o autor decidiu se auto exilar em Roma, entre os anos de 1969 e 1970, quando afinal, pôde livremente fazer canções que permanecerão sempre em evidência no cancioneiro popular brasileiro. “Samba de Orly” é uma delas. Aquela situação era angustian-

te para as pessoas que sempre defenderam a liberdade. Em síntese, vivíamos uma tragédia. A censura, as prisões arbitrárias, o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandato dos políticos legitimamente eleitos, mas que contestavam a ditadura, as torturas e os assassinatos de opositores do regime, são apenas algumas das sinistras condições a que foi submetida a sociedade brasileira nesse período.

Pela importância histórica que adquiriu esta canção, mas também para melhor compreendermos o momento político do nosso país naquela época, vale à pena reproduzirmos alguns trechos do texto poético de “Apesar de você”. Vejamos:

“Hoje você é quem manda

Falou ta falado

Não tem discussão, não

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão. Viu?...”

Pois bem, diante da imposição da força bélica, das baionetas empunhadas em público e da truculência militar em situações quase pueris, não havia alternativa. Lutar desarmado contra o autoritarismo terrorista do Estado era algo comparável à escolha pelo suicídio. Ainda assim, restavam poucas alternativas. E a que se mostrava mais eficiente era mesmo o verbo, a palavra, como forma de denúncia da tragédia que vivíamos. Uma denúncia que, seguidas vezes, precisava usar de figuras de linguagem como metáforas e metonímias, por exemplo, justamente para driblar a censura implacável que os militares instalaram no país. Nos versos, “a minha gente hoje anda” “falando de lado e olhando pro chão. Viu? ”, temos a exata dimensão do grau de repressão e de abatimento moral aos quais foi submetida a sociedade brasileira. É difícil imaginar, mas não há nada mais humilhante do que ter de falar de lado olhando para o chão. Esta situação só se pode enten-

der realmente quando vivida na prática. O esforço do poeta, no entanto, nos leva à realidade dos fatos.

Ao longo dos versos de “Apesar de você” o que se percebe, entre outras coisas, é um justo desabafo do autor já asfxiado pela privação total de liberdade. Não bastasse esse aspecto, o Serviço de Censura de Diversões Públicas, estava sempre propenso a bater o indesejável carimbo “interditado”, nas canções de Chico Buarque. Foi esse o principal motivo que o levou a adotar em algumas músicas, o pseudônimo de Julinho da Adelaide. Mas esta asfixia a que me refiro não se restringia aos artistas, estudantes, professores, profissionais liberais e jornalistas, entre outros. O trabalhador das fábricas, dos escritórios, o transeunte das ruas, também sentia o peso da repressão e da falta de liberdade. Este segmento social acima citado era apenas o mais pugnaz, o mais combativo. Não tinha medo do perigo. Enfrentava sempre as baionetas e a tirania dos militares. Era um grupo em que seus partícipes corriam mais riscos de serem presos, torturados e até assassinados, como ocorreu ao longo dos vinte e um anos de regime militar.

Que se pense, apenas como exemplo, no conhecido caso de Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura. Ele foi torturado até a morte nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Como este ensaio tem limite de espaço, não poderei me alongar sobre este tema. De qualquer forma registro aqui uma sugestão: especialmente sobre mortos e desaparecidos políticos no Brasil nessa época, convém ler o livro *Reparação ou impunidade?* organizado por Janaína Teles e publicado pela Humanitas/FFLCH, em 2001.

No tocante à análise do texto poético da canção em pauta, há um bom número de trabalhos feitos sobre a obra musical de Chico Buarque. Alguns deles trabalham com o binômio literatura/política, outros, porém, tratam da análise literária do texto poético. Vale à pena conferir. Apenas

para registrar, esta é uma das canções mais ricas, mais consistentes em seu conteúdo, como forma de expressão sobre o autoritarismo dos militares em nosso país. Certa ocasião em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, o entrevistador perguntou a Chico Buarque sobre as chamadas canções de protesto. A resposta foi a seguinte: “De protesto mesmo, eu fiz poucas, talvez uma meia dúzia. Sobre a realidade social, eu continuo fazendo, como ‘Assentamento’”. (**)
O autor estava se referindo à canção que fez sobre o Movimento sem-terra.

Seja como for, o fato é que “Apesar de você” tem um forte discurso contestatório e que demonstrava para a época em que foi composta, profunda angústia, tristeza e decepção com os rumos do nosso país. Ao mesmo tempo, ela nos traz a expectativa de que aquela tragédia decorrente da brutalidade dos militares não teria como permanecer. Em outros termos, é uma canção que inicia com mensagem extremamente forte da realidade sociopolítica brasileira e encerra seu discurso com um otimismo que renovava a energia das pessoas e das instituições que lutavam pela redemocratização do país. Basta analisar a história política do Brasil nessa época para concluir: Chico Buarque tinha razão, independentemente da beleza literária do seu texto poético.

A partir do governo do presidente Ernesto Geisel, as arbitrariedades dos truculentos militares foram diminuindo sensivelmente. O próprio presidente declarou que teríamos uma abertura política “lenta, gradual e segura”. A ala mais radical, mais reacionária dos militares, bem que tentou impedir este projeto do presidente, mas esbarrou no seu prestígio e na liderança que ele tinha dentro das Forças Armadas. Para o bem do país, ele cumpriu seu projeto. Além disso, havia um grande clamor nacional pela redemocratização da nação. Este aspecto foi de grande importância política. Não poderíamos continuar asfixiados, calados, esperando os mi-

litares nos devolver o direito de participar politicamente das decisões do país.

Mas, mesmo com toda a repressão do governo Médici, “Apesar de você” não foi imediatamente proibida. A censura não entendeu o texto poético de Chico e a liberou para divulgação em todos os mass media. Tanto é assim que, segundo a própria gravadora, esta canção chegou a vender cerca de cem mil exemplares. Logo depois, no entanto, foi proibida e só liberada novamente em 1978.

A trajetória da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, é convergente em seus propósitos com “Apesar de você”. Nesse aspecto, elas são unanimidade especialmente entre os estudiosos desse sombrio período da nossa história política. Mas, se por um lado, o texto poético de ambas tinha o mesmo objetivo, ou seja, contestar, lutar por meio das palavras contra a insensatez e a truculência que vinha da caserna, por outro lado, essa identidade cessava nesse momento. A canção de Vandré, intencionalmente, não trazia metáforas, metonímias ou qualquer outra figura de linguagem assentada na sutileza do discurso para as pessoas cultas. O que se tem nela é exatamente a objetividade da linha reta. Qualquer cidadão que a ouvisse, entenderia o enfático e emocionado convite, aliás, pode-se falar de convocação, para fazer a revolução contra os militares que se aposaram do poder após o golpe de 31 de março de 1964. Transcrevo aqui o refrão que não deixa dúvida dos propósitos da canção, seguido de uma estrofe que escolhi aleatoriamente. Sim, exatamente isso, aleatoriamente, porque qualquer uma delas mantém a clareza dos versos inconformados de Vandré. Vejamos:

*Vem vamos embora Pelos campos há fome
Que esperar não é saber Em grandes plantações
Quem sabe faz a hora Pelas ruas marchando*

*Não espera acontecer Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão..."*

À parte o refrão que conclama a sociedade brasileira a fazer a revolução, Vandr  nos mostra com refinada ironia a vida dramática e miserável do trabalhador rural dos latifúndios. Nos versos, "pelos campos há fome, em grandes planta es..." percebe-se a inominável absurdidade. O lavrador, o sertanejo, o boia-fria, enfim, o homem do campo, do meio rural que trabalha a terra para ser produtiva ao seu patrão, vê-se na situa o indigna de passar fome, muito embora sua força de trabalho seja inteiramente dedicada a gerar a prosperidade das grandes planta es que, no final das contas, reverte-se em benefício do dono da terra. Mas apenas em benefício deste.

Nesse momento,   inevitável lembrar as obras de João Cabral de Melo Neto, "Morte e vida Severina" e de Cândido Portinari, "Os Retirantes". Ambas mostram as agruras da dura vida do homem nordestino abandonado   própria sorte e que Vandr  retoma em sua can o. Aqui, porém, há um aspecto a mais a se perceber em "Pra não dizer que não falei das flores". O autor não dirige sua conclama o especialmente ao homem do campo. Ela fala das pessoas "nas escolas, nas ruas, campos, constru es", ou seja,   indistintamente, um apelo a todo o povo brasileiro. Esteja ele no meio rural, no interior ou no meio urbano-industrial.

Mas, como já disse anteriormente, escolhi essas duas can es por serem uma forte referência da época sobre o governo dos militares. No entanto, convém registrar que a repressão, a censura e as proibi es, não se restringiram apenas às can es políticas. A vigilância imposta pelos militares

à cultura brasileira foi além do fato essencialmente político. Os valores morais, os hábitos, os costumes, enfim, o próprio “ethos” cultural do cidadão brasileiro passaria a ser monitorado por uma espécie de moral social estabelecida pelo Estado e que toda a sociedade deveria seguir. Apenas um ato autoritário a mais.

O cerceamento à liberdade era feito de forma truculenta e arbitraria. Todas as manifestações artísticas teriam, necessariamente, quer passar pelo crivo censor do Estado. Alguns temas na música popular brasileira, por exemplo, estavam rigorosamente proibidos. Não por acaso, este período da nossa história ficou conhecido como os anos de chumbo da ditadura militar. Canções que falassem sobre prostituição, homossexualidade, hippies, racismo, exclusão social, drogas, sexo, histórias de amantes, adultério, entre outros, estavam fadadas a mofar na gaveta dos censores. Seriam definitivamente proibidas. Segundo esses senhores, elas usurpavam os valores éticos e morais da sociedade brasileira.

A chamada música brega, segmento importante, diria mesmo imprescindível, da nossa cultura lúdica e musical, foi especialmente prejudicada nessa ocasião. Perseguida. Este talvez seja o termo mais adequado. Quero, no entanto, esclarecer logo de início, que esta perseguição se explica muito mais pelo despreparo dos censores, e muito menos pelas dissensões político-ideológicas que vivia o país. Não havia nada propriamente de político nessas canções. As proibições às músicas de Odair José, o mais censurado entre os chamados cantores bregas, Waldick Soriano, Benito di Paula, Sidney Magal, Dom e Ravel, entre outros, são produtos das arbitrariedades, da incompetência e dos desmandos dos censores da caserna. A proibição a essas canções era essencialmente moral e objetivava defender sob a ótica dos militares, os “valores morais” e os “bons costumes” de uma sociedade acuada pelo

autoritarismo. Nessas circunstâncias, é claro que os temas acima citados seriam proibidos.

Para a censura militar eles eram considerados socialmente subversivos. Além da ação da força bruta contra todos os segmentos da cultura brasileira, devemos considerar ainda que a cultura lúdica, a cultura do entretenimento, tinha como tem até hoje, grande espaço midiático. Isso incomodava muito os militares. Em certos momentos, eles investiam fortemente contra os media, especialmente a partir de 1968 com a brutal instituição do AI-5. Que se pense nas emissoras de rádio, como a Rádio Nove de Julho, Rádio Marconi, Rádio Cometa, entre outras. Todas elas foram definitivamente lacradas e todas estavam na cidade de São Paulo.

Assim, temas como drogas, exclusão social, homossexualismo, entre outros, eram vistos nessa época pelos senhores da caserna, como algo inteiramente proibitivos. E aqui temos uma questão muito esclarecedora. Se de um lado, a censura proibia a veiculação de canções bregas, de outro lado, seus cantores e compositores nem imaginavam os verdadeiros motivos desse ato. Até porque, os próprios censores em certas ocasiões, também não sabiam as razões da proibição. Apenas vetavam a obra sem explicações. Odair José, por exemplo, não entendia e sempre estranhou ver algumas das suas canções censuradas. Ele jamais se manifestou, ou fez protestos contra a opressão política e a censura dos militares. Suas canções, como de resto todo o segmento da chamada música brega, tinham um discurso ingênuo. Inofensivo mesmo. Em alguns casos, quase pueril. Tanto era assim, que não se tem registro de nenhuma prisão desses artistas, nenhum deles foi expulso do país, muito menos torturado.

Até hoje, cantores e compositores bregas daquela época, sabem e declaram que não lutaram contra a ditadura dos militares. Grande parte deles nem chegou a tomar conhecimento, por exemplo, da guerrilha urbana, dos sequestros, da

luta armada, das torturas, dos desaparecidos, dos assassinatos, das prisões arbitrárias, enfim, do quadro sociopolítico desse período em nosso país. Faziam seu trabalho como se estivessem vivendo em pleno Estado de direito. E apenas para fazer justiça a esses profissionais, não podemos rotulá-los de alienados como se fazia naquela época. Era um momento de intenso radicalismo político, que reverberava por todos os segmentos da sociedade. Não havia mediação político-ideológica. Quem não era declaradamente de esquerda e agisse como tal, estava sujeito, até mesmo por seus pares, a ser visto como radical de direita e, portanto, um alienado a favor do autoritarismo militar e do Estado burguês. Enfim, uma bobagem. Este cidadão cairia em desgraça imediatamente. Era obrigado a abandonar seu grupo social, porque passaria a rejeitá-lo ostensivamente. A recíproca, no entanto, era verdadeira. Quem não se declarasse notoriamente de direita, correria o sério risco de ser visto como inimigo do Estado. Nesse caso, as consequências eram bem sinistras. A pessoa passava a ser estreitamente vigiada e, em alguns casos, intensamente interrogada ou expulsa do país, torturada e até mesmo assassinada. Era assim. Pura insensatez de ambos os lados.

Em todo esse contexto, deve-se registrar ainda, havia um segmento da música popular brasileira que, embora não tivesse propriamente o estatuto de brega naquela época, era rejeitada pela intelligentsia da esquerda. Os motivos, claro, não eram estéticos e passavam pelas questões político-ideológicas, uma vez que o discurso poético, ao contrário das chamadas músicas de protesto, procurava reforçar o *establishment* imposto pela caserna. E aqui, por motivos óbvios, prevalecia o discurso consonante com o que desejavam os militares. Apologético, ufanista e, em alguns casos até xenófobos. A divulgação dessas canções pelos *mass media*, como já se deduz, era muito maior do que qualquer outra forma de canção popular.

Quero lembrar a canção “Pra frente Brasil”, composição de Miguel Gustavo e Raul de Souza, feita em 1970, por ocasião da Copa do mundo no México. Pela primeira vez, a televisão transmitia ao vivo jogos deste campeonato. Nessa ocasião, os patrocinadores do evento, Gillette, Esso e Souza Cruz, em parceria com a TV Globo, realizaram um concurso para escolher a melhor música sobre a Copa do Mundo. Como vencedora, foi transformada em uma espécie de hino que antecipava todos os jogos do Brasil. Após a vitória brasileira, de forma quase uníssona, os mass media, repetidas vezes tocavam “Pra frente Brasil” e conclamavam o povo brasileiro a sair às ruas para festejar mais uma vitória brasileira. Estávamos no auge da luta político-ideológica e o governo militar capitalizava de forma sutil as vitórias brasileiras em benefício da sua imagem.

Mas, certamente o exemplo mais completo do ufanismo vivido nessa época, está mesmo na canção “Eu te amo meu Brasil”, da autoria de Dom, integrante da dupla, Dom e Ravel. Gravada no início dos anos de 1970 pelo conjunto “Os Incríveis”, ídolo do Programa “Jovem Guarda” da TV Record, esta canção fez grande sucesso junto à juventude brasileira e outros segmentos da sociedade. Para melhor ilustrar, reproduzo o refrão que se repete nada menos que três vezes:

*“Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil
Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Ninguém segura a juventude do Brasil”.*

São muitas as canções desse período que seguem esse padrão discursivo. Esse era o estado comparativo, e deveria servir de modelo a todos os profissionais que não desejasse ver sua obra censurada. Apenas para lembrar, alguns compositores já consagrados nessa época, chegaram a fazer canções que, mais tarde, foram criticadas pela chamada intelligentsia

da esquerda. São os casos, por exemplo, de Ivan Lins, com sua canção “Meu país” e Jorge Ben, hoje conhecido por Jorge Benjor, com “País tropical”. No tocante à música de Ivan Lins, entendo que há certo exagero quando a interpretam como apologética e ufanista. Trata-se muito mais de uma canção romântica, que funde valores do folclore brasileiro com a imagem da mulher amada. Isto está longe de ser apologético ou ufanista.

No caso de “País tropical” o que se percebe é um texto poético muito alegre, libertário e inteiramente descomprometido com qualquer conotação político-ideológica. É preciso fazer justiça a quem é inocente. Ivan Lins e Jorge Benjor, jamais apoiaram a política dos militares e sempre estiveram coesos com os artistas que a rejeitavam. A canção mais criticada de Ivan Lins intitulada, “O amor é meu país”, nada tem de “adesista” como já se escreveu sobre ela. Por uma questão de espaço não posso analisá-la aqui, mas o leitor atento saberá interpretá-la. Em outros termos, quero dizer o seguinte: não são apenas os exageros e as arbitrariedades da censura míope dos militares, que proibia coisas sem nem saber por que estava procedendo daquele modo. Se isso era absolutamente repulsivo, não é aceitável também se fazer o chamado “patrulhamento ideológico”, como aconteceu justamente com Ivan Lins e Elis Regina. Quando entrevistados pelo jornal “O Pasquim” foram severamente cobrados a declarar suas respectivas preferências político-ideológicas. Uma situação muito delicada, especialmente se considerarmos o contexto político que vivíamos.

Conclusão

Enfim, para a infelicidade da sociedade brasileira, este foi o quadro político em nosso país durante vinte e um anos. Ao longo desse tempo, boa parte dos documentos sobre os acontecimentos políticos dessa época, permaneceu confina-

da como segredo de Estado, em lugar incerto e não sabido, pelo menos por parte do grande público. Apenas a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula é que tomamos conhecimento de alguns documentos que se tornaram públicos para os pesquisadores, estudiosos, mas também para toda sociedade brasileira. Agora a Comissão da Verdade instalada pela presidenta Dilma Rousseff em 16 de maio de 2012, certamente trará à luz do conhecimento público, muitos outros fatos e elementos novos ainda desconhecidos desse sombrio período político do nosso país. Restará, portanto, aos pesquisadores e estudiosos, interpretar e reinterpretar os fatos novos até então confinados nos arquivos proibidos à pesquisa e ao conhecimento público.

Para terminar este pequeno ensaio, quero fazer das palavras da nossa presidenta, as minhas palavras. Quando da instalação da Comissão da Verdade ela diz em seu discurso: “Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.” Apenas para manter fidelidade ao texto, mantive a palavra ocultamentos, mas o correto é ocaultações. Nossa presidenta termina seu discurso assim: “... a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adia-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje esse tempo chegou.”(***)

Toda a sociedade brasileira precisa realmente acreditar no que disse nossa presidenta. O ódio e o revanchismo não contribuirão em nada. O acirramento de situações políticas não resolvidas até hoje, especialmente no plano ideológico, deve ficar sob a responsabilidade do Estado democrático que vivemos hoje. Não sabemos a quais resultados chegarão a Comissão da Verdade. Estamos conscientes, isto sim, da

sua importância para ajudar a elucidar muitos fatos políticos sombrios, obscuros mesmo, que tanto mal causou às pessoas dispostas a lutar sem limites pela redemocratização do nosso país. Quase que diariamente, os grandes veículos de comunicação nos revelam os resultados a que essa Comissão tem chegado, especialmente no tocante aos acordos entre os militares do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. A troca de presos políticos, de informações, de experiências sobre repressão, enfim, todos aqueles elementos postos em prática pela fatídica “Operação Condor”.

Que se pense nos torturados, naqueles cidadãos que sobreviveram a esta inominável barbárie, nas pessoas assassinadas e naquelas que perderam definitivamente sua sanidade mental e hoje vivem compelidos e confinados à profunda reclusão. A Comissão da Verdade pode chegar aos fatos reais de alguns episódios ainda obscuros. Apenas isso. Resta saber se isso responde às expectativas da sociedade. Esta Comissão não tem poder para julgar e indicar penas por crimes políticos hediondos como a tortura até a morte, muito embora haja um respeitável grupo de estudiosos do direito penal, que considere esse tipo de crime imprescritível. Nessas condições, se a justiça brasileira não concordar com esta última tese, a descoberta de novos fatos históricos terá mero efeito de uma pesquisa de alto nível para se chegar à verdade. Assim, a necessidade imperiosa de se conhecer a verdade sem ocultações e em sua plenitude, muito provavelmente um dia será alcançada. A sociedade brasileira anseia por esse momento, muito embora diversos segmentos como a nossa juventude, por exemplo, esperem muito mais.

Notas:

- (*) Esta é a declaração de Chico Buarque sobre a canção “Apesar de você”:
 “Faço menos músicas dedicadas às pessoas do que as pessoas pensam. Falaram que “Apesar de você” era endereçada ao Médici, quando dizia respeito à situação do país como um todo.” Entrevista concedida ao

jornalista José Rezende Júnior, do Jornal Correio Braziliense em 02 de setembro de 1999.

(**) Entrevista concedida ao jornalista José Rezende Júnior, do jornal Correio Braziliense, em 02 de setembro de 1999.

(***) Trecho do discurso da presidenta Dilma Rousseff, quando da instalação da “Comissão da Verdade”, em 16 de maio de 2012, no Congresso Nacional.

Referências

- [1] ARAÚJO, P. C. de. **Eu não sou cachorro não**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003
- [2] CALDAS, W. **A cultura político-musical brasileira**. São Paulo: Musa Editora, 2005.
- [3] COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura no Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- [4] SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura**. São Paulo: Editora Clube do livro, 1989.
- [5] TELES, J. (org.) **Reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001.
- [6] VALLE, M. R. **1968 – o diálogo é a violência**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

Tópicos de Administração, Geração e Uso da Informação

***Informação, Educação e Conhecimento:* pressupostos e perspectivas da disciplina**

Ivete Pieruccini

Histórico, objeto e objetivos da disciplina

A disciplina *Informação, Educação e Conhecimento* (IEC), criada em 2008 e implantada na grade curricular como disciplina obrigatória do Curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP) no 1º. Semestre de 2009¹, resulta de pesquisas acerca das relações entre Informação e Educação na contemporaneidade, a partir da abordagem da *Infoeducação*, área de estudo voltada à compreensão das conexões existentes entre *apropriação simbólica* e *dispositivos culturais* (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008).

As pesquisas levadas a efeito por pesquisadores ligados ao Colaboratório de Infoeducação² (COLABORI), em especial o trabalho de doutorado sobre o conceito de *ordem informacional dialógica* (PIERUCCINI, 2004) e permanentes estudos a ele ligados, serviram de base a esta disciplina³, proposta no intuito de apresentar e discutir referenciais que contribuam para que os futuros profissionais da biblioteconomia tenham elementos consistentes acerca de questões que dizem respeito ao papel das bibliotecas nos processos de apropriação do conhecimento pelos sujeitos.

De fato, o binômio informação-conhecimento faz parte dos princípios que orientam as finalidades das bibliotecas e as práticas dos profissionais que ali atuam. Todavia,

a transformação da informação em conhecimento implica processos permanentes e metódicos, cuja complexidade implica diferentes instâncias da escola (como a sala de aula, por exemplo), bem como a própria biblioteca. Se a sala de aula continua tendo importante e inalienável papel nesse processo de transformação do *cru* (informação) em *cozido* (conhecimento), a chamada revolução da informação da contemporaneidade agregou novas e significativas questões a esse quadro, especialmente o sentido das bibliotecas, no país e no mundo, especialmente aquelas diretamente ligadas aos campos da Educação e Cultura, como as bibliotecas escolares e bibliotecas públicas. Às históricas funções de guardiã da memória social e difusora do conhecimento registrado, a biblioteca ganha hoje um inusitado papel face ao fenômeno do advento das tecnologias de informação e comunicação – as TIC- que acabaram por redefinir os atos de conhecer e produzir conhecimento pelos sujeitos.

Face a esse contexto, a disciplina IEC parte do princípio de que o conhecimento implica não somente informação, mas mediações voltadas à construção de *saberes informacionais* visando os atos de conhecer e significar. Em decorrência, referências que orientem a (re)definição de ambientes de informação e cultura, sobretudo em contextos históricos como o brasileiro, demandam abordagens que permitam compreender e objetivar transformações que possibilitem às bibliotecas e bibliotecários manterem seu papel educativo relevante e específico na constituição dos elos entre Informação e Conhecimento.

O desenvolvimento da disciplina está organizado em 3 grandes blocos:

1. definição dos conceitos que nomeiam a disciplina e abordagem de aspectos essenciais sobre os complexos processos que regem relações entre informação, conhecimento e significação; 2. histórico e análise de abordagens empíri-

co-profissionais envolvendo práticas informacionais e educação; 3. apresentação e discussão de referenciais conceituais e práticos que visam orientar a constituição de dispositivos informacionais de apropriação cultural (*Estação do Conhecimento*), dedicados à aprendizagem de *saberes informacionais*.

Tal estrutura objetiva incluir os elementos teóricos e metodológicos que favoreçam a compreensão sobre as questões a serem consideradas e incorporadas aos fazeres da área, no que diz respeito às relações entre biblioteca e apropriação da informação, de modo a que estes sejam capazes de olhar crítica e criativamente para a problemática dos processos de significação da informação, considerados tanto o campo profissional da biblioteconomia quanto a emergência de novas demandas socioculturais da contemporaneidade.

O programa atual da disciplina⁴ passou, todavia, por reformulações desde a sua implantação, considerando-se a inclusão de conteúdos em decorrência da ampliação de créditos (de 30 para 60), a mudança do 1º para o 2º semestre letivo, a incorporação de novos itens resultantes da permanente produção científica e pertinentes ao perfil das reflexões e aprendizagens pelos alunos de graduação.

Tramas conceituais e metodológicas da disciplina

Informação, conhecimento e significação: um novo papel para as bibliotecas

Considerando-se o pressuposto de que o Homem é um ser do significado e que nossa humanização, portanto, é sîgnica – constituída por meio dos signos – (BETTELHEIM, 1980), a disciplina IEC toma a noção de *significação* como questão central, a partir da qual as relações entre informação e conhecimento são tratadas. O problema é introduzido com base em distinções entre os termos Informação, Conhecimento e Significação (OLIVEIRA, 2008; OBERG, 2008) e suas articulações nos processos de construção de conheci-

mento/significação. A ideia de que não se pode dizer que o conhecimento seja produção espontânea ou transcendente, mas uma transação – *negociação*– implica sempre intermediação entre o Conhecimento/Cultura e os sujeitos. Diferentemente de abordagens cognitivistas que defendem a ideia de pensamento como categoria autônoma e o conhecimento como resultante de articulações exclusivamente lógicas, a perspectiva histórico-cultural funda-se sobre o princípio de que o conhecimento implica sujeitos, suas referências, sua memória cultural, (re)elaboradas permanentemente nas relações entre o mundo objetivo e subjetivo. Nesse sentido, trata-se de cognitivismo histórico-cultural, ou seja, processo dinâmico de interações complexas entre os indivíduos e os meios complexos em que vivem. É, portanto, ato de *protagonistas culturais* (PERROTTI, 2008), tomados em suas diferentes dimensões; os *protagonistas* criam e se recriam; num movimento são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto dos processos em que se acham inseridos.

Nesse sentido, a disciplina introduz a discussão em torno de questões acerca da nova natureza da informação e do quadro gerado por ela na contemporaneidade, uma vez que são aspectos que atuam sobre as dinâmicas do conhecimento. Busca-se, assim, a compreensão de que fatores como instabilidade, fragmentação, velocidade, volume (mas também escassez, em algumas situações) constituem uma ordem peculiar de relações entre os sujeitos, o universo simbólico e os atos de conhecer e significar. De fato, a natureza da informação foi alterada pela emergência e predominância das tecnologias informacionais, da simultaneidade dos processos de produção-circulação-recepção de informação, bem como pelo valor político e econômico da informação que, de modo geral, afeta os destinos das significações.

Sob esse enfoque, o problema da construção de conhecimento/significação é tratado a partir de textos que tema-

tizam a noção de tempo (BOSI) como fator indispensável à ruminação, à reflexão, ao julgar/valorar a informação e de vídeo⁵ que permite refletir sobre as dinâmicas socioculturais, em especial sobre as relações entre diversidade de repertórios e processos de atribuição de significado às informações. O chamado “conhecimento inútil”, conforme considera Russell (2002), aliado à noção de ruminação, à importância da diversidade (qualidade e natureza) informacional integram, assim, o conjunto de referências acerca do “perigo da história única” e de outros riscos aos processos de significação do mundo pelos sujeitos.

O conceito de significação é articulado, desse modo, ao de *protagonismo cultural*, ato de sujeitos tomados como autores/criadores – *protagonistas*- de conhecimento, distinguindo-se, daí, da noção receptores/usuários de informação. Tal compreensão implicará, assim, os sujeitos e os contextos (organismos, instâncias, ambientes) responsáveis por mediações entre eles e a informação, ou seja, ao que foi acumulado pela humanidade, registrado em suportes materiais ou imateriais e sem as quais *poder, saber e desejar* conhecer correm risco de perderem-se.

Neste cenário, a disciplina IEC toma bibliotecas/bibliotecários como elementos privilegiados da chamada *cultura da informação* (Le DEUFF, 2011) dada sua trajetória milenar e fundamental às relações informação-conhecimento, indicando possibilidades para intervenção nos processos de construção de *protagonismo cultural*, desde que incorporados novos referenciais que contribuam para a redefinição desses vínculos históricos, em perspectivas que considerem a apropriação simbólica como objetivo.

A ênfase nas discussões sobre alternativas para a superação do desafio que a nova ordem informacional vem impondo à sociedade, tanto em termos teóricos, quanto práticos, articula os desdobramentos posteriores propostos pela

disciplina, no intuito de compreender que o conhecimento/significação implica sujeitos que possam transitar, não como passageiros, meros usuários, mas como *protagonistas* no universo sógnico, ou seja, de modo interessado, autônomo, reinventando percursos *nas/pelas* infovias contemporâneas.

Informação e Educação

As questões em torno dos termos Informação e Educação privilegiam a problemática da Educação na chamada era planetária (MORIN, 2012). De forma geral, considera-se que há *saberes* novos, fundamentais no século XXI, dentre os quais *aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser* (DELORS et al, 1996) englobariam, teoricamente, o amplo espectro de aprendizagens a serem desenvolvidas contemporaneamente, consideradas perspectivas críticas, conforme Edgar Morin (2001; 2012).

Em contraponto, são apresentadas iniciativas historicamente empreendidas por bibliotecas, no intuito de contribuir nos processos educacionais, em diferentes contextos. No bojo deste amplo pano de fundo, retoma-se a discussão sobre Informação e Conhecimento, todavia considerando-se a concepção e o caráter da educação que vise a superação das lógicas de simplificação do que é, em si mesmo, complexo: o Conhecimento. Conforme proposto pelo referido autor, “tudo está ligado, não só na realidade humana, como também na realidade planetária” (MORIN, 2012). Assim, temas como as *cegueiras do conhecimento* e os *princípios do conhecimento pertinente* são destacados dadas suas articulações diretas com os *saberes/fazer*es que dizem respeito, por princípio, à biblioteca e a seus profissionais, ao se referirem diretamente ao papel da informação nos processos de significação.

Nesse ponto, a disciplina volta-se à trajetória da prática profissional em bibliotecas, sobretudo, escolares/universitárias e públicas, mostrando que tais instituições, de há muito,

veem se ocupando da informação, tratando-a como objeto educacional. O estudo deste item permite reconhecer iniciativas fundamentais na Biblioteconomia e o acúmulo de conhecimento pela área, analisando-se criticamente avanços e limites de abordagens empírico-profissionais nos processos do aprender a conhecer/informar-se, contemporaneamente. Itens tais como *Serviços de Referência*, *Educação de usuários*, *Instrução bibliográfica*, *Orientação bibliográfica*, dentre outros, assim como a questão da *Competência em informação* (e seus correlatos) são apresentados e debatidos em seus aspectos gerais, bem como a abordagem da Infoeducação, vertente que inscreve a referida apropriação simbólica/significação como questão processual e dinâmica, implicando experiências significativas entre sujeitos e informação. A apresentação desse quadro geral, não evolutivo e com raízes em diferentes campos (do profissional ao científico), busca dar a conhecer contextos e intenções das distintas práticas expostas, fornecendo elementos de reflexão indispensáveis à formação de visão crítica acerca de fazeres específicos vigentes na área, nem sempre devidamente observados em seus limites e possibilidades.

É indiscutível que na chamada era da informação torna-se indispensável a construção de bússolas cognitivas que orientem os sujeitos nos percursos pelos oceanos sígnicos. Todavia, a constituição de saberes informacionais (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008) – as referidas bússolas – são resultantes de processos que demandam ações permanentes, sistemáticas, metódicas (planos, programas, projetos) realizados de forma adequada e equilibrada ao longo da vida, especialmente a partir do período escolar. Experiências fortuitas e circunstanciais com a informação ou o contato com conteúdo informacionais, se são possibilidades de sensibilização e de encantamento com o conhecimento, não conseguem, por si só, resolver o problema das aprendizagens de

saberes informacionais (PERROTTI; VERDINI, 2008). Para evidenciar tal problemática, a disciplina trabalha o Programa de Infoeducação (PERROTTI; PIERUCCINI, 2013), no qual é apresentado e descrito um rol (não exaustivo) de saberes informacionais, indispensáveis à participação individual e coletiva dos sujeitos nas sociedades da informação. O estudo do tema também enfatiza a distinção entre saberes informacionais e os saberes em geral. Os saberes informacionais são específicos; antes de mais nada, conhecimentos sobre o conhecimento, isto é, metacconhecimentos, e seu escopo é o domínio dos processos e estratégias que regem a dinâmica dos saberes, tendo em vista sua apropriação de forma seletiva, discriminada, inscrita em quadros de referência que lhes dão sentido. Não se confundem, portanto, conteúdos informacionais e saberes informacionais e, nesse sentido, a disciplina sistematiza de modo categórico essa distinção, considerando-se que reduzir o segundo termo ao primeiro é erro observado frequentemente, em razão da incapacidade de se atentar para as suas respectivas e distintas naturezas. Em outros termos, ter domínio dos saberes informacionais é modo de caminhar no sentido de conhecer o conhecimento, questão que redefine e ressignifica o papel da biblioteca, contemporaneamente.

A abordagem do tema segue no sentido de observar, definir e conceituar a gama variada de modalidades de *saberes informacionais*, cada uma demandando aprendizagens especiais, pois os modos como as informações são produzidas, veiculadas e recebidas implicam habilidades, competências e atitudes variadas, seja em função dos dispositivos materiais, das linguagens e das interações que envolvem. São destacados, nesse aspecto, os itens, assim nomeados: *Os dispositivos e os circuitos de informação e cultura; A tipologia documentária; Linguagens e Produtos documentários de recuperação de informação; Informação oral; Informação escrita*

(*impresa*); *Informação visual, sonora, audiovisual; Informação digital/eletrônica; Práticas educativas e culturais; Práticas de pesquisa (escolar e não escolar); Organização e gestão de documentação pessoal (física e digital)* como itens básicos de um conceito de programa de educação voltado para a apropriação cultural, em nossos dias.

Dispositivos informacionais e Apropriação do conhecimento

A complexidade de que se reveste a noção e os processos implicados na construção dos *saberes informacionais* remete de modo imediato ao terceiro bloco da disciplina, dedicado a indagações sobre como trabalhar tal questão no âmbito das bibliotecas em educação. O primeiro passo da questão refere-se à compreensão de que bibliotecas são distintas, não apenas em razão das funções que desempenham, mas em razão dos paradigmas que as definem, das intenções que as alimentam e que acabam por estabelecer suas configurações físicas, linguagens, práticas culturais. A noção-chave que articula tal abordagem é a de *dispositivo* (JEANNERET) de informação e comunicação que permite mostrar analiticamente que os aspectos materiais e imateriais dos ambientes informacionais constituem uma *ordem informacional* que atua sobre os modos como os sujeitos se relacionam com os dispositivos e, em decorrência, sobre os processos de apropriação simbólica. Conforme considera Milton Santos, no documentário intitulado *O mundo global visto do lado de cá*⁶, “toda forma de organização é também forma de constrangimento”. Em decorrência, portanto, a ênfase nas bibliotecas, tomadas como *dispositivos* culturais, é modo especial de compreendê-las como instâncias que agregam significados aos significados por ela guardados.

Nesses termos, a discussão do tema visa enfatizar o caráter de não-neutralidade do dispositivo (biblioteca), ao mesmo tempo em que se busca introduzir o conceito de dialogia como categoria fundamental a ser considerada, tendo em vista que

processos de construção de vínculos entre sujeitos e informação, na perspectiva do *protagonismo cultural*, implicam dispositivos especialmente preparados para tal fim. Em contextos em que biblioteca e sociedade encontram-se separadas por um hiato cultural histórico, a compreensão da existência de paradigmas culturais (conservação, difusão, apropriação) que orientam a definição de ambientes informacionais, constitui referência importante aos futuros profissionais da área.

De modo particular, a objetivação da noção de dispositivo informacional de apropriação cultural, ou do *dispositivo informacional dialógico* (PIERUCCINI, 2004), é tratada a partir do estudo sobre as *Estações do Conhecimento* (PERROTTI; VERDINI, 2008), conceito orientador à constituição de configurações concretas, palpáveis, objetivas, especialmente concebido a partir de princípios e práticas voltadas à realização de ações que visem à apropriação de *saberes e fazeres informacionais*.

O quadro teórico discutido é articulado a palestras e/ou seminários que apresentam e discutem projetos desenvolvidos em parceria com o Colaboratório de Infoeducação, em diferentes contextos educacionais: *Oficina de Informação* (Creche Oeste/USP); *Estação Memória* (COLABORI), *Estação do Conhecimento Einstein/Paraisópolis* (Sociedade Beneficente Israelita Hospital Albert Einstein). Essa metodologia permite trazer depoimentos acerca das práticas que ali se realizam, gerando debates sobre seus processos, procedimentos e resultados. O primeiro trabalho refere-se a um dispositivo informacional para crianças não-alfabetizadas e/ou em fase de alfabetização (CARNELOSSO, 2011); o segundo é um dispositivo cultural intergeracional que integra produção-tratamento-circulação-apropriação da memória/*experiência* de idosos (FARIA, 1999), categoria peculiar de informação; o terceiro, trata-se de um dispositivo em contexto de educação não-formal e dos processos de produção de conhecimento ali desenvolvidos. A diversidade dos projetos

possibilita articular conceitos, princípios e metodologias que regem as relações entre *dispositivos informacionais dialógicos* e *apropriação de saberes informacionais*, independentemente dos contextos em que as *Estações* estão inscritas.

Os projetos são apresentados por profissionais convidados das instituições com as quais o COLABORI mantém parcerias para desenvolvimento dos referidos projetos, no intuito de apresentar aplicabilidades dos conceitos estudados em cenários vivos, reais, concretos, aproximando teoria e prática. Os debates ganham, assim, dimensão ampla, suscitam dúvidas e novas reflexões, além de colocar sob outros ângulos a figura do bibliotecário e seus parceiros nesses ambientes de aprendizagens informacionais (*Estação do Conhecimento*), em especial seu papel, suas especificidades e singularidades, suas diferenças e limites em relação aos demais mediadores culturais, em cenários especialmente criados como dispositivos informacionais de apropriação cultural.

Considerações finais

A disciplina Informação, Educação e Conhecimento, conforme apresentado, trata do papel afirmativo e essencial da biblioteca nos quadros de produção de conhecimento, apresentando referenciais que contribuam para a renovação conceitual e prática deste dispositivo, face às demandas do quadro informacional contemporâneo. O caráter residual historicamente atribuído às bibliotecas em Educação é problematizado em seus aspectos conceituais e metodológicos, enquanto questão que merece ser revista à luz de novos referenciais que possam apoiar sua necessária redefinição, face às complexas questões implicadas nos processos de transformação da informação em conhecimento. Os textos gerais e materiais produzidos por pesquisas ligadas ao campo da Mediação cultural e da Infoeducação associados à inclusão de *experiências* e resultados concretos de pesquisa levadas a efeito no sentido de implantar e desenvolver um novo con-

ceito de dispositivo informacional dialógico – as *Estações de Conhecimento*-, têm-se mostrado pedagógica e didaticamente importantes, na medida em que adensam as possibilidades de compreensão das questões estudadas. Nesse quadro, as possibilidades potenciais das bibliotecas, mas também com os desafios implicados na redefinição de rumos para os ambientes informacionais educativos são evidenciados como objeto da prática profissional de futuros bibliotecários.

De modo permanente, a disciplina atenta para que a configuração do programa traga elementos que alimentem a percepção e a compreensão sobre o significado cultural da biblioteca e do bibliotecário nos processos de apropriação dos *saberes informacionais*, tendo em vista o acesso e a apropriação do *saber*.

A preocupação com as práticas bibliotecárias no enfoque do *protagonismo cultural* é recorrente ao longo da disciplina, perpassando diferentes funções e segmentos profissionais. Com ênfase no papel do bibliotecário, sob o prisma das relações entre apropriação da informação e dispositivos informacionais, a disciplina evidencia que a interligação entre Informação, Educação e Conhecimento implica pensar mudanças e questionar o quadro vigente, o que coloca os próprios alunos como *protagonistas culturais*, produtores de conhecimento, inventores de uma nova realidade, e não apenas receptores de informações reproduzindo conhecimentos, sem questionamentos sobre sua validade e pertinência nos variados contextos de atuação. Em decorrência, a disciplina busca incluir recursos que tornem os alunos sensíveis e abertos para discutir a importância e necessidade de um novo bibliotecário/profissional da informação, preparado para compreender e atuar nas complexas tramas da apropriação da informação na contemporaneidade, capazes de perceber a relevância das relações entre conhecimento empírico e conhecimento científico, (tal como apresentado pela *Infoedu-*

cação), alternativa que abre espaço à criação e invenção de caminhos profissionais na luta pelo conhecimento.

Nesse sentido, a disciplina tornou evidente as necessárias aproximações entre Informação e Educação, contribuindo para salientar novas perspectivas profissionais, de caráter interdisciplinar. Face a isso, é possível considerar que IEC poderá atuar para a constituição de novos contornos no papel do bibliotecário, não somente como mediador de informações, mas como sujeito comprometido com a construção de dispositivos informacionais de diferentes naturezas e configurações, o que demanda domínio teórico-metodológico específico compatível com a complexidade da informação na contemporaneidade.

Notas:

1. A disciplina IEC foi antecedida pela disciplina Infoeducação. De caráter optativo, esta, todavia, não chegou a ser oferecida, dado que, no ano seguinte à sua criação, IEC passou a ser ministrada regularmente como disciplina obrigatória. Os parâmetros gerais da IEC foram definidos a partir de referenciais da Infoeducação e da disciplina Infoeducação: acesso e apropriação da informação na contemporaneidade, ministrada no curso de pós-graduação (PPGCI/ECA/USP). Para tanto, os tópicos adotados foram adequados ao contexto do ensino da Biblioteconomia e ao universo de alunos de graduação. Tanto os itens bibliográficos, sobretudo em língua estrangeira e usados como literatura básica da disciplina foram redefinidos, como a ênfase no caráter pragmático dos conteúdos que foram adaptados ao escopo do fazer bibliotecário.
2. O campo teórico da Infoeducação vem sendo desenvolvido por pesquisadores, liderados pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti, diretor científico do Colaboratório de Infoeducação, com sede na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo.
3. Disponível em: <http://goo.gl/7IBxtA>. Acesso em: 21 jan. 2015.
4. ADICHIE, C. O perigo da história única. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso em: 20 jan. 2011.
5. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em: 18 de ago. 2014.

Referências

- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BOSI, A. **Considerações sobre tempo e informação**. Disponível em: [<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0401.php>]. Acesso em 18-09-2010.
- CARNELOSSO, R. M. G. **Oficina de informação: conhecimento e cultura na educação infantil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14112012-081911/>>. Acesso em: 25-08-2015.
- DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Unesco, MEC, 1998. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf> Acesso em: 18-09-2010.
- FARIA, I. P. **Estação Memória: lembrar como projeto**. Contribuições ao estudo da mediação cultural. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://goo.gl/C3xg62>. Acesso em: 18-09-2010.
- JEANNERET, Y. I. **Dispositif**. Disponível em: <http://ensmp.net/pdf/2005/glossaire/dispositif.doc>. Acesso em: 05-08-2012.
- LE DEUFF, O. **La formation aux cultures numériques: une nouvelle pédagogie pour une culture de l'information à l'heure du numérique**. Paris: Fyp éditions, 2011.
- MORIN, E. **Educação planetária: conferência na Universidade São Marcos, São Paulo, Brasil, 2005**. Disponível em: <http://ed-garmorin.or.br/textos.php?tx=30>. Acesso em: 05-08-2012.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- BERG, M. S. Tempo da informação, tempo do conhecimento: velocidade, contemplação e reflexão. **Salto para o futuro**, v.28, n.15, 19-27, set. 2008. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173714Aventura.pdf> Acesso em 05-09-2010.

- OLIVEIRA, A. L. Informação e conhecimento. **Salto para o futuro**, v.28, n.15, 11-18, set. 2008. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173714Aventura.pdf> Acesso em 05-09-2010.
- PERROTTI, E. (coord.) A aventura de conhecer: entre a falta e o excesso de informação. **Salto para o futuro**, v.28, n.15, set. 2008. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173714Aventura.pdf> Acesso em: 05-09-2010.
- PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.L.L.; FUJINO, A.; NORONHA, D.P. **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2008.
- PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Novos saberes para o século XXI. In: MENDONÇA, R. H.; MARTINS, M. F. (orgs.). Novos saberes para a Educação. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília, DF: TV Escola, 2013. p. 9-25 (TV, educação e formação de professores: salto para o futuro 20 anos, 4). Disponível em: <http://goo.gl/QwFkV4>. Acesso em: 20-02-2014.
- PERROTTI, E.; VERDINI, A. Estações do Conhecimento: espaços e saberes informacionais. In: ROMÃO, L.M.S. org. **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta, 2008. p. 13-40.
- PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação**. São Paulo. 2004. 194f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- RUSSEL, B. O conhecimento inútil. In: _____. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p.36-46.

Tópicos de Administração, Geração e Uso da Informação

Estudos de Usuários da Informação

ACESSO, APROPRIAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE

Desafios na Formação do Profissional da Informação

Francisco Carlos Paletta

Introdução

O acesso, apropriação e uso da Informação tem se tornado o principal indicador de competitividade entre os indivíduos, organizações e nações. Compreender o uso das tecnologias na gestão e organização da informação em suas dimensões científica, tecnológica, industrial, mercadológica, estratégica e social é fator fundamental onde o Universo Digital se apresenta como importante desafio na Sociedade em Rede.



Figura 1 – As Dimensões da Gestão e Organização da Informação

O recente desenvolvimento social e tecnológico de nações e regiões tem sido majoritariamente alicerçado em uma cultura de valorização da informação, da inovação e da educação como elementos de promoção do crescimento econômico, geração de riqueza e distribuição de renda.

Toda ciência é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas. Desta forma a sociedade da informação necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso. Hoje, o objeto da Ciência da Informação não é mais o mesmo da Biblioteconomia e de suas veneráveis disciplinas coirmãs. Não é mais a Biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas é a informação que apresenta foco (LE COADIC, 1996).

Na área da gestão da informação, a rápida obsolescência do conhecimento associa-se à necessidade de um profissional com visão holística, habilidades gerenciais, metodológicas, culturais e sistêmicas. A competitividade global impõe um novo perfil profissional, que tem como desafio equilibrar as habilidades de uma sólida formação acadêmica, visão técnica aplicada, com a capacidade de gestão dos processos produtivos com foco na competitividade e atuação global dos profissionais e das organizações.

Educação e Ciência da Informação

Um dos principais desafios da educação na área da Ciência da Informação é o desenvolvimento de currículos que proporcionem uma formação alinhada com os desafios do mercado global, sem deixar de se preocupar com a formação cultural e humanística dos profissionais que atuam na área, em um contexto onde a tecnologia desempenha papel fundamental na gestão da informação e produção de conhecimento. Fator relevante neste processo de formação de profissionais que atuam na área da gestão e organização da informação está na estruturação de um modelo de ensino que contemple um corpo docente capaz de reunir mestres e doutores bem como profissionais que ocupem posições ativas e estratégicas no mercado de trabalho, o que permite enri-

quecer o ambiente acadêmico com novas visões e tendências. Aulas tanto teóricas quanto práticas devem fazer uso de modernos recursos computacionais que permitam a reprodução de ambiente de pesquisa, desenvolvimento e produção levando o aluno e o professor a vivenciar a realidade competitiva em que as organizações estão inseridas.

No contexto da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e áreas afins, há forte demanda por profissionais com competências e habilidades multidisciplinares, sem fronteiras geopolíticas, com diversidade cultural, com forte dependência por inovação e uso das tecnologias. Assim, torna-se fundamental estudar e compreender o projeto político pedagógico praticado pelas universidades nesta área do conhecimento, sua necessidade de atualização com foco no perfil do egresso que esteja preparado para atuar nos setores estratégicos e indutores de desenvolvimento sustentável da sociedade moderna: produtivo, educação e pesquisa.

Para os desafios da competitividade global, impõe-se o valor estratégico da ciência e do conhecimento. Dentre as questões macro conjunturais apresentadas para o Brasil, uma que interessa sobremaneira trata da modernização e internacionalização do nosso modelo acadêmico. Não basta mais garantir a boa formação aos estudantes, é preciso desenvolver novas habilidades exigidas pelos mais diversos campos de trabalho altamente impactado pela demanda crescente por informação gerada pela explosão do Universo Digital e da Sociedade em Rede.

Nesse contexto de mudanças cada vez mais dinâmicas, o conhecimento torna-se obsoleto rapidamente. No caso da Ciência da Informação, vanguarda em relação a muitos campos do saber científico-tecnológico, pode-se inferir que metade do aprendizado adquirido em tecnologia na universidade estará superada após cinco anos. É preciso, então, pensar em

uma qualificação holística, valorizando habilidades de gestão, comunicação, liderança, metodológicas, culturais, multidisciplinares e sistêmicas — todas destacadas na economia do conhecimento.

Para bem pensar hoje o ofício da educação, é preciso compreender e valorizar a complexidade do mundo contemporâneo. Além de uma competência técnica específica, no caso da Ciência da Informação absolutamente indispensável, a maioria das novas ou renovadas profissões exigirá a prática de inúmeras capacidades culturais. Educar o profissional da informação para o século XXI é equilibrar o binômio especialista, em sua dimensão técnica, versus generalista, de caráter multidisciplinar.

Inovação e Conhecimento na Sociedade em Rede

Na história da industrialização, é partindo do âmbito das ideias e observações que se passa à experimentação, depois ao desenvolvimento tecnológico para alcançar o mercado via modelo de negócios. Gestão da inovação é a gestão da cadeia de valores que envolvem ideias, modelos de negócio e mercado. Com base nas definições da OCDE, inovações do tipo organizacionais podem produzir mudanças significativas nas práticas de gestão do conhecimento, e algumas informações sobre a gestão do conhecimento podem ser obtidas a partir das questões sobre a inovação organizacional.

De acordo com o Manual de Oslo (2005), gestão do conhecimento envolve aquisição, utilização e compartilhamento de conhecimentos. Trata-se de administrar interações externas e fluxos de conhecimento, incluindo métodos e procedimentos de busca de conhecimento externo e estabelecimento de relacionamentos mais estreitos com empresas, consumidores ou instituições de pesquisa (OECD, 2005). São práticas de gestão do conhecimento, políticas e estratégias, liderança, captura de conhecimento, treinamentos e

comunicações. A gestão do conhecimento envolve práticas de aquisição de conhecimentos externos e interação com outras organizações e de compartilhamento e utilização do conhecimento no interior da instituição. Segundo o Manual de Oslo, as práticas de gestão do conhecimento voltadas para a melhoria do fluxo interno e do uso da informação incluem:

- Bases de dados sobre as “melhores práticas”;
- Educação regular ou programas de capacitação;
- Grupos de trabalho formais e informais para promover a comunicação entre os colaboradores e sua interação;
- Atividades de integração entre setores de diferentes áreas.

O processo de inovação não pode ser representado por uma sequência linear de eventos, a partir apenas de um único fator. Trata-se de um processo que ocorre de forma interativa, que envolve múltiplas relações e aspectos, como domínio de conhecimento; necessidades sociais; procura pelo mercado; apoio governamental; disponibilidade de capital; serviços de apoio como marketing e design entre outros (REIS, 2004).

As decisões sobre como usar e trocar conhecimentos existentes e obter novos conhecimentos é fundamental para a operação das organizações. Assim, os sistemas adequados à gestão do conhecimento podem melhorar a competitividade e a capacidade inovadora (OECD, 2008).

Nas últimas décadas a tecnologia tornou-se cada vez mais baseada na ciência – com a escolha de problemas e a condução da pesquisa frequentemente inspiradas pelas necessidades da sociedade – e em especial sobre a relação entre a busca de entendimento fundamental, de um lado, e as considerações de uso do outro. É óbvio que a maioria dos segredos básicos da natureza foram elucidados por homens movidos apenas pela curiosidade intelectual, que desejavam descobrir novo conhecimento pelo conhecimento em si. A aplicação do

conhecimento vem normalmente mais tarde, frequentemente bem mais tarde; também é realizada por outros homens, com dons e interesses diferentes (STOKES, 2005).

A pesquisa básica é precursora do progresso tecnológico à medida que se converte as suas descobertas em inovações tecnológicas capazes de satisfazer toda a gama de necessidade da sociedade: econômica e social. Aqueles que investem em ciência básica obterão seu retorno em inovações tecnológicas pelos processos de transferência de tecnologia. Uma nação que depende de outras para obter seu conhecimento científico básico novo será lenta em seu progresso industrial e fraca em sua situação competitiva no comércio mundial (BUSH, 1945).

Informação 3.0 e a Formação do Profissional da Informação

Num mundo sem barreiras à produção do conhecimento, mobilidade, e capacidade de cooperação em rede, passaram a ser conceitos chaves para todos os profissionais que atuam com a gestão da informação e para as organizações que competem num mercado cada vez mais globalizado. Mobilidade deve ser entendida não apenas no seu aspecto físico – até porque, num mundo integrado pela tecnologia da informação e da comunicação, a mobilidade está se tornando cada vez mais virtual, principalmente no sentido de flexibilidade, de adaptabilidade, e de interatividade.

A mobilidade é o conjunto de atributos que permite ao profissional, aproveitar novas oportunidades em um cenário global. A mobilidade exige competências que vão além da formação acadêmica tradicional, e a garantia oferecida por padrões internacionais de certificação e validação dos diplomas de nível superior. Esta é uma tendência irreversível que decorre de novas formas de organização da produção, de que são exemplos o *outsourcing*, ou terceirização dentro das fronteiras nacionais, o *offshoring*, ou terceirização internacional,

e a formação de cadeias de suprimento, de informações e de conhecimento. A mobilidade impõe-se pela necessidade de garantir a competitividade dos blocos econômicos regionais, bem como o desenvolvimento local, em resposta aos esforços da competitividade global. Para alcançar esta mobilidade, o profissional da informação necessita aliar o conhecimento técnico e científico tradicional – elementos básicos da ciência da informação – a habilidades de gestão que o qualificam a assumir responsabilidades no novo ambiente organizacional.

Dado que os saberes científicos e as inovações tecnológicas estão desigualmente repartidos entre países ricos e pobres, por níveis educacionais e faixas etárias, a problemática da diversidade cultural e os estudos sobre ela devem fazer parte da consideração teórica, da investigação empírica e do planejamento de políticas neste campo. Também é necessário delimitar o alcance da posição oposta, que afirma, a partir da antropologia, que todas as sociedades, em todas as épocas, foram sociedades do conhecimento, ou seja, que todo o grupo humano dispôs de um conjunto de saberes apropriado ao seu contexto e aos seus desafios históricos (CHOO, 2003).

A organização do conhecimento liga os três processos de uso estratégico da informação – a criação de significado, a construção do conhecimento e a tomada de decisões – num ciclo contínuo de aprendizagem e adaptação que podemos chamar de ciclo do conhecimento. Entre os elementos mais importantes que influenciam o uso da informação estão às atitudes do indivíduo em relação à informação e a sua busca, atitudes essas que são fruto da educação, do treinamento, da experiência passada, das preferências pessoais. O risco aqui é de uma simplificação, de ver o usuário da informação como alguém que quer extrair informações específicas e definitivas no menor tempo possível, ou como alguém disposto a investir esforço para buscar e explorar o conhecimento. A verdade é que as pessoas oscilam continuamente entre extrair e ex-

plorar, e que o uso da informação é um processo confuso, desordenado, sujeito aos caprichos da natureza humana, como qualquer outra atividade (CANCLINI, 2009).

O desenvolvimento da tecnologia da informação seguiu o curso do processo de industrialização. Inicialmente, a competência exigida era eminentemente técnica. Em um segundo momento, à medida que a indústria se diversificava e sofisticava, passou a ser requerida a qualificação científica. Já na terceira etapa, adicionam-se a necessidade das competências gerenciais. A direção seguida no processo foi a da especialização crescente. Avançou-se, então, para um quarto estágio, a que se chegou optando pela direção inversa – indo-se da especialização para a formação holística, como uma exigência da mobilidade e relacionada à flexibilidade mental e, portanto, à inovação. A relação entre conhecimento holístico, mercados globalizados, economia do conhecimento e desenvolvimento sustentável é intrínseca.

Para um profissional da informação, ter formação holística significa agregar às competências técnicas básicas novas conhecimentos e habilidades. Esse profissional deverá conviver em comunidades e culturas diversificadas, que interagem e resolvem questões e problemas do cotidiano a partir de um olhar peculiar e característico. O profissional deve ter capacidade de comunicação e saber trabalhar em equipes multidisciplinares. Ter consciência das implicações sociais, ecológicas e éticas envolvidas na gestão, acesso e uso da informação. Falar mais de um idioma e estar disposto a trabalhar em qualquer parte do mundo também são características demandadas pelo mercado de trabalho que coloca a competitividade e produtividade no centro da sua estratégia.

Uma compilação de estudos recentes resume o tipo de competências e habilidades requeridas hoje de um profissional da informação:

- Aplicação dos conhecimentos de gestão, organização, acesso e uso da informação;
- Atuação em equipes multidisciplinares;
- Identificação, formulação e solução de problemas de gestão do conhecimento;
- Senso de responsabilidade ética e profissional;
- Reconhecimento da necessidade de treinamento contínuo;
- Utilização de técnicas e ferramentas modernas das boas práticas de organização, acesso, uso e gestão da informação;
- Projeto de sistemas, componentes e processos para atender a necessidades específicas dos usuários;
- Responsabilidade socioambiental;
- Compreensão do impacto das soluções de TICs em um contexto global e social.

A formação de tais habilidades exige que as disciplinas técnicas previstas nas diretrizes curriculares sejam complementadas com conteúdo interdisciplinar, e que a teoria esteja acoplada à solução de problemas. A cooperação entre a universidade e as organizações nesse caso é fundamental. A compreensão do contexto em que se desenvolvem as atividades de ciência da informação nos diversos países ajuda a quebrar as barreiras culturais. A educação continuada ou a aprendizagem ao longo da vida é exigência de um mundo em transformação acelerada e da tendência de envelhecimento da população, que leva a uma extensão da vida útil da força de trabalho.

Usuários da Informação na Sociedade em Rede

A inovação tecnológica constitui uma ferramenta essencial para aumentar a produtividade e a competitividade das organizações, assim como para impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões e países. O desenvolvimento não deriva de um mero crescimento das atividades econômicas existentes, mas reside fundamentalmente em um processo qualitativo de transformação da estrutura produtiva no sentido de incorporar novos produtos e processos e agregar valor à produção por meio da intensificação do uso da informação e do conhecimento.

No novo contexto mundial definido pela globalização e pela mudança tecnológica, o conhecimento tornou-se principal riqueza das nações, das empresas e das pessoas, podendo também vir a constituir o principal fator de desigualdade. A Sociedade da Informação é a pedra angular das Sociedades do Conhecimento. O conceito de “sociedade da informação” está relacionado à ideia da “inovação tecnológica”, enquanto o conceito de “sociedades do conhecimento” inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de “sociedades do conhecimento” expressa a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo. O conhecimento em questão não só é importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade (CASTELS, e CARDOSO, 2005).

A expressão *Information Literacy* tem suas origens no surgimento da sociedade da informação, caracterizada pelo rápido crescimento da informação disponibilizada e as mudanças ocasionadas pela tecnologia usada para gerar, organizar, disseminar, acessar e usar a informação (MELO 2007).

Competência Informacional ou *Information Literacy* está ligada a necessidade de se desenvolver nos indivíduos

aptidões sobre habilidades e competências relacionadas ao acesso, uso e disseminação da informação, objetivando fazer uso desta de forma ética e eficiente, para que o ser humano através de seu intelecto e processo cognitivo possa produzir novo conhecimento (CAMPELO, 2003).

A noção de fácil acesso à informação por meio da tecnologia a partir do estabelecimento de redes, Internet e as telecomunicações, criou uma noção errônea do imperativo tecnológico como resposta às deficiências comunicacionais e educacionais da humanidade. O conhecimento e o uso deste ferramental tecnológico são essenciais nos dias de hoje, porém é preciso considerar que por si só a tecnologia não leva à comunicação e à educação. A competência informacional esta fortemente relacionada ao processo de interiorização de conhecimentos, habilidades e valores ligados à informação e ao aprendizado (DUZIACK, 2001). Em um contexto mais prático converge para um conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar a informação em diferentes ferramentas e suportes (DUZIAK, 2003).

O ser humano cria sua própria realidade e tem seus próprios estoques internos de informação, os quais são usados para compreender as informações externas e as diferentes situações em que os indivíduos se encontram em dado momento. O comportamento de busca e uso de informação são modelados pelo estilo cognitivo do indivíduo e por fatores que geram o encontro do usuário com os sistemas de informação ou as consequências de tal confronto. É preciso atentar para o fato de que não é possível mais se limitar à tarefa de localizar fontes de informação, não levando em consideração as tarefas de interpretação, formulação e aprendizagem envolvidas no processo de busca de informação.

O aumento no acesso à vasta quantidade de informação requer, entretanto, serviços que se centrem no significa-

do da busca mais do que meramente na localização da fonte. Nessa perspectiva, os usuários da informação não podem ser vistos apenas como um dos integrantes do sistema, mas como a “razão de ser” do serviço. Sistemas de informação organizados nessa perspectiva tradicional concentram-se prioritariamente na aquisição e administração de grandes coleções de materiais.

Assumiu-se, durante décadas, que as atividades técnicas dos sistemas eram o seu ponto nevrálgico. Considerava-se que os usuários utilizavam o sistema exatamente da maneira como estes tinham sido projetados. Não se imaginava indagar, aos sistemas, questões imprescindíveis sobre a identidade e propósitos principais de seus usuários.

Como a informação era considerada como algo existente fora das pessoas e passível de ser transferida de uma para outra, parecia ser possível que eficiência e sucesso das operações de um sistema pudessem ser medidos em função do número de fontes de informações recuperadas pelo sistema versus o que realmente foi de interesse do usuário. Isso, na realidade, coloca novamente o usuário como um processador imperfeito da informação, pois já é sabido que nem todas as pessoas se interessam pelas mesmas fontes indicadas. Resulta desse procedimento que hoje em dia se conhece muita coisa sobre planejamento, aquisição, organização, controle e desenvolvimento de coleções, mas muito pouco sobre como as pessoas fazem uso dos sistemas ou para que fins e como a informação que é a matéria-prima dos sistemas está sendo utilizada (FERREIRA, 1995).

Considerando as sete faces da *Information Literacy*: Tecnologia da Informação, Fontes de Informação, Processo de Informação, Controle da Informação, Construção do Conhecimento, Extensão do Conhecimento e Inteligência (BRUCE, 2013), podemos afirmar que neste contexto, as bi-

bibliotecas são vistas como modelo de ambiente informacional e como espaço de aprendizagem.

Partindo da premissa de que o ser humano necessita constantemente renovar os seus conceitos, está surgindo uma nova forma de interatividade entre usuário e a Internet: a Web Semântica ou Web Inteligente. A construção de uma Internet mais inteligente pode provocar uma mudança significativa nos modelos de acesso, apropriação e uso da informação. Com o uso de novas tecnologias é possível tornar o acesso a informação mais fácil e aperfeiçoar os processos de busca de informação e geração de novo conhecimento.

A Web Semântica é uma web com toda sua informação organizada de forma que não somente seres humanos possam entendê-la, mas principalmente máquinas. É neste ponto que surge um novo usuário da informação com novas demandas por recursos computacionais e novas capacidades em produzir novos conhecimentos. Conhecer este usuário e seus modelos de busca demanda novos estudos e pesquisas que possam permitir redimensionar os serviços de informação oferecidos pelas Bibliotecas e Centros de Informação.

Informação, Web de Dados e Desenvolvimento Tecnológico

O Brasil passa por um ciclo intenso e vigoroso de transformações e mudanças estruturais e tecnológicas na produção e acesso a informação. Há, entretanto, necessidades de aprofundamento das transformações, em especial nas áreas de educação e de tecnologia, a fim de criar novos ciclos de desenvolvimento, permitindo assim ao país atingir níveis mais elevados de qualidade de vida para sua sociedade.

Consideramos que a velocidade de consolidação do Brasil em um país desenvolvido depende da qualidade da distribuição interna de renda, recursos e conhecimento, além de um posicionamento estratégico no mercado global. Neste

sentido, uma das principais ações que devem receber destaque nos próximos anos é o empreendedorismo tecnológico, isto é, a capacidade de oferecer ao mercado, novos produtos e serviços baseados em tecnologias inovadoras.

Este papel desafiador compete a todos os setores da sociedade e em particular aos profissionais da ciência da informação, que devem ser capazes de produzir conhecimento, utilizando-se de novas técnicas e criatividade.

As mudanças ocasionadas pela tecnologia em gerar, disseminar, acessar e usar a informação demanda por novas habilidades e competências. É neste ponto que surge um novo usuário da informação com novas demandas por recursos computacionais e novas capacidades em produzir novos conhecimentos.

Web Semântica ou Web de Dados é uma das grandes propostas para o futuro da Internet, pois será ela que definitivamente organizará todas as informações disponíveis na Internet. A Web 3.0 permitirá que os aplicativos baseados na Web sejam *Open-Source* e viabilizará a interatividade em diversas áreas da Web.

Com o fenômeno do Big Data, a Web 3.0 terá como objetivo organizar as informações para que os usuários tenham mais facilidade no acesso e uso. A busca Semântica como é chamada os buscadores da Web 3.0, organizam informações por assuntos determinados, algo bem mais complexo do que é usado atualmente pelo mundo inteiro. A rede mundial de computadores ainda não consolidou a Web 2.0 e empresas já começam a desenvolver a Web 3.0. Será um modo mais organizado de procurar informações na Internet (PALETTA, e PUIG, 2014).

Evidencia-se a influência que a tecnologia da informação pode e deve exercer na gestão e organização do conhecimento, permitindo a universalização do acesso à informação. Cabe à academia, em sintonia perfeita e em cooperação tec-

nológica com o setor produtivo e de serviços, contribuir para a formação adequada dos recursos humanos, oferecendo não só a formação técnica, mas também humanística, de modo que os novos profissionais da ciência da informação se tornem vetores de produção de riqueza, distribuição de renda, e desenvolvimento econômico sustentável.

A crescente disponibilização das tecnologias e o fluxo cada vez maior e mais rápido do acesso a informação tem desafiado a Biblioteconomia e conseqüentemente os Bibliotecários no entendimento de novas práticas de apropriação e uso da informação na produção do conhecimento. As novas tecnologias têm permitido aumentar a produtividade dos profissionais da informação, aprimorar o processo de tomada de decisão e acentuar a satisfação do usuário da informação. Aumentar a produtividade e construir ambientes ágeis que permitam às Bibliotecas responder as demandas da gestão da informação é fator fundamental para a construção de um portfólio adequado de Serviços propostos pela Biblioteca que possa atender as demandas do Usuário cada vez mais conectado e independente no uso de ferramentas WEB de busca e acesso à informação.

Referências

- BUSH, V. Science, the endless frontier. Disponível em <https://archive.org/details/scienceendlessfr00unit>. Acesso em: 18 jun. 2015
- BRUCE, C. Seven Faces of Information Literacy. Disponível em: <http://www.bestlibrary.org/digital/files/bruce.pdf> Acesso em: 26 mar. 2015.
- CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G. The Network Society: From Knowledge to Policy. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.
- CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organi-

- zações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.
- CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- DUDZIAK, E. A. A Information Literacy e o Papel Educacional das Bibliotecas. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr.2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123>. Acesso em: 18 jul, 2015.
- FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas e novos usuários da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.2, p. 217-223, maio/ago. 1995.
- Le COADIC, Y. F. A ciência da informação. Brasília, DF: Briquet de lemos/livros, 1996.
- MELO, A. V. C.; ARAUJO, E. A. Competência Informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.185-201, maio/ago. 2007.
- OECD/Statistical Office of the European Communities, Luxembourg. Oslo Manual: Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data. 3rd Edition. The Measurement of Scientific and Technological Activities, OECD Publishing, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264013100-en>
- OECD. Manual de Frascati 2002: Proposta de Práticas Exemplares para Inquéritos sobre Investigação e Desenvolvimento Experimental, F-Iniciativas, Spain, 2008. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264065611-pt>
- PALETTA, F. C.; MALDONADO, E. P. Inteligência Estratégica e Informação Perfil Profissional na Era da Web 3.0. *Revista Inte-*

- ligência Competitiva. v.4, p.1-10. 2014. Disponível em: <http://www.inteligenciacompetitivarev.com.br/ojs/index.php/rev/article/view/84>. Acesso em: 28 jun, 2015.
- PALETTA, F. C.; MALDONADO, E. P. Informação, ciência e tecnologia. Demanda por novos perfis profissionais. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION, XIII, Guimarães, Portugal, 2014. Guimarães: INTERTECH, 2014. p.181-184. Doi: 10.14684/intertech.13.2014.181-184.
- REIS, D. R. Gestão da inovação tecnológica. Barueri, SP: Monole, 2004.
- SLOEP, P.; BERLANGA, A. Learning Networks, Networked Learning. Comunicar: Revista Científica De Comunicación Y Educación Comunicar: Scientific Journal of Media Education. Revista Comunicar, vol. 19, n. 37, 2011, pp.55-64. Doi: <http://dx.doi.org/10.3916/C37-2011-02-05>
- STOKES, D. E. O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

Tópicos de Análise Documentária

Indexação: teoria e métodos

Giovana Deliberati Maimone

Nair Yumiko Kobashi

Denysson Mota

1. Introdução

A disciplina intitulada “Indexação: teoria e métodos” integra a grade curricular do curso de “Biblioteconomia e Documentação”, oferecido pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tem como objetivo capacitar o aluno a compreender e desenvolver os processos de organização da informação, em particular a indexação, para recuperar informação em ambientes locais e eletrônicos. Além de extenso referencial teórico da área de Análise documentária, que engloba desde a leitura documentária até as normas, políticas e metodologias de indexação, a disciplina também conta com referências ao uso de softwares de indexação automática, de modo a promover a incorporação do ambiente eletrônico aos estudos do campo da Biblioteconomia. Visando a constante atualização do profissional da informação, são inseridas discussões sobre as tendências de indexação na web, como é o caso dos marcadores (tagging), das folksonomias e a otimização das tecnologias da informação para acesso e recuperação da informação. A prática de exercícios de indexação de materiais gráficos, em sala de aula, prioritariamente de textos científicos, possibilitam ao corpo discente desenvolver expertise técnica e intelectual no tratamento de documentos para indexação. Observa-se, neste sentido, a fundamental contribuição do estágio obrigatório

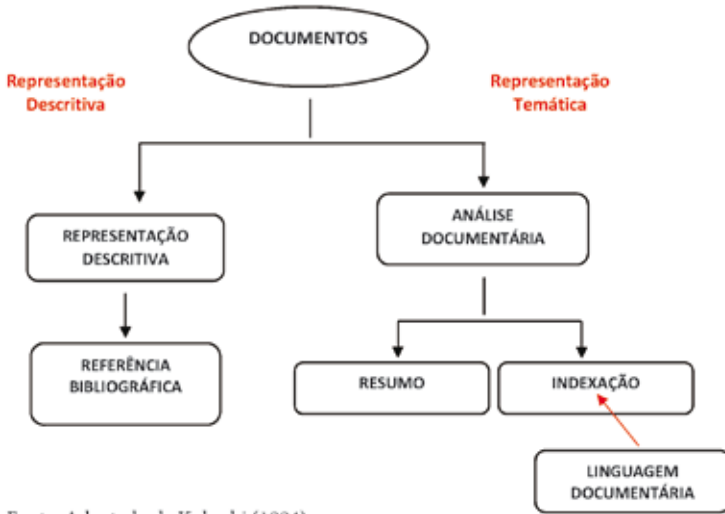
em Ambientes de Informação, verificando-se a aplicação prática das teorias e métodos propostos. Portanto, as atividades realizadas em sala de aula causam impacto significativo na elaboração de produtos documentários, função básica e essencial para a atuação competente do futuro profissional da informação.

2. Representação Documentária e Indexação

A representação de documentos é um conjunto de atividades que tem como principal intuito representar conteúdos informacionais de documentos, por meio dos elementos que os identifiquem de forma específica, para torná-los recuperáveis.

Deste modo, as ações de representação de documentos podem ser segmentadas em dois grandes grupos: a representação descritiva, que visa identificar um documento, a partir de suas características “físicas”, e a representação temática, que supõe a análise, a condensação e a representação de documentos de acordo com os “assuntos” neles contidos. Os índices e os resumos documentários, são os principais produtos destas ações. Esses procedimentos podem ser representados graficamente como na figura abaixo:

Figura 1: A representação de documentos



Fonte: Adaptado de Kobashi (1994).

Ao tratar especificamente da indexação, pode-se caracterizá-la como um conjunto de ações que visam identificar e descrever conteúdos de documentos, de acordo com seus assuntos, por meio da “atribuição” de termos de uma linguagem de indexação, também chamada de linguagem documentária. De acordo com a norma “NBR 12676/1992 – Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação”, os estágios da indexação podem ser divididos em três: a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; e, c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

É essencial ressaltar que a indexação somente faz sentido se a recuperação da informação for efetiva, concorrendo, para isto, fatores que garantem sua qualidade, como por exemplo, a consistência na especificidade dos termos atribuí-

dos, o conhecimento e capacidade do indexador e a qualidade dos instrumentos de indexação utilizados (NRB 12676/1992).

Uma vez concebida a ideia de que a indexação é realizada por meio de atividades de análise, síntese e representação, pode-se adentrar nos aspectos que envolvem a leitura documentária, uma das primeiras variáveis que influem diretamente na qualidade da indexação acima comentada.

A leitura influencia e é influenciada pelos aspectos culturais e ideológicos que fazem parte da vivência humana, sendo que a interpretação de um texto depende do processamento das informações, do próprio texto de partida e do contexto de ambos (FUJITA, NARDI, SANTOS, 1998; FUJITA, 2004). Em leitura documentária, utiliza-se um procedimento específico de leitura chamada de “leitura técnica” que, segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 222), compreende:

[...] o estudo metódico do conteúdo de um documento que realiza o classificador para determinar os assuntos tratados e, mediante uma operação analítico-sintética, estabelecer os símbolos que representarão esse item no acervo. A leitura técnica compreende a análise do corpo central da obra, complementada por outras fontes de informação que integram a obra sob estudo, como o título e seu grau de representatividade, o sumário e o índice de assuntos, as orelhas e as contracapas, o prefácio, a catalogação e a classificação na fonte.

A leitura documentária, um dos aspectos da Análise documentária, tem como função principal condensar o conteúdo dos documentos para, em seguida, serem atribuídos a estes últimos os termos que expressam seu “assunto” ou tema. A leitura documentária depende, por sua vez, da qualidade do texto e da capacitação em realizar a análise, a síntese e a representação de textos. Neste contexto, é importante considerar algumas das condições impostas ao indexador. São elas: limite de tempo, propósito definido, geração de pro-

duto, metodologia de indexação, contexto de trabalho, entre outras, sendo que uma das dificuldades apontadas pelos profissionais é compatibilizar o conteúdo informacional dos textos com os termos propostos pela linguagem do sistema (CINTRA, 1987, FUJITA, 1999).

A linguagem do sistema, que também podem ser chamadas de linguagem de indexação ou linguagem documental, pode ser definida como: todo sistema artificial de signos normalizados, que facilitam a representação formalizada do conteúdo dos documentos para permitir a recuperação, manual ou automática da informação solicitada pelos usuários, sendo que seu objetivo principal é assegurar o controle de vocabulário de domínios de conhecimentos (CINTRA et al, 1997; FUJITA; LEIVA, 2010).

A função principal de uma linguagem de indexação é a de compatibilizar a linguagem utilizada por uma comunidade de usuários e entre várias instituições. Semelhante compatibilização é fundamental para elaborar estratégias de busca adequadas para a recuperação de informações (CINTRA et al, 1997). As linguagens organizadas como instrumentos de indexação e recuperação, de acordo com suas características, podem receber diferentes denominações: tesouros, vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, ontologias, entre outras.

3. Política e Prática da Indexação

O principal propósito de um serviço de indexação é assegurar que documentos e informações cheguem aos usuários com precisão. Toda política de indexação é contextual, variando de acordo com o perfil da instituição e perfil e necessidades dos usuários.

Com o fim de tornar realizável a recuperação de informações presentes nos acervos dos diversos tipos de Centros Informacionais, uma política de indexação deve servir como

um guia para a tomada de decisões e deve levar em conta os seguintes fatores:

- Características e objetivos da instituição;
- Identificação dos usuários;
- Identificação de recursos humanos, materiais e financeiros que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações.

Verificadas as necessidades particulares de cada instituição, é possível realizar indexações mais condizentes com as necessidades dos respectivos públicos. Neste sentido, é pertinente avaliar as políticas de indexação, sendo que alguns elementos devem ser considerados, como:

- Aspecto estratégico: para quem a política é direcionada? Quais os limites de sua aplicação?
- Ferramentas de indexação: quais são as linguagens e esquemas de classificação utilizados? Quais são as características de cada linguagem?
- Aplicação das ferramentas: como serão utilizadas? Quais são os tipos de documentos indexados?

Em complemento ao exposto acima, pode-se dizer que na avaliação de um Sistema de Indexação e Resumos (SIR) procura-se determinar a qualidade do produto oferecido, o seu nível de desempenho em relação às necessidades dos usuários da informação e os custos decorrentes. Assim, é fundamental, segundo Lopes (1985), analisar os seguintes aspectos:

- Relevância = capacidade do sistema em fornecer respostas que realmente correspondam à questão proposta.
- Cobertura = abrangência em relação à literatura sobre um assunto. Indexar todos os materiais publicados é impossí-

vel e a cobertura é determinada pela proporção da literatura sobre um tema, ou temas, incluída no SIR.

- Revocação = capacidade do SIR de oferecer, em resposta a uma questão, todas as referências relevantes existentes na base de dados. Esta é uma questão controvertida. Muitos teóricos da área consideram difícil avaliar a revocação dos sistemas.
- Precisão = capacidade do SIR em fornecer apenas referências relevantes, eliminando as que não são relevantes para a questão proposta.
- Novidade = medida da proporção de referências relevantes recuperadas no SIR, que o usuário não conhecia anteriormente.
- Esforço do usuário = dependente da precisão com que os materiais são indexados.
- Tempo de resposta = tempo decorrido entre a pergunta e a resposta fornecida pelo sistema.
- Produtos oferecidos = são compostos por relatórios de bases de dados, índices impressos, resumos e as formas de saída que resultam das buscas de informação (qualidade tipográfica, existência de resumos, referências, etc.).
- Linguagem de indexação = usada para identificar os assuntos dos documentos, sendo que a qualidade da indexação tem reflexos diretos na recuperação de informações e satisfação dos usuários.

É necessário enfatizar que a escolha da linguagem documentária é fator essencial para a eficácia de um sistema de recuperação da informação, que deve considerar, principalmente: os objetivos do sistema, o tipo de usuário e a abrangência / especificidade dos assuntos dos documentos armazenados no sistema. Neste sentido, podem ser destacadas: as linguagens de indexação pré-coordenadas, que combinam ou coordenam os termos no momento da indexação e as pós-

coordenadas, que combinam ou coordenam os termos no momento da busca (VALE, 1987).

De modo geral, um índice documentário é um mecanismo ou instrumento auxiliar, usado, tanto na armazenagem, como na busca e recuperação da informação. O índice é utilizado, via de regra, para localizar um material numa base de dados, como instrumento de indexação para auxiliar o indexador no momento da “escolha” dos termos a serem atribuídos a um documento, como ferramenta para auxiliar o usuário a encontrar o material de que necessita, recorrendo aos descritores das linguagens documentárias, como também, para a aprendizagem de novos termos e relações entre eles (CUNHA, CAVALCANTI, 2008).

Além da indexação, dita “manual”, também há outros dois tipos de indexação, chamadas de “automática” e “semiautomática”.

4. Indexação Automática e Semiautomática

A indexação não ocorre apenas de forma manual. Embora denominada comumente de indexação “manual”, é melhor caracterizá-la como uma operação intelectual humana. É possível realizar a indexação também de forma assistida por computador. Lancaster (2004) aborda as diversas formas de tratamento para a geração de termos de indexação e resumos, seja de forma automática ou semiautomática. Para o autor, as diferentes formas e técnicas de indexação utilizadas auxiliam o profissional da informação em seu trabalho diário, automatizando um trabalho, de certa forma, repetitivo.

A forma mais simples de indexação automática consiste em contar palavras, um mecanismo que simula a leitura humana pelo computador. As contagens são geralmente realizadas mediante o uso de duas listas: uma negativa e uma positiva. A primeira contém palavras consideradas pouco significativas que, por isso, precisam ser ignoradas, como os

pronomes ou outras palavras consideradas vazias de significado para os fins da indexação. A segunda lista é constituída de palavras consideradas muito relevantes e que, caso apareçam no texto analisado, serão contabilizadas. O software SISA (GIL LEIVA, 2003) opera, como muitos softwares, com essas duas listas para gerar as recomendações de palavras-chave.

É possível também que estes tipos de softwares conttenham palavras que não estão em nenhuma das duas listas, isto é, são listagens de palavras que podem ser relevantes mas que não foram consideradas previamente, principalmente na lista positiva. Além de usar palavras, também é possível extrair sentenças completas que sejam julgadas relevantes para identificar e descrever o texto analisado (LANCASTER, 2004). Estes mecanismos, no entanto, exigem maior trabalho nas etapas de elaboração do projeto e programação, principalmente para estabelecer a frequência de aparecimento das palavras que possam ser consideradas relevantes nos documentos, assim como para definir uma lista das expressões que precisam ser avaliadas.

O principal aspecto da indexação automática é o cálculo ou estabelecimento da relevância das palavras e expressões. A frequência da palavra no texto, de forma pura e simples, pode ser, em diversos casos, enganadora, levando o software a considerar como relevante uma palavra pouco significativa. Lancaster (2003) usa o exemplo da palavra *biblioteca* em um acervo sobre Biblioteconomia para ilustrar que uma palavra muito frequente, em uma base ou repositório, em que ela aparece bastante, torna-se irrelevante. Nesse sentido, a relação entre a frequência das palavras em um texto e sua frequência no acervo, portanto a frequência relativa de um termo, é considerada mais rica e eficaz em termos de indexação automática. Para ilustrar, Lancaster (2004) utiliza

a palavra *amianto* em um acervo de Biblioteconomia, ou a palavra *biblioteca* em um acervo de uma fábrica de cimento.

O software, depois de realizada a contagem, o sistema apresenta ao indexador (no caso da indexação semiautomática) ou vincula diretamente (no caso da indexação totalmente automática) os termos de indexação selecionados como relevantes. Essa vinculação pode ocorrer de forma direta, isto é, as palavras vinculadas são apenas as extraídas do texto, ou indireta, por atribuição. Este último modo se assemelha à forma com que os profissionais de biblioteconomia trabalham, escolhendo termos considerados como descritores do texto, mesmo que elas não estejam materialmente expressas no texto. O computador realiza essa atribuição mediante a comparação das palavras contabilizadas com uma lista de termos relacionados ou equivalentes, atribuindo não apenas os termos encontrados, mas aqueles que aparecem na lista. O software SISA também possibilita incluir uma lista de termos gerais para uso nestes moldes (GIL LEIVA, 2003). Lancaster (2004) usa o exemplo do termo *chuva ácida*, que poderá ocorrer, por exemplo, na atribuição de termos relacionados a *poluição atmosférica* e *dióxido de enxofre*.

No entanto há problemas com a indexação automática. Os mais comuns são a subatribuição, situação em que o computador não seleciona os termos que os indexadores humanos atribuiriam ao texto, e a superatribuição, quando o computador seleciona termos que os indexadores humanos não considerariam relevantes para representar o texto. Segundo Lancaster (2004), os termos escolhidos por computadores são de 80% a 90% semelhantes aos selecionados por humanos. Portanto, há uma faixa de 10% a 20% de termos que ou foram atribuídos desnecessariamente, ou não foram identificados como relevantes.

5. Considerações Finais

A indexação, como exposto neste texto, é fundamental para que ocorra a adequada recuperação de informações. Certamente, é necessário buscar formas cada vez mais aprimoradas de realizar esse processo, seja pela intervenção direta de indexadores humanos, seja por meio de procedimentos assistidos por computador. Procurou-se, aqui, expor os principais aspectos da indexação, tais como a análise, a condensação e a representação de conteúdos informacionais. A análise é um processo de interpretação que, na indexação, requer técnicas específicas apoiadas nas teorias de processamento de textos e na Linguística textual (CINTRA, 1987). A condensação, por sua vez, é um procedimento intelectual necessário à compreensão de textos. Teun Van Dijk e Walter Kintsch (1983) são os autores que sistematizaram o processo de compreensão de textos, afirmando que nessa operação cognitiva ocorrem: a) o apagamento de informações consideradas pouco relevantes, b) a seleção de informações relevantes; c) a condensação por generalização e a reescritura condensada do conteúdo pertinente identificado. No caso da indexação, a tradução do enunciado reescrito, em descritores padronizados, é a operação final.

A indexação automática combina conhecimentos linguísticos e computacionais para a elaboração de sistemas de processamento de textos. É um procedimento muito útil que necessita, no entanto, de aprimoramento para ser efetivamente utilizado nos sistemas de informação.

Deve-se assinalar, por fim, a importância das linguagens documentárias para representar os conteúdos dos documentos. Essas linguagens são linguagens artificiais, construídas especificamente para indexar e buscar informação em sistemas de informação. Há diferentes os tipos de linguagens utilizadas nos Sistemas de informação, tais como os sistemas de classificação, os tesouros, as taxonomias, as ontologias.

Cada tipo de linguagem serve a uma finalidade. Portanto, saber escolher a linguagem adequada para o sistema de informação é uma das tarefas importantes do indexador. As linguagens documentárias são, por outro lado, ferramentas dinâmicas que devem ser atualizadas constantemente, em sintonia com a criação de novos conceitos pelos diferentes domínios do saber. É importante, portanto, que o indexador conheça os procedimentos de atualização de linguagens para que essas ferramentas mantenham sempre as suas funcionalidades como instrumentos de controle de vocabulário.

Muitos são os conhecimentos necessários para que a indexação se realize de forma adequada. Cabe, portanto, aos profissionais da informação estarem atentos para as mudanças nas teorias, nos métodos, nas ferramentas e nos recursos computacionais criados pelas áreas que se dedicam à organização da informação e do conhecimento.

Referências

- CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221 – 241, set. 1985.
- CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (coord.) **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1987.
- CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002. 92 p.
- CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.
- FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101 – 116, jan. / jun. 1999.
- FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 4, ago. 2004.
- FUJITA, M. S. L.; LEIVA, I. G. As linguagens de indexação em bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e sistemas de informa-

- ção na América Latina. XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. **Anais**. 2010.
- FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v. 10, n. 3, p. 13 – 31, set./dez. 1998.
- GIL LEIVA, I. Sistema para la Indización SemiAutomática (SISA) de Artículos de Revista de Biblioteconomía y Documentación. In: II Jornadas de Tratamiento y Recuperación de Información, 2003, Leganés (Madrid), **Anais eletrônicos...** Leganés (Madrid), 2003. p. 228-232. Disponível em: http://webs.um.es/isgil/SISA_IndizacionautomaticaAutomaticIndexingGI_LEIVA.pdf. Acesso em: 23 nov. 2004.
- KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. São Paulo: ECA/USP, 1994. 195 p. (Tese de doutorado).
- LANCASTER, F. W. **Indexação**: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.
- LOPES, E. de F. Avaliação de serviços de indexação e resumo: critérios, medidas e metodologia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 242-255, set. 1985.
- LOUSADA, M. *et al.* Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação e Sociedade**: estudos. João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191 – 202, jan./abr. 2011.
- NBR 12676/1992. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66 – 77, jan./jun. 2003.
- SMIT, J. W. **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. 133 p.
- VALE, E. A. do. Linguagens de Indexação. In: SMIT, Johanna W. (org.). **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: Ibiict, 1987. 133 p.
- VAN DIJK, T.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. Orlando: Academic Press, 1983.

Tópicos de Análise Documentária

A documentação audiovisual

Vânia Mara Alves Lima

Este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama geral dos temas tratados na disciplina Documentação audiovisual. Não pretende chegar as especificidades do tratamento do material audiovisual e nem elaborar questões conceituais e teóricas sobre as pesquisas na área.

Em relação à documentação escrita, a documentação audiovisual traz consigo especificidades inerentes ao seu processo de criação, suporte e registro que devem ser consideradas quando se discutem as possibilidades de organização e de recuperação da informação aí presente. Mas, para entendermos essas especificidades em primeiro lugar é necessário definir o que constitui essa documentação audiovisual, ou seja, o que pode ser considerado um documento audiovisual.

Segundo Edmondson, (1998) documento audiovisual é uma obra que apela ao mesmo tempo ao ouvido e à visão e consiste numa série de imagens relacionadas e sons acompanhantes registrada em material apropriado. Assim, documentos audiovisuais são gravações visuais, com ou sem banda de som [*soundtrack*] e gravações sonoras, independente do suporte [base física] e processo de gravação usado, como filmes, diafilmes (sequência de fotografias positivas dispostas em um filme para projeção), microfilmes, diapositivos, (slides) fitas magnéticas, fitas de vídeo, videodiscos, discos ópticos legíveis por laser. Planejados para recepção pública, quer através de televisão, ou por meio de projeção em tela, ou por quaisquer outros meios. Portanto, imagens em movimen-

to, quer em filmes vídeos ou eletrônicas (digitais, virtuais); apresentações de diapositivos (slides); registros sonoros em vários formatos (Discos, Fitas, CDs); transmissões de rádio e televisão; fotografias e gráficos; videogames, CD-ROM multimídia, ou qualquer coisa projetada numa tela inserem-se na categoria dos documentos audiovisuais.

Essa diversidade durante muito tempo fez com que a documentação audiovisual fosse vista como um problema em um sistema padronizado regido por regras rígidas como o das bibliotecas tradicionais. Por esse motivo, esses documentos acabavam relegados a um setor muitas vezes denominado de especial, mas sem efetivo planejamento para sua inserção no sistema de recuperação de informação das instituições.

Ocorre que desde o século passado a sociedade nunca produziu e consumiu tantas imagens, sejam elas fixas ou em movimento, imagens que nos dias de hoje já nascem em ambiente eletrônico. O crescimento desse material ampliou a percepção de um problema que já existia, mas que era restrito a discussões em sistemas de informações bem específicos, como os de Arte e Comunicação. Como traduzir as informações presentes na imagem e no som para a linguagem escrita de maneira precisa para que não ocorra perda, ambiguidade ou interpretação equivocada?

Essa pergunta está presente nos três grandes domínios que se ocupam da organização, representação e disseminação da informação: a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Por ser objeto dessas três áreas a documentação visual acaba funcionando como um elo entre elas e não existe uma única resposta, ainda que balizada em alguns parâmetros obtidos nessas três áreas, para a organização da informação, a variável usuário e suas necessidades é que irão nortear as decisões e a política para o tratamento e uso do documento audiovisual. A seguir apresentamos as normas e padrões para o registro e a organização da documentação audiovisual.

Normas e padrões de registro

Seja em bibliotecas, museus ou arquivos a primeira característica a ser abordada no que se refere a documentação audiovisual é o seu suporte e formato. Existe uma variedade imensa de suportes e formatos devido a evolução dos materiais ao longo dos anos. As diferentes normas e padrões para registro desses documentos apresentam soluções a partir do ponto de vista da área onde foram geradas, mas todas representam os documentos a partir de seus elementos externos essenciais, a saber, **título, autor, edição, lugar e data de publicação, características físicas.**

São várias as normas e padrões para registro e disseminação do documento audiovisual. Em 1973 o Conselho Geral da IFLA – *International Federation of Library Associations and Institutions*, o qual considera que o documento audiovisual é um patrimônio cultural a ser preservado, recomendou a constituição de um grupo de trabalho para realizar a ISBD(NBM) – *International Standard Bibliographic Description (Non-book Material)* e em 1982 publicou as “*Diretrizes para materiais audiovisuais e multimedia em bibliotecas e outras instituições.*” Além dessa norma existem várias outras como: o *Guidelines for bibliographic description of interactive multimedia* (1994) da *American Library Association*; o *Anglo-American Cataloguing Rules* (2002); *Normes de catalogage: domain da Association Française de Normalisation*; as *Rules for archival cataloguing of sound recordings* (1995) da ARSC; *The IAF cataloguing rules for film archives* (1991); *The IASA cataloguing rules: a manual description of sound records* (1998) e a norma ISO. 15706, *Information and Documentation – International Standard Audivisual Number (ISAN)* (2002)

Ainda assim, a padronização na organização da informação e do conhecimento presente nas imagens e sons continua sendo um objetivo perseguido em bibliotecas, arquivos e museus, que hoje com os recursos da tecnologia da infor-

mação tem procurado reunir esforços na busca de soluções eficazes.

Uma das principais dificuldades encontradas pelos catalogadores e indexadores para tornar eficaz a mediação da informação entre o documento e as necessidades do usuário é a justaposição de informações. Basicamente, qualquer documento, seja ele textual, iconográfico ou sonoro, o tudo isso, apresenta informações sobre o seu suporte e sobre o seu conteúdo. Por isso é necessário obedecer a alguns princípios básicos na elaboração de um registro.

O registro bibliográfico, produto da representação descritiva, deve trazer os elementos informativos (autor, título, data...) sempre na mesma ordem e estes devem ser retirados da mesma fonte, no caso dos livros a fonte mais comum é a página de rosto, já no caso do material audiovisual pode ser a capa ou o selo de um disco, a moldura de um slide ou a etiqueta colada na caixa do rolo de um filme. O mais importante é que, cada registro produzido sobre um documento audiovisual deve identificar de modo autônomo um documento de outro e abranger as suas características físicas: material, dimensões, capacidade de armazenamento, etc.

A representação temática, que se refere ao conteúdo documento, envolve dois processos, a **classificação**, onde um código, que nos permite localizar o documento, dentro de um conjunto de documentos armazenados em um local físico, será atribuído ao item e a **indexação**, onde descritores de assuntos serão atribuídos ao documento para que seja possível a sua recuperação em conjunto a outros documentos indexados sob o mesmo tema, ainda que armazenados física ou virtualmente, em locais diferentes.

Representar o tema de um documento visual, sonoro ou visual e sonoro, como as imagens em movimento, envolvem não só o que vemos ou ouvimos, mas também o que a imagem e o som nos sugere. A informação audiovisual pode

ser criada com determinado objetivo e utilizada para outro objetivo. No caso, um vídeo que mostre o interior de um laboratório farmacêutico, por exemplo, pode ser utilizado para informar sobre uma doença, discutir a produção dos medicamentos ou ilustrar uma pesquisa científica.

Segundo Smit (1995, 2000), algumas questões são essenciais para identificarmos e representarmos adequadamente o conteúdo informacional do documento audiovisual. São elas: Quem? Como? Onde? Quando? Para quê? Ao identificarmos todos os protagonistas e ou objetos; verificar em que situação, qual ação estão realizando ou de que maneira estão representados; em que local estão e em que época já obtemos informações que deverão ser objeto de representação e podem levar a inferirmos outras que nem sempre se encontram explícitas no documento.

Não se pode esquecer que o documento audiovisual na maioria das vezes pertence a um conjunto de documentos, uma fotografia em uma revista está relacionada ao texto da reportagem, o material editado de um programa de televisão está ligado ao material bruto produzido, o filme com o livro que lhe deu origem, etc.. além disso, no caso de um vídeo ou de umas gravação sonora, ele podem ser recuperados em sua totalidade ou por suas partes.

As fases para a análise de um documento audiovisual consistem em observar a imagem fixa descrevendo o que se vê; assistir ou ouvir toda a obra, no caso dos filmes e gravações sonoras, anotando a minutagem e descrevendo os planos e as sequências; sintetizar as informações elaborando um resumo; elaborar um registro em uma base de dados.

Segundo Pinto Molina; Marco e Agustín La Cruz (2002) a análise da imagem fixa inclui a **visualização** (identificação de elementos técnicos: tamanho, número de plano etc.), a **denotação** (estudo do significado na imagem no contexto dos códigos sociais e culturais), a **Conotação** (estudo

da simbolização da imagem com base no conhecimento do receptor) e a **representação** (síntese textual da informação transmitida pela imagem).

Documentos sonoros

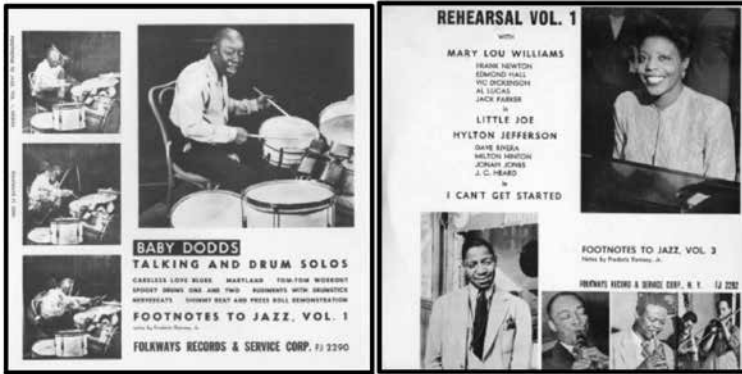
São considerados documentos sonoros aqueles onde vibrações sonoras são registradas por processo mecânico ou eletrônico sob o qual o som possa ser reproduzido. Até a II Guerra os registros sonoros eram realizados em discos fonográficos feitos de goma laca ou cera de carnaúba que tocavam a uma velocidade de 78 rpm. Estes suportes eram pesados e frágeis. A partir de 1948 começaram a ser feitos em plástico com velocidade de 33 1/3 rpm, com 12 ou 10 polegadas de diâmetro. Tinham quase o mesmo tamanho dos discos anteriores, mas com uma capacidade maior de armazenagem de som, devido ao emprego dos micro-sulcos que dão a cada lado do disco uma duração em torno de 20 minutos.

A informação sonora serve para tanto para documentar e testemunhar a realidade, como para expressar representar emoções e sentimentos que nem sempre deixam entrever a palavra. Assim, podemos dividir a informação sonora em: **musical (ficcional)** como: gravações de músicas clássicas ou populares; poesia ou outras peças literárias gravadas, peças teatrais; radionovelas e **documental** como: entrevistas; depoimentos; narração de jogos; palestras; reportagens; sessões legislativas; ensino de línguas, etc.

O tratamento da documentação sonora deve incluir a audição completa do material para a descrição do conteúdo e para detectar possíveis problemas de conservação ou deficiências técnicas que invalidem parte do conteúdo informativo.

A representação descritiva básica da informação sonora musical deve incluir a o registro do título da obra; nome do compositor; intérprete, data, duração da obra. Especificamente no caso da música erudita a entrada principal sempre

deve ser feita pelo compositor da peça musical, em seguida o intérprete, individual ou no caso a orquestra. É importante ressaltar que todos os solistas e cantores devem ser registrados, assim como os instrumentos que executam a obra. A seguir um exemplo de registro bibliográfico de um disco de vinil.



- **Título:** Footnotes to jazz [sound recording]
- **Editor:** Frederic Ramsey Jr.
- **Local:** New York
- **Gravadora:** Folkways Records
- **Data:** 1951.
- **Designação Geral Material:** Disco vinil; 33 1/3 rpm., mono: 25 cm.
- **Série:** Jazz history series Folkways FP 30

Documentos iconográficos

Os documentos iconográficos são constituídos por imagens fixas, as quais podem ser em duas dimensões, opacas, como as fotografias, gravuras, desenhos, desenhos técnicos (projetos de arquitetura/engenharia), pinturas, caricaturas, cartões postais e pôsteres ou destinadas a projeções como os diapositivos (slides), as radiografias e as transparências.

Ao se representar uma informação iconográfica, aquela presente em qualquer documento iconográfico, deve-se considerar que a imagem sempre mostra algo de determinada maneira. Isso porque a imagem tem especificidades próprias que dependem do enquadramento; da luminosidade; da posição da câmera ou da perspectiva da pintura; dos efeitos especiais utilizados. É importante também dispor de informações que não se encontram na imagem como a origem; para que foi feita, os dados da legenda e sua relação com outros documentos.

A análise do conteúdo de uma imagem envolve três aspectos: a conotação, a denotação e o contexto. A análise denotativa nos permite identificar exatamente o que aparece na imagem, já a análise conotativa nos leva a fazer referência ao conteúdo emocional da mensagem, ao que ela sugere. O contexto nos diz por que, quando e onde a imagem foi produzida. Exemplificando uma imagem de uma praia, com crianças jogando bola em um final de tarde poderia ser representada denotativamente pelos assuntos: *Praia, Futebol de praia, Crianças, Pôr do sol*. Já a análise conotativa poderia ser *Verão esportivo; Praia e Saúde*. Aspectos importantes nesta análise são os atributos relacionais da imagem, ou seja, o fato de pertencer a uma coleção, fazer parte de uma reportagem ou estar inserida como ilustração de um texto ficcional ou científico. Por fim, para se determinar a escolha dos descritores de assuntos que irão representar a imagem em um sistema de informação deve-se identificar as ideias nele contidas e o objetivo do autor; determinar os conceitos que melhor representam o tema, os objetivos e selecionar os conceitos mais adequados à recuperação procurando sempre observar o controle do vocabulário para que não ocorra dispersão de informação.

O registro bibliográfico de um documento iconográfico vai depender da natureza deste documento, ou seja, se é

uma fotografia, um diapositivo, um cartaz, um desenho técnico, etc. No exemplo abaixo, temos um diapositivo (slide) de uma pintura, onde além dos tradicionais campos de autoria da obra, seu título, data e assunto, foram inseridos campos para: indicar a autoria da imagem, isto é, o nome do fotógrafo; a descrição das características físicas do suporte, como a designação geral do material (DGM), isto é, se a imagem, por exemplo é colorida ou preto e branca; a descrição das dimensões da obra original e a técnica utilizada, além da localização no diapositivo no acervo e a localização da obra original.



Figura 1: diapositivo acervo Biblioteca FAUUSP

- **Autor:** Amaral, Tarsila Título: São Paulo Data: 1924
- **Assunto:** Pintura – Modernismo – Brasil; São Paulo
- **Fotógrafo:** João Santos **DGM:** Diapositivo; color
- **Localização acervo:** 981 (A)2
- **Descrição:** óleo sobre tela; 66x89cm
- **Localização da obra:** Pinacoteca do Estado de São Paulo

As imagens em movimento

As imagens em movimento que podem estar ou não associadas a algum elemento sonoro gravado, voz, música, ruídos, etc. constituindo documentos como filmes ou vídeos que podem ter dois tipos de informação: a informação cinematográfica ficcional, aquela que retrata através de imagens e sons uma ficção sem maiores compromissos com a realidade, e a informação cinematográfica documentária, aquela que pretende retratar a realidade sob forma de reportagens, documentários, entrevistas (SMIT, 2000).

Um filme, seja ele um documentário ou uma obra ficcional, por exemplo, é resultado do trabalho de uma equipe e, portanto, seu registro bibliográfico pressupõe, conseqüentemente, o cadastramento de uma certa quantidade de nomes e pessoas, como: diretor, produtor, atores, roteirista, etc. sendo que, aos nomes da equipe técnica deve ser acrescido da respectiva função.

Assim, além do título do filme, da data em que foi realizado, do idioma em que é falado, se é dublado ou legendado, sua ficha técnica resumida deve conter: Ficha técnica resumida deve trazer os seguintes campos e respectivas informações: produtor; diretor; assistente de direção; fotógrafo; montador; compositor; roteiro original; direção de arte; direção de arte; efeitos especiais, elenco principal (nome do artista/nome do personagem).

Com relação ao conteúdo, a representação temática, isto é a indexação por assuntos destes documentos pode ser feita em três níveis: indexação para o grande público; indexação para o público iniciado em assuntos cinematográficos e a indexação para o especialista em cinema.

De qualquer maneira a análise da imagem em movimento deve ser uma análise sequencial, isto é, analisa-se cada uma das partes da sequência, bem como os diferentes planos significativos, com objetivo de identificá-los e permitir pos-

terior recuperação. Para isso, é necessário registro da minutagem e secundagem exatas em que essas partes transcorrem. Deve-se ainda representar o contexto temático do documento e outros conceitos relevantes no âmbito da denotação e da conotação e sempre utilizar descritores de um vocabulário controlado. Alguns itens devem ser analisados e podem ser destacados: o gênero (filme de terror, drama, comédia, aventura, policial, infantil); registro temporal da trama (presente/passado/futuro); gancho temporal (evento histórico de maior abrangência); referência histórica (alusão a fato histórico específico); temas representados (assuntos desenvolvidos); estrutura narrativa (linear/circular); natureza da representação (montagem de imagens e sons). A sinopse ou resumo do documento também é um elemento a ser elaborado quando da elaboração do registro descritivo e das informações de seu conteúdo. Ela deve apresentar o objetivo do personagem principal; o conflito descrito por meio dos fatos narrativos e personagens e o desfecho da trama. A seguir um exemplo de registro de um documento cinematográfico ficcional

Título: Galinha ao Molho Pardo

Gênero: Ficção

Subgênero: Infanto-juvenil, Adaptação Literária

Diretor: Feli Coelho

Elenco: Almir Lima, Ana Luisa Alves, Aruana Maria da Conceição da Silva, Jefferson da Fonseca Coutinho, Matheus Rodrigues Gonçalves

Duração: 8 min **Ano:** 2007 **Formato:** Beta

País: Brasil **Local de Produção:** MG

Cor: Colorido

Sinopse: O menino Fernando vive aventuras para salvar a vida de uma galinha que seria preparada ao Molho Pardo

pela cozinheira Alzira, para o almoço de domingo. Filme baseado em conto homônimo de Fernando Sabino.

Esse texto trata-se apenas de uma introdução aos tópicos principais abordados na disciplina. Para maior aprofundamento nesses tópicos sugere-se a leitura dos itens relacionados a seguir, os quais são utilizados na disciplina. Além disso, indica-se os manuais produzidos pela Biblioteca da ECA que devido aos anos de experiência, no tratamento desses documentos, desenvolveu metodologias próprias que deram origem aos manuais disponíveis no site <http://www3.eca.usp.br/biblioteca/manuais>.

Referências

- AMARAL, E. C. dos S. Organização de imagens em movimento: a experiência da Fundação Casa de Jorge Amado. **CINFORM**, 2005. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/ErenildaAmaral.pdf. Acesso em: 12-05-2014
- CALDERA SERRANO, La documentación sonora en los sistemas de información documental de los medios audiovisuales. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n74, p.29-39, mar.2004.
- CORDEIRO, I. de N.; AMANCIO, T. Análise e representação de filmes em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p.89-94, jan./abr. 2005.
- CORDEIRO, R. I. de N. Informação cinematográfica e textual: da geração à interpretação e representação de imagem e texto. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.461-465, 1996.
- DEL VALLE GASTAMINZA, F. Indización y representación de documentos audiovisuales. In: _____ **Manual de documentación fotográfica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999. p.467-485.
- EDMONDSON, R. **Uma filosofia de arquivos audiovisuais**. Paris: UNESCO/UNISIST, 1998. p.1-42.
- FILIPPI, P. de; LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.
- GONÇALVES, A. C. B. Os Novos Paradigmas da Imagem em Movimento: em busca de metalinguagens de representação para

- bases de dados virtuais visando a recuperação de conteúdo semântico. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**. v.3, n.1, fev. 2002.
- HIDALGO GOYANES, P Análisis documental de audiovisuales. In: GARCIA GUTIERREZ, A. **Introducción a la documentación informativa y periodística**. Madrid, Editorial Madrid, 2009.p. 233-349.
- IFLA. ISBD (NBM) International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials. London, IFLA, 1987.
- IFLA. Supports photographiques et films. IN: IFLA. **IFLA principles de conservation**. International Preservation Issues. n.3, p.53-75 Disponível em: <http://www.ifla.org/VI/4/news/pchlm-f.pdf>. Acesso em: 20-05-2014.
- JAEGGER, M. de F. P.; LYRA, M. H. C. P. de. **Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 38).
- LOPEZ HERNANDEZ, M. A. Descripción externa: monografías, series y audiovisuales. In: GARCIA GUTIERREZ, A. **Introducción a la documentación informativa y periodística**. Madrid, Editorial Mad. 2009.
- MEY, E. S. **Acesso aos registros sonoros: elementos necessários à representação bibliográfica**. Tese (Doutorado) ECA/USP, 1999. (Itens 3.4; 3.6 e 5). Disponível em: <http://www.conexao-rio.com/bitit/mey> Acesso em: 10-08-2009.
- MOREIRO GONZALEZ, J.A. **O conteúdo da imagem**. Curitiba, Ed.UFPR, 2003.
- PINTO MOLINA, M.; GARCÍA MARCO, F. Y.; AGUSTÍN LA-CRUZ, M. C. **Indización y resumen de documentos digitales y multimedia: técnicas y procedimientos**. Gijón: Trea, 2002. 350p. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 62).
- ROYAN, B; CREMER, M. **Directrizes para materiais audiovisuais e multimedia em Bibliotecas e outras instituições**. London, IFLA, 2006. (Tradução portuguesa de IFLA Professional Reports, n.80).
- SMIT, J. W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: SMIT, J.W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989. p.101-113.
- SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare – Cadernos**

do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.28-36, 1996.

SMIT, J. W. **Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas.** São Paulo, APB, 1995. (Ensaio APB, n.23).

SMIT, J. W. Documentação audiovisual. In: BELLOTTO, H.L.; LIMA, Y.D.; SMIT, J.W (coord) **Organização de arquivos.** São Paulo: ECA/USP, 2000, p.67-80.

SMIT, J. W.; MACAMBYRA, M. M. **Tratamento multimídia.** São Paulo: APB, 1997. (Ensaio APB, 40).

Tópicos de Fundamentos e Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos

Charley dos Santos Luz

Francisco Lopes Aguiar

Se este livro trata de tópicos de ensino de biblioteconomia, então por que abordar conceitos de arquivo? A formação de um profissional da informação precisa cada vez mais atender a realidade de uma práxis profissional que abrange serviços e sistemas de informação, bibliotecas, arquivos e centros de memória em instituições públicas e privadas, organizações e empresas, trabalhando em muitos casos com informações orgânicas, e coleções em diferentes formatos, inclusive digitais, exigindo dos futuros bibliotecários que conheçam o trabalho técnico e a organização de acervos e arquivos com documentos diversos.

Assim, consideramos que é necessário preservar as especificidades das áreas de Biblioteconomia e Arquivologia e respeitar os limites de atuação profissional. Desta forma, o objetivo deste capítulo desenvolvido a partir da disciplina optativa ministrada no Curso de Biblioteconomia da ECA-USP em 2014 é apresentar as noções básicas e princípios de organização abordando também aspectos científicos, mantendo as pontes conceituais entre estas áreas da Ciência da Informação.

Sabendo da importância, por parte do bibliotecário, de compreender os aspectos teóricos e práticos, definimos por trazer a noção de identificação da documentação arquivística para o entendimento da informação orgânica e os parâmetros organizacionais da área. É fundamental conhecer a natureza dos documentos acumulados ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para a organização de arquivos, observando teorias, métodos e técnicas e abordando alguns aspectos contemporâneos da Arquivística.

Assim, o profissional poderá lidar de forma adequada com a informação arquivística e os princípios desta, conhecer os conceitos principais de Arquivologia e Gestão Documental, classificação e a tipologia documental, identificando as características e a aplicação dos instrumentos arquivísticos como tabela de classificação, destinação, temporalidade, quadro de arranjo, além dos recursos da descrição arquivística.

Conceitos de Arquivística

Entendemos a Ciência da Informação como plataforma integradora das Três Marias, como proposto por Smit (2000), composta por: Arquivos e Arquivologia; Bibliotecas e Biblioteconomia e Museus e Museologia, considerando ainda que em muitas instituições e coleções estas fronteiras são tênues. Mesmo diante deste quadro teórico-metodológico, no caso da Arquivologia é possível apontar como similaridades, ou “aquilo que as une”, dois elementos: a informação e o usuário.

Observamos uma interdisciplinaridade óbvia e a informação como elemento central das três ciências, no caso dos arquivos, os documentos arquivísticos e atualmente a denominada informação arquivística. Assim, vemos uma tríplice dimensão do objeto da Arquivística: os arquivos, os documentos de arquivo e a informação arquivística.

É sempre importante lembrar que o desenvolvimento da escrita surge da necessidade de registro de atividades administrativas e transações comerciais e no momento em que se criaram símbolos inscritos em suportes, começou-se acumular documentos para pesquisa futura, sendo possível afirmar que a Arquivologia surgiu com a escrita, ou até que a escrita surgiu após a formação dos arquivos primitivos da humanidade.

As abordagens tradicionais tratam a Arquivologia como um campo que tem por objetivo o conhecimento dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização. Outro ponto a destacar refere-se ao nome do campo. O mais comum é usar Arquivologia e Arquivística, como sinônimos. Alguns autores da área consideram a Arquivologia para a ciência e Arquivística como disciplina ou técnica. Portanto,

Essa é uma opção pragmática no sentido de aproveitar uma situação que já se encontra estabelecida no país – o uso de ambos os termos –, reorientando a interpretação atual de sinonímia entre eles. Entretanto acreditamos que, no âmbito internacional, com reflexo na realidade brasileira, é provável que a mudança paradigmática ora em curso na área tem influenciado a consolidação da denominação “Arquivística” (SANTOS, 2011, p. 103).

Neste capítulo, optamos por usar Arquivística, acompanhando a mudança paradigmática da área, abordando os conceitos basilares e também atualizando as discussões do campo, pois a noção de informação arquivística aproxima ainda mais a Arquivística da Ciência da Informação.

Isto feito, vamos falar de arquivo. Segundo o dicionário de terminologia arquivística, trata-se de um “conjunto de documentos que, independente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pes-

soas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Este é um conceito clássico que destaca alguns princípios como o de cumulatividade (os documentos são reunidos por acumulação) e de organicidade (reunidos ao longo das atividades realizadas). Do ponto de vista legal, a Lei dos Arquivos de 1991, destaca que

“Arquivo são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (Lei no 8.159, de 08-01-1991, Art. 2o).

Outro conceito básico é o de documento. Primeiro falamos dele no conceito genérico, para depois abordar o documento arquivístico. O documento poderia ser considerado como SUPORTE (de lâminas de pedra a bytes) com alguma INFORMAÇÃO registrada, então o suporte é o material no qual são registradas as informações. Já a informação é o elemento referencial, é a noção, ideias ou mensagens contidas em um documento. Logo, do ponto de vista da Arquivística, podemos entender o documento como uma “unidade de registro de informações, em qualquer suporte ou formato, suscetível de consulta, estudo, prova e pesquisa.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Quanto ao documento de arquivo, trata-se de

Informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 7).

Nesta definição, o aspecto orgânico é o que destaca a informação arquivística de outros tipos de informação e define parâmetros de organização da mesma. Outra definição do

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que assume a organicidade, cumulatividade e a independência do suporte é

Documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 18).

A abordagem orgânica mostra que o documento arquivístico contém informação produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, em sua produção que pode significar tanto a elaboração do documento pelo próprio organismo, como a recepção e guarda. O caráter orgânico do arquivo refere-se a gênese documental do próprio ciclo de produção e uso da documentação.

Este ciclo compreende uma entrada, materiais, serviços e informações, processada e agregada a cadeias de valores, onde são executadas atividades fins e atividades meio. Durante estes processos ocorrem uso e produção documental. Ao final do ciclo, há saída de materiais, serviços e informações, que alimentam uma nova cadeia de produção e geração. Este caráter orgânico é originado nas estruturas das instituições através de funções desempenhadas.

Para encerrar esta parte de conceitos iniciais vale lembrar sobre a noção de “fundo” que surge no quadro teórico-conceitual da Arquivologia para orientar suas práticas organizativas e contrapor a noção de “coleção” comumente utilizada na Biblioteconomia.

Além disso, a natureza dos arquivos “é administrativa, é jurídica, é informacional, é probatória, é orgânica, é serial, é contínua, é cumulativa. A soma de todas estas características faz do arquivo uma instituição única e inconfundível” (BELLOTTO, 2005).

Já o conceito de informação arquivística, para Lopes (1996 p. 32), refere-se a uma “informação orgânica registra-

da, isto é, informação contida em documento arquivístico”. Assim, a qualificação orgânica, como já vimos, refere-se ao vínculo a um processo executado por alguma atividade.

Desta forma, em uma comparação inicial entre os procedimentos de organização da informação na Biblioteconomia e na Arquivística podemos, por exemplo, dizer que os livros e outros materiais de uma biblioteca são descritos para divulgação e acesso, sendo tratados como unidades com título, autor e assunto definidos, enquanto os documentos de arquivo são o resultado de uma atividade desempenhada por conta de uma função e são organizados em conjunto de acordo com estas funções.

No entanto, existem informações não orgânicas, que podem de acordo com a necessidade ser incorporadas a um arquivo. Segundo Luz (2013), estas informações podem ser: documentação promocional, legislação de interesse geral, manuais de procedimentos, normas de redação, recortes de periódicos sobre assuntos de interesses diversos, modelos de preenchimento de formulários, textos usados como referência.

Vale destacar também, a diferença no processo de aquisição de acervos biblioteconômicos e arquivísticos. Em uma biblioteca, os documentos do acervo são adquiridos por compra ou doação, a partir de uma política de acervo compatível com o tipo de biblioteca: pública, infantil, escolar, especializada ou acadêmica.

Por outro lado, no caso dos arquivos, como a cumulatividade é uma característica intrínseca, os documentos não são objeto de coleção com escolha artificial a partir de um objetivo institucional, mas sim, resultado da acumulação natural no decurso de atividades administrativas ou profissionais (arquivos institucionais) ou individuais (arquivos pessoais).

Assim a organização de um arquivo terá uma classificação aplicada individualmente a cada arquivo que respeitara as particularidades da instituição produtora, com base em suas funções e atividades desempenhadas em seus processos internos. Não há um arranjo pré-estabelecido, não existe um sistema de classificação como CDU (Classificação Decimal Universal) ou CDD (Classificação Decimal de Dewey) para arquivos.

Cabe neste momento destacar os princípios arquivísticos clássicos, que constituem a demarcação da diferença entre a Arquivística e as outras ciências documentárias. São eles: (A) Princípio da Proveniência, (B) Princípio da Organicidade, (C) Princípio da Unicidade, (D) Princípio da Indivisibilidade ou Integridade e (E) Princípio da Cumulatividade (ARQUIVO NACIONAL, 2005; BELLOTO, 2008). Na sequência apresentamos as definições destes princípios:

(A) **PROVENIÊNCIA:** este princípio tem um vínculo histórico com a Revolução Francesa, pois a França foi o primeiro Estado a declarar os arquivos públicos como um bem da sociedade, assim diz respeito ao fato de que arquivos de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclado a outros.

Este princípio é importante para garantir a autenticidade, por meio da manutenção da integridade do fundo de arquivo. Por isso, é conhecido também como Princípio do Respeito aos Fundos. Subentende-se que os documentos constituem-se num reflexo fiel das atividades desenvolvidas, ou seja, são imparciais.

(B) **ORGANICIDADE:** já falamos bastante deste princípio que é o reflexo das relações administrativas orgânicas, representadas nos níveis e unidades documentais. Ao pensar em organicidade, devemos lembrar que os arquivos refletem

a estrutura, funções e atividades da instituição produtora e acumuladora em suas relações internas ou com a sociedade.

(C) **UNICIDADE:** por terem sido produzidos num contexto único, por meio de estrutura, funções e atividades específicas, independentemente do tipo, suporte ou gênero, os documentos arquivísticos originais são únicos. Assim, quando o documento é produzido em mais de uma via ou cópia, apenas uma delas será preservada. Quando é informação contida em mais de uma espécie documental, como impressos ou materiais publicitários, por exemplo, será preservado um único exemplar.

(D) **INTEGRIDADE:** os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida, pois assim representam sua organicidade e se mantem íntegros. A integridade garante a imparcialidade dos documentos, pois isso deve ser o reflexo fiel das ações do seu produtor.

(E) **CUMULATIVIDADE:** o arquivo tem formação natural e progressiva, como já mencionado anteriormente. Os itens documentais de um arquivo não são escolhidos previamente para serem acumulados, eles se acumulam à medida que são produzidos e utilizados. Pode-se garantir uma boa cumulatividade ao padronizar a gênese documental e aplicar uma boa classificação em sua organização.

Assim, considerando estes princípios, a organização de arquivos ocorre em níveis e respeitando o contexto de produção, de forma que, não tem seus documentos organizados por itens como primeira opção.

Cada arquivo é único, retrato do ambiente orgânico que o criou, portanto

O Conselho Internacional de Arquivos, ao editar a norma para descrição de arquivos – ISAD(G) indica procedimentos baseados nos princípios arquivísticos sem de-

terminar uma estrutura fixa de organização ou estabelecer códigos e títulos. Cada arquivo merecerá sempre uma análise, planejamento e tratamento próprios à sua conformação. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

Destes princípios arquivísticos podemos entender que há a peculiaridade do produtor do arquivo, se empresa ou instituição com característica única e se pessoa também, assim deve ser mantido o vínculo dos documentos às ações que realizam a atividade fim e atividade meio das instituições e a sequência dos documentos produzidos que são ligados entre si por funções e atividades.

Os mesmos princípios são aplicados nos arquivos independentemente de seu estágio no ciclo de vida documental. Este ciclo é conhecido como a Teoria das Três Idades, ou seja, arquivo corrente, intermediário e permanente e foi objeto de estudo de diversos autores da área, correspondendo à sistematização do ciclo vital dos documentos de arquivo e denominação que corresponde ao uso efetivo dos documentos.

O ciclo vital começa com a entrada de documentos de proveniência externa e interna, para uso em alguma atividade nos processos fim e meio da empresa. O processo fim (ou atividade fim) corresponde à missão institucional das organizações. O ciclo de vida dos documentos e arquivos passa pela criação ou recepção dos documentos, quando se tornam orgânicos. Neste caso, são documentos de arquivo corrente com alta possibilidade de uso e estão armazenados em local próximo de quem os produz.

Quando a documentação é transferida para o arquivo intermediário após avaliação e eliminação, segundo critérios definidos pela legislação e pela instituição, a possibilidade de uso da documentação vai caindo, e já pode ir para um depósito centralizado, se houver.

Ao final de prazos determinados, a documentação é recolhida para o arquivo permanente, após avaliação, elimina-

ção e arranjo. O valor já é apenas histórico ou demonstrativo e deve representar uma pequena percentagem de tudo que foi criado. Nessa etapa, é realizada a descrição arquivística e surgem os instrumentos de pesquisa.

Organização da informação arquivística

A organização da informação arquivística possui três operações distintas: a classificação, a ordenação e o arquivamento. A classificação é a determinação das categorias ou dos grupos entre os quais devem ser distribuídos logicamente e sistematicamente os documentos seguindo uma ordem para facilitar a utilização. Por outro lado, a ordenação é a disposição metódica dos documentos dentro da unidade de classificação e o arquivamento é a operação física de colocar os documentos em pastas ou caixas orientadas pelo esquema de classificação e pela ordenação definida.

A classificação permite ainda estruturar a organização dos arquivos de acordo com as três idades (corrente ou 1ª. idade, intermediário ou 2ª. idade e permanente ou 3ª. idade) considerando também a temporalidade (prazo de vigência dos documentos) e o arranjo em cada etapa visando estruturar a busca e o acesso aos documentos. Afinal, a *“classificação de documentos de arquivo tem três objetivos: manter o vínculo arquivístico, fundamentar a avaliação e a descrição e possibilitar a recuperação da informação contida nos documentos de arquivo”* (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR (2015 p. 149).

Portanto, essa é a tríade da estrutura da classificação: a avaliação, a classificação (no arquivo corrente) e o arranjo (no arquivo permanente), além da Descrição Arquivística. Quanto à **classificação** e **arranjo** existe uma confusão terminológica e estes termos são usados como instrumentos parecidos, mas em etapas diferentes do ciclo documental. Na prática, são fases de um mesmo processo, e após os processos de avaliação e eliminação cada um responde por um tipo de

organização dos conjuntos documentais que se alteram com as idades. Para promover acesso, utilizado outro processo, a descrição arquivística.

No que se refere à estrutura de representação na classificação, vale comparar a questão assunto x função. As funções são atribuições próprias ou naturais de uma organização, relacionadas à missão de uma área ou setor. Já os assuntos são divisões artificiais, ligados às áreas do conhecimento humano, sendo as matérias de que tratam os documentos. A confusão ocorre por que muitas vezes palavras idênticas são utilizadas para designar a função e o assunto.

A segunda operação de organização de arquivos, a ordenação tem seu método na dependência do uso que é dado aos documentos. Existem diferentes métodos: ordenação alfabética (sequência das letras do alfabeto); ordenação cronológica (sucessão temporal ou data); ordenação geográfica (unidades territoriais como países, estados, municípios, distritos, bairros etc.); ordenação numérica (sequência numérica atribuída aos documentos). A escolha do método de ordenação depende do tipo de acervo organizado, de seu uso, do tipo de arquivo e de outros fatores próprios de planejamento de gestão arquivística.

Os instrumentos de classificação constituem-se no plano de classificação (ou código, ou tabela, os sistemas, ou esquema), e no quadro de arranjo ou simplesmente arranjo. Na elaboração do plano de classificação a denominação das unidades de classificação possui regras para escolha do termo que deve ser representativo do conteúdo da unidade de classificação, utilizando-se quando possível um processo mnemônico. A estrutura sintática não deve ter verbo, sendo sempre nominalizada, ou seja, transformando-se verbo em substantivo, conforme pode ser observado no exemplo a seguir.

Subfunção: Controle de registro de empregados
= estrutura substantivada

Atividades: Cadastro e Criação de Ficha (de registro de empregados);

Registro de movimentação (de registro de empregados), Arrolamento e baixa (de registro de empregados).

A função, portanto, é a agregação de atividades análogas, interdependentes, que se encadeiam num único campo especializado de trabalho. Sempre tem seu desenvolvimento alocado em uma unidade organizacional específica e a função indica “o que é feito”, sem detalhar “como é feito”. Cada função pode dar origem a um departamento, divisão ou seção, embora não seja recomendado organizar um plano de classificação pela estrutura organizacional da instituição, pois esta pode mudar, mas as funções tendem a permanecer.

Nas organizações existem duas categorias de funções: funções específicas de cada organização (atividade-fim) e as funções que reúnem os meios necessários para a execução da primeira (atividade-meio).

Vinculada à função existe a atividade, que é o conjunto de procedimentos necessários à execução de uma função. Ao desempenhar suas atividades, uma unidade organizacional desempenha sua função. E para cada atividade existem tarefas, que é o meio pelo qual se realiza cada atividade da unidade organizacional. É uma sequência de passos determinados, que são a concretização da atividade a partir de um procedimento determinado. Na execução das atividades em cada um desses níveis: função, atividade e tarefas, estão sendo criados documentos, que são provas e registros destas ações.

Assim, o princípio utilizado para elaboração do plano de classificação é o mapeamento de categorias de funções (meio e fim), o levantamento de áreas funcionais, a listagem sucessiva de função, subfunção, atividade, subatividade e tarefa.

Os princípios de classificação internos de um arquivo, a ser utilizado em conjunto com funções e atividades referem-se à espécie e à tipologia. A espécie é o veículo documental (um ofício, uma ata) que acrescentada a uma função torna-se um tipo documental, por exemplo: um ofício de solicitação, uma ata de reunião, etc. Um arquivo ainda pode ser classificado por sua natureza (por exemplo, iconográfico) ou especializado, como um arquivo eclesiástico ou de engenharia. O gênero documental diz respeito a categorias de suporte como os textuais, os iconográficos, os sonoros ou os audiovisuais e outros.

Representação da informação na descrição arquivística

O propósito da descrição, segundo Andrade (2009), é o de “identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso”. A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. Portanto, é uma atividade intelectual que “demanda competências de interpretação e redação de texto, algum conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época e habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas” (ANDRADE; SILVA 2008, p. 15).

Esta representação da informação arquivística que é multinível, exige também o conhecimento das normas de descrição arquivística, para consistência dos dados e metadados que permitam que os instrumentos de controle e os instrumentos de pesquisa sejam mais eficazes. As normas arquivísticas internacionais são: a ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística; a ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias e a NOBRARDE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Com base na ISAD (G), podemos afirmar que há quatro regras fundamentais que devem ser aplicadas para estabelecer a relação hierárquica entre as descrições: a descrição deve ocorrer do geral ao particular que apresenta uma relação hierárquica entre as partes e o todo; a informação deve ser relevante e apropriada para o nível que está sendo descrito a relação entre descrições deve identificar o nível de descrição; deve-se busca a não repetição de informação em níveis diferentes de descrição. Afinal,

Normas de descrição arquivística são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio de respeito aos fundos. Este princípio deve ser claramente enunciado caso se deseje construir uma estrutura de aplicação geral e um sistema de descrição arquivística, manual ou automático, não dependente de instrumentos de pesquisa... (ISAD (G), 2001, p. 2).

Podemos notar também que a descrição depende da classificação, pois o arranjo é um desdobramento da classificação, sendo a descrição feita do geral para o particular, deve-se produzir primeiro, um conjunto de informações que forneça uma visão global (o respeito ao fundo), detalhando os demais níveis aos poucos, até chegar às unidades documentais. Devemos buscar garantir ainda que haja um processo descritivo em todas as fases de arquivo, pois sob a perspectiva da arquivística integrada, o programa descritivo inicia-se com a classificação, que alcança o primeiro nível do processo nos planos ou esquemas de classificação; um segundo momento da descrição acontece com a avaliação e aplicação da tabela de temporalidade; e o terceiro e mais detalhado ocorre nos arquivos permanentes produzindo instrumentos de pesquisa como guias e inventários (LOPES, 2000).

Segundo a ISAD (G), a descrição arquivística baseia-se no respeito pela proveniência e pela ordem original e deve ser um reflexo da organização da documentação, estruturada em níveis hierárquicos, relacionados entre si e com níveis de descrição determinados por estes níveis de organização.

A descrição arquivística aplica-se a toda a documentação de arquivo, independentemente da sua forma e suporte e a todas as fases de vida da documentação de arquivo, podendo variar apenas os elementos de informação considerados na descrição, e a exaustividade com que são preenchidos. Por último, a descrição arquivística aplica-se igualmente a toda a documentação de arquivo, independentemente de ser produzida por uma pessoa coletiva ou individual ou por uma família.

As normas arquivísticas têm funções diferenciadas de forma que a ISAD(G) fornece orientação para descrição do fundo e suas partes componentes; a ISAAR(CPF) dá orientação para a criação de registros de autoridade sobre os produtores de materiais arquivísticos; a ISDF fornece orientação para a descrição das funções dos produtores de documentos; e para criar um sistema de informação arquivística é conveniente uma descrição separada e normalizada dos custodiantes utilizando a ISDIAH.

Estas normas foram desenvolvidas pelo Conselho Internacional de Arquivos e a NOBRADE foi desenvolvida pelo CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos do Brasil).

A ISAD (G), que em inglês é a Internacional Standard Archival Description – General, objetiva assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas que facilitam a recuperação e troca de informação sobre documentos de arquivo, possibilitam o compartilhamento de dados de autoridade e tornam possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras de acervos arquivísticos num sistema unificado de informação.

Possui regras organizadas em sete áreas de informação descritiva como apresentado no Quadro 1.

Áreas	Informação descritiva
1	Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2	Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3	Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4	Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5	Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6	Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7	Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada).

Quadro 1-Áreas da norma ISAD (G)

Fonte: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf

A NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística é a versão tropicalizada da ISAD (G), possuindo, além dos elementos da ISAD (G), uma área a mais a Área 8 – Pontos de Acesso com o elemento 8.1 – Pontos de acesso e indexação de assuntos e mais o elemento de descrição 6.2 – Notas sobre conservação.

A ISAAR-CPF é a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias que determina os tipos de informação a serem incluídos em um registro de autoridade e fornece orientação

sobre como tais registros podem ser desdobrados em um sistema de controle descritivo.

A ISDIAH é a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico que tem como principal objetivo facilitar a descrição de instituições arquivísticas e outras entidades, tais como instituições culturais (bibliotecas, museus), empresas, famílias ou indivíduos que podem custodiar arquivos. Esta norma, ou um subconjunto de seus elementos, podem ser aplicados a todas as entidades de custódia.

Os documentos não convencionais e digitais

Os documentos em suporte não-convencionais são aqueles diferentes do papel e englobam os documentos eletrônicos e os digitais que podem ser arquivísticos ou apenas de apoio a processos de conhecimento. Assim, um documento arquivístico digital é um documento digital que é tratado e gerenciado como um documento arquivístico, ou seja, incorporado ao sistema de arquivos. Já um documento eletrônico, é aquele que pode ser reconhecido e tratado como um documento arquivístico. (CONARQ. Glossário. 2009).

Portanto, um documento arquivístico digital é diferente de um documento arquivístico eletrônico, sendo este último, um documento arquivístico codificado em forma analógica ou em dígitos binários, acessível por meio de um equipamento eletrônico. São exemplos de documentos arquivísticos eletrônicos: uma fita audiomagnética, uma fita videomagnética, documentos processados por computador, enfim, todos os documentos que precisam de equipamentos eletrônicos para serem acessados. Porém, um documento arquivístico digital é um documento arquivístico codificado em dígitos binários em plataformas digitais ou portais corporativos e podem apresentar-se em formato digital, textos, imagens fixas, imagens em movimento, gravações sonoras, mensagens de correio eletrônico, páginas web e bases de dados.

A diferença entre documento digital e documento digitalizado esta no processo de digitalização que é a conversão de um documento em qualquer suporte ou formato para o formato digital, utilizando-se tecnologias de digitalização como os scanners.

A digitalização também pode ser utilizada no processo de capturar documentos arquivísticos convencionais para um SIGAD. Neste caso, o documento digitalizado e capturado pelo sistema é um documento arquivístico digital e, desta forma, obedecerá aos mesmos procedimentos e operações técnicas da gestão arquivística como tramitação, armazenamento e destinação. (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, 2015).

A digitalização tem como objetivo criar cópias digitalizadas, porém ao ser inserido em um SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – estará criando um acervo que pode ser permanente, de forma que, torna-se necessário planejar a preservação digital englobando ações para manter a integridade e a acessibilidade dos documentos digitais ao longo do tempo. Estas ações segundo o site da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos devem alcançar todas as características essenciais sendo físicas (suporte), lógicas (software e formato) e conceituais (conteúdo exibido).

A preservação deve ser aplicada desde o início, no planejamento da gestão arquivística, definindo-se prazos de guarda e eliminação, aplicados diretamente ao objeto digital, desde sua gênese. As ações de preservação digital têm que ser incorporadas desde o início do ciclo de vida do documento. Tradicionalmente, de acordo com Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos a preservação de documentos arquivísticos se concentra na obtenção da estabilidade do suporte da informação e para realizar a preservação, é necessário realizar diversas operações, entre elas mudanças de suporte

e formatos, incluindo a atualização do ambiente tecnológico considerando que a fragilidade do suporte digital e a obsolescência tecnológica de hardware, software e formato exigem essas intervenções periódicas.

Finalmente, com os temas tratados neste capítulo, trouxemos um conteúdo básico sobre cada grande assunto tratado na Arquivística. Obviamente não conseguimos mostrar tudo, todas as nuances de cada tema, considerando que realidade acadêmica nos presenteia com muito mais visões e escolas diferenciadas. No entanto, o conteúdo selecionado visou mostrar pontos de partida, conceitos chave para novas pesquisas e uma maior contextualização da Arquivística dentro da Ciência da Informação.

Referências

- ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R. G. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. **Anais**. Simpósio Baiano de Arquivologia, v. 2, 2009.
- ANDRADE, R., SILVA, R.. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **PontodeAcesso**, v. 2, n. 3, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211/2335>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41) Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em 3 jun. 2015.
- BELLOTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2.ed. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2008).
- BRASIL. Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 9 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 15 jun. 2015.
- CÂMARA Técnica de Documentos Eletrônicos: site. Rio de Janeiro

- ro, 2015. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 15 jun. 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro, CONARQ, 2006. 133 p. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro, CONARQ, 2004. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2004ctdeglossariov1substituido.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Site de perguntas e respostas**. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/perguntas_e_respostas.pdf>. Acesso em 26/03/2015.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isa-d_g_2001.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2015.
- LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**: teoria e prática. Niterói: EDUFF; São Carlos: Ed. Da UFSCar, 1996.
- LOPES, L. C. A nova arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro: Edil, 2000.
- LUZ, C. **Arquivologia 2.0**: a informação digital humana, excertos de um arquivista 2.0 no mundo digital. Florianópolis: 2010. 116 p.
- LUZ, C. Aula da Disciplina de Gestão de Documentos de Arquivo. Curso de Gestão Arquivística, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo FESPSP. 2013. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/charlleyluz/aula-2-descrio-arquivstica-2013>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que

agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. Nova Série, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SOUSA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 1, jan. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2268>>. Acesso em: 25 Mar. 2015.

Fichamento como método de documentação e estudo

Marivalde Moacir Francelin

1. Introdução

Apesar de o enfoque deste capítulo ser o fichamento, destacamos que as três formas básicas de apresentação de análise do texto acadêmico podem ser: fichamentos, resumos e resenhas. Entre os manuais metodológicos é comum dizer que fichar, resumir e resenhar documentos fazem parte dos métodos de [1] estudo do pesquisador iniciante. Na verdade fazem parte dos métodos de quase todo pesquisador que lida com fontes e registros de informação.

Esses elementos do processo da documentação e da pesquisa não são estanques e nem se isolam em suas etapas e formas de desenvolvimento. Pode-se fichar um documento e, logo em seguida, usar o fichamento para confeccionar um resumo ou uma resenha.

Além de recursos essenciais para estudantes e pesquisadores, fichamentos, resumos e resenhas acadêmicos também são parte das atividades cotidianas de trabalhos em disciplinas e relatórios de pesquisa. Portanto, podem ser considerados etapas de investigação acadêmico-científica.

No caso dos trabalhos acadêmicos não há um único método de desenvolvimento ou padrão de apresentação. Professores requisitam esses trabalhos como atividade e podem se apoiar em concepções e formatos distintos de fichamentos, resumos e resenhas. Dessa maneira, mesmo sabendo como

e porque fazê-lo, quando lhe for solicitado um fichamento, uma resenha ou um resumo, cabe ao estudante perguntar ao professor sobre o modelo que será usado na apresentação do trabalho.

Em síntese, podemos dizer que o fichamento é um método de pesquisa pessoal, portanto pode ser realizado de várias maneiras como veremos mais adiante. Sua função é de organizar ideias através do material consultado para a realização de uma pesquisa. Não há limite para se fazer fichamentos, mas isso depende de coerência. Não se pode fichar tudo sobre um assunto e, geralmente, não usamos todo o material que levantamos e fichamos, mas teremos uma fonte de informação organizada para consultas posteriores.

Os resumos já seguem, por exemplo, parâmetros pré-estabelecidos como as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A função do resumo, muitas vezes, é de divulgação, ou seja, não serve apenas como método pessoal de pesquisa. Vocês verão muitos resumos e resenhas publicados mas, dificilmente, verão um fichamento em alguma publicação.

Um resumo tem extensão limitada e não comporta, como em resenhas e fichamentos, citações e comentários e, muito menos menciona outras obras. Geralmente, os resumos trazem informações sobre o conteúdo de uma obra. Tais informações devem ser claras e objetivas, representando o tema da obra, a metodologia utilizada, as hipóteses levantadas, metodologias e conclusões. Em fichamentos e resenhas estes itens não são obrigatórios, a não ser que sejam a temática da pesquisa empreendida e/ou da obra que está sendo analisada.

Outra coisa importante sobre os resumos está no fato de existirem vários tipos deles, mas não estamos falando apenas de resumos críticos, informativos e descritivos como as

normas sugerem. Estamos falando de resumos acadêmicos e resumos documentários. Qual é a diferença entre eles?

Os resumos acadêmicos são feitos como atividades de análise de textos para as disciplinas de graduação. Possuem linguagem menos formal e objetiva e não se baseiam, necessariamente, em normas. Os resumos acadêmicos são aqueles que os professores requisitam como atividade de análise de textos. Assim como na linguagem, também não há uma formatação para o texto do resumo acadêmico e nem mesmo critérios quanto à sua extensão. Eles podem ser apresentados em espaços duplos, com parágrafos e em mais de uma página, desde que mantenham as informações essenciais do documento.

A resenha comporta alguns elementos do fichamento e do resumo. Sendo um texto informativo e crítico ao mesmo tempo, a resenha, invariavelmente, pode intercalar comentários e citações (diretas e indiretas), fazer referências a outros textos, constituindo já um exercício de produção textual. As resenhas não possuem número máximo de páginas, mas devem respeitar alguns limites para não ser confundida com um ensaio ou um artigo ou com um resumo.

Não vamos nos estender muito nestas observações, mas é importante ter em mente que:

1. O fichamento é o primeiro passo na realização de uma pesquisa, portanto, quase sempre fazemos fichamentos, independentemente do tipo da pesquisa.
2. O resumo é uma atividade, um exercício de raciocínio que visa entendimento e síntese de uma obra a partir de regras pré-estabelecidas ou não.
3. Já a resenha é uma atividade de análise e síntese que permite maior elasticidade na abordagem, porém, exige, além das características já mencionadas, um certo domínio sobre assunto tratado na obra que está sendo resenhada. A

resenha é, portanto, uma atividade mais complexa, porém torna-se mais fácil quando o hábito de fazer fichamentos e resumos são familiares ao pesquisador.

Bem, chega de teoria e vamos aos exemplos. Por outro lado, devemos lembrar que a teoria é extremamente importante, pois, é a partir dela que refletimos sobre o que estamos fazendo e sobre o que pretendemos fazer. Lembrem-se que saber e fazer andam juntos! Se não pensamos, estaremos apenas copiando modelos mecanicamente e voltamos à estaca zero em termos de pesquisa e desenvolvimento de conhecimento. Pesquisa é um ir e vir constantes. Então, ao entrarem em contato com os exemplos abaixo, sempre procurem consultar o que está escrito acima como indicativo, e obras de referência para maiores detalhes, ou seja, as próprias fontes citadas e o material de apoio relacionado na bibliografia.

2. Formas de análise

Salomon (2001, p.91) diz que resumir faz parte da vida dos estudos, porém, esse exercício intelectual torna-se evidente, e frequente, na universidade, seguindo também como uma necessidade na vida profissional.

O autor revela ainda que os estudantes têm dificuldades em resumir, encontrar as ideias centrais e detalhes do texto lido. Assim, Salomon (2001, p. 92-94), indica duas “fontes” principais dessas dificuldades.

Dificuldades do estudante: alguns têm facilidade em encontrar semelhanças (*processo de síntese*), outros, diferenças (*processo de análise*). O principal problema, no entanto, reside no fato de, diante da necessidade de identificar o que é “fundamental, integrante ou acessório”, acaba-se agindo de forma apressada e retirando, de forma irrefletida, partes e mais partes do texto. “Antes tudo do que nada.”, conforme diz o autor.

Dificuldades do texto: estilo e temática podem interferir na leitura e compreensão de um texto. Assim como a dificuldade anterior, entendimento, base de leitura, domínio do vocabulário corrente e conhecimento do assunto são questões que se impõem ao estudante. O resultado é o mesmo: “Antes tudo do que nada.” É fato, podemos acrescentar, que a linguagem usada e a terminologia especializada também dificultam a compreensão do texto. Mas, nesse caso, existe ainda a possibilidade de se encontrar diante de um texto escrito por um autor que não estava muito preocupado com a comunicação de suas ideias. São minoria em boa parte das áreas do conhecimento, mas é bom saber que, esses autores, que escrevem de maneira complexa, truncada e, muitas vezes, incompreensível, provocam enorme desgaste naqueles que precisam resumir ou resenhar seus textos.

Cabe destacar que essas dificuldades não se restringem ao resumo, elas fazem parte dos fichamentos e das resenhas. Dessa maneira, é importante que se esteja preparado para momentos em que tais dificuldades surgirem. Com paciência, aplicação e insistência elas serão superadas. Os resultados são motivadores quando se consegue superar tais obstáculos.

Referindo-se às resenhas, Létourneau (2011, p. 19), diz que

As vantagens desse exercício são numerosas: ele possibilita descobrir as obras de um autor, apreciar as sutilezas de sua reflexão, afinar-se com o diapasão da ciência, assimilar novos conhecimentos e familiarizar-se com técnicas, métodos de trabalho e procedimentos de análise.

Quando novos conhecimentos são assimilados, a percepção que se tem de determinados tipos de textos pode mudar, justificando um esforço maior de leitura daqueles documentos que parecem mais uma obrigação disciplinar do que uma etapa no processo de aprendizado. Busca-se, como diz Létourneau na citação acima, uma familiarização metodo-

lógica que permita que essa forma de estudo e pesquisa seja incluída nos afazeres diários da academia.

Entendendo que há um propósito na leitura para um fichamento, um resumo ou uma resenha, evita-se o desperdício de tempo e outros aborrecimentos que aparecem quando não se vê sentido naquilo que está sendo feito. Para Salomon (2001, p. 95),

O estudante que tem o hábito de ler sem um propósito determinado assenta-se e simplesmente lê; ao término diz: ‘Pronto, já li.’ Assim o faz com todas as matérias, no mesmo ritmo de leitura, e reage da mesma maneira diante de qualquer assunto. Tal estudante tem muito a aprender, pois este não é o modo correto de agir.

É preciso ter um propósito inicial e ler em função dele. Um propósito inicial pode ser o de ter ideia do assunto. Outro pode ser o de tirar a essência ou o mais importante do que se vai ler.

“Por que estou lendo esse documento?” e “Do que se trata esse documento?” são perguntas que sevem, primeiro, como ponto de partida, motivação, compreensão de uma ação diante de um documento e, segundo, como integração com o conteúdo do documento e a apropriação de suas informações. Antes de passar ao tópico seguinte, destaca-se que essa apropriação de informações segue objetivos prévios do estudante pesquisador, mas, também, é influenciada pelos objetivos do próprio documento. Reflete, portanto, um processo dialético, de extrema importância, pois, conduzirá leitor e documento para novas sínteses, conclusões, análises, perguntas e relações.

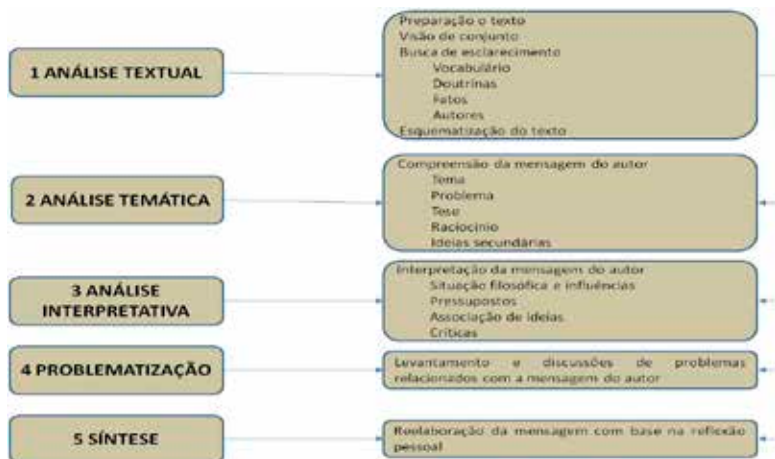
3. Etapas da análise do Documento Acadêmico

Indicados esses momentos de encontro com alguns obstáculos nos estudos e compreendido que esses obstáculos quase sempre se apresentarão, às vezes perceptíveis, outras

não, pois, são parte do processo de conhecimento e o objetivo é superá-los, passa-se agora para a apresentação das etapas básicas de análise do documento acadêmico.

Na esfera da *leitura* do documento acadêmico, na Figura 1, seguem as etapas propostas por Antônio Joaquim Severino, no livro “Metodologia do Trabalho Científico”.

Figura 1. Etapas da leitura analítica.



Fonte: Severino (2010, p. 64).

Para Macedo (1994, p. 34-35), “[...] o pesquisador é um homem como qualquer outro; pensa numa língua dada, cujas categorias lhe foram introjetadas através da educação, que é um processo social; possui uma visão de mundo socialmente condicionada pela sua realidade histórica concreta [...]”, ou seja, possui uma memória de saberes contextuais e afetivos. Dessa maneira, segundo a autora, “O discurso ‘objetivo’ supõe sempre o ponto de vista acerca da objetividade de quem o emite, calcado no grupo a que pertence, no momento histórico no qual vive, na ‘verdade’ que elegeu ou que lhe foi imposta.” Isso quer dizer que mesmo um texto objetivo tem sua objetividade analisada de um determinado ponto de vista,

incorporando a ele elementos históricos e contextuais enriquecedores, porém, ao mesmo tempo, subjetivos.

São esses elementos que podem ser trazidos à tona com a leitura analítica (Figura 1). Por outro lado, nosso foco principal é, justamente, o registro das leituras enquanto registros de informação.

É importante que, desde o primeiro texto lido, um arquivo para anotações seja aberto. Mas, como fazer tais anotações? Geralmente, elas podem ser feitas por meio de *fichamentos*.

O fichamento é o primeiro exercício que fazemos quando entramos em contato com novos ambientes de pesquisa, quando temos novas ideias e/ou quando precisamos “escavar” subsídios para sustentar pontos de vista.

4. Observações sobre os fichamentos

Como já mencionado na introdução, o fichamento é um *método de pesquisa e de documentação pessoal*, portanto, pode ser realizado de várias maneiras. Sua função é de organizar ideias a partir do estudo do material de pesquisa.

Não há limite para se fazer fichamentos, mas isso depende de *coerência*. Não se pode fichar tudo sobre um tema e, geralmente, não usamos todo o material que levantamos.

Mas será que o simples ato de produzir fichas é tão importante assim? Quer dizer que “copiar” trechos de textos é uma tarefa fundamental?

Três pontos podem ser observados em relação às perguntas acima:

1. Fazer um fichamento não é um ato mecânico e isolado. Não é uma questão de quantidade de registros, mas de *pesquisa*. Quando falamos em pesquisa temos que ter em mente que a perspectiva *reflexiva e crítica* deve sobressair, em tese, à característica da mensuração. Entender um

assunto é, na maioria das vezes, mais importante do que compilar muitos assuntos mecanicamente.

2. Quando fazemos algum fichamento devemos ter claro qual é o seu objetivo. Por que fazer um fichamento? Qual o seu objetivo? Qual o tema ou ideia que será usada para selecionar os trechos para o fichamento? Assim, não são apenas trechos que “copiamos”, mas *ideias* que vamos dispendo de forma ordenada para organizar nosso raciocínio, permitindo sua recuperação.
3. Se pensarmos nossa atividade de *documentar* como uma forma de pesquisa e de geração de novos conhecimentos, não veremos o fichamento como um simples “copiar-colar”, mas como uma base confiável e coerente para dar sustentação às nossas ideias.

Orientações gerais:

- Todo fichamento deve conter a referência completa da obra;
- Os trechos literais extraídos dos textos devem aparecer como citações;
- Toda citação direta ou indireta deve seguir uma normalização;
- Dispor coerentemente o texto;
- Incluir todas as informações necessárias sobre o tema fichado;
- Ter objetividade, respeitando os dois itens anteriores;
- Seja coeso na construção textual;
- Se possível, use suas próprias palavras entre as citações (o fichamento reelabora ideias);
- Sempre que possível, procure fazer uma síntese geral no início ou no final do fichamento.

No fichamento é possível registrar as anotações em fichas, cadernos, blocos de anotações; também pode digitar no computador, montar pastas e fazer arquivos *online*.

Vejamos agora como é um fichamento na prática:

Antônio Joaquim Severino divide os fichamentos em: temáticos, bibliográficos e biográficos. Lembremos que há uma certa liberdade nesta atividade, pois é um método pessoal de estudo.

a) Ficha de documentação temática

ESPISTEMOLOGIA

Conceituação

Segundo Lalande, trata-se de uma filosofia das ciências, mas de modo especial, enquanto “é essencialmente o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar sua origem lógica (não psicológica), seu valor e seu alcance objetivo”. Para Lalande, ela se distingue, portanto, da teoria do conhecimento, da qual serve, contudo, como introdução e auxiliar indispensável.

LALANDE, *Voc. Tecn.*, 293

“Por Epistemologia, no sentido bem amplo do termo, podemos considerar o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais.”

JAPIASSU, *Intr.*, 16.

Japiassu distingue três tipos de Epistemologia:

1. *a Epistemologia global* ou geral que trata do saber globalmente considerado, com a virtualidade e os problemas do conjunto de sua organização, quer sejam especulativos, quer científicos;
2. *a Epistemologia particular* que trata de levar em consideração um campo particular do saber, quer seja especulativo, quer científico;
3. *a Epistemologia específica* que trata de levar em conta uma disciplina intelectualmente constituída em unidade bem definida do saber e de estudá-la de modo próximo, detalhado e técnico, mostrando sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais disciplinas.

Obs.: Conteúdo global da obra.

Fonte: Severino (2010, p.75).

Notem que não há um padrão. O que é importante num fichamento é coletar elementos, de maneira coerente, retratando o conteúdo de um texto e/ou de um tema. Mas, atenção, o que deve ser levado em consideração também é a estrutura e não somente a formatação. Geralmente, os manuais de metodologia estão desatualizados e/ou imprimem uma interpretação própria. Assim, a primeira citação do exemplo **a]** ficaria da seguinte maneira:

b]

“[...] é essencialmente o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar sua origem lógica (não psicológica), seu valor e seu alcance objetivo.”
(LALANDE, ano, p. 293).

Vejam também que o fichamento do exemplo **a]** traz, no final, uma síntese do conteúdo que interessa ao autor. Nestes casos não é necessário indicar páginas, pois o que está sendo tratado é o *conteúdo global da obra*.

Nos fichamentos, assim como em qualquer outro texto, as citações diretas devem aparecer entre aspas, acompanhadas de sobrenome do autor, ano e página (exemplo **b]**). Quando a citação tiver mais que três linhas, deve ser deslocada, sem espaçamento e com a letra menor que o resto do texto. As citações indiretas não precisam de aspas, mas devem trazer autoria, ano e página, se for o caso. Aconselha-se consultar as NBRs 6023 (referência), 10520 (citação) e 14724 (apresentação de trabalhos).

Saber usar as normas não é um simples requisito acadêmico e/ou profissional, mas é uma obrigação daqueles que trabalham com textos e estão comprometidos com a qualidade do que produzem, fazendo justiça aos autores utilizados. Existem muitos manuais que trazem roteiros para o uso das normas da ABNT. Eles podem ser encontrados com facilidade na *internet*.

Continuemos com os exemplos.

c) Ficha de documentação bibliográfica

EPISTEMOLOGIA

JAPIASSU, Hilton F.

O mito da neutralidade científica

Rio, Imago, 1975 (Série Logoteca), 188p.

Resenhas: *Reflexão I* (2): 163-168. abr. 1976.

Revista Brasileira de Filosofia 26

O texto visa fornecer alguns elementos e instrumentos introdutórios a uma reflexão aprofundada e crítica sobre certos problemas epistemológicos (p.15) e trata da questão da objetividade científica, dos pressupostos ideológicos da ciência, do carácter praxiológico das ciências humanas, dos fundamentos epistemológicos do cientificismo, da ética do conhecimento objetivo, do problema da cientificidade da epistemologia e do papel do educador da inteligência.

Embora se trate de capítulos autônomos, todos se inscrevem dentro de uma problemática fundamental: a das relações entre ciência objetiva e alguns de seus pressupostos.

O primeiro capítulo, “Objetividade científica e pressupostos axiológicos” (p.17-47), coloca o problema da objetividade da ciência e levanta os principais pressupostos axiológicos que subjazem ao processo de constituição e de desenvolvimento das ciências humanas.

No segundo capítulo, “Ciências humanas e praxiologia” (p.49-70), é abordado o carácter intervencionista destas ciências: elas, nas suas condições concretas de realização, apresentam-se como técnicas de intervenção na realidade, participando ao mesmo tempo do descritivo e do normativo.

No terceiro capítulo, “Fundamentos epistemológicos do cientificismo” (p.71-96), o autor busca elucidar os fundamentos epistemológicos responsáveis pela atitude cientificista e mostra como o método experimental, racional e objetivo, apresentando-se como único instrumento particular da razão, assumiu um papel imperialista, a ponto de identificar-se com a própria razão.

Fonte: Severino (2010, p.76).

No caso acima c], a estrutura está bem definida e as indicações de conteúdo também, porém é de difícil identificação a obra que é objeto do fichamento. Há um conjunto desordenado de elementos bibliográficos no início do fichamento, mas não há nenhuma menção do porque estão ali. Também não há uma referência correta de acordo com a NBR 6023. Porém, olhando com mais atenção, podemos verificar que o fichamento é sobre o livro *O mito da neutralidade científica*. Na sequência, Severino indica duas resenhas que estão, respectivamente, nas revistas Reflexão e Revista Brasileira de Filosofia. Na verdade, a referência do exemplo c] seria a seguinte:

d]

JAPIASSU, Hilton F. O mito da neutralidade científica . Rio de Janeiro: Imago, 1975.

É importante que, no âmbito do fichamento pessoal, todas as informações necessárias sejam incorporadas e de maneira correta, principalmente, no caso de referências bibliográficas relacionadas. Deve-se dizer porque foram relacionadas, pois, muitas vezes, é comum se esquecer o motivo de elas estarem ali, perdendo alguma informação importante para trabalhos posteriores. Dessa maneira, mesmo com a liberdade de se realizar um fichamento no âmbito da documentação pessoal, é necessário o uso de algum padrão para o registro das informações.

e] Ficha de documentação biográfica

JAPIASSU

Hilton Ferreira Japiassu

1934-

Licenciou-se em Filosofia pela PUC do Rio de Janeiro, em 1969; formou-se em Teologia, pelo Studium Generale Santo Tomás de Aquino, de São Paulo. Fez o mestrado em Filosofia, na área de Epistemologia, na Université des Sciences Sociales, de Grenoble, na França, em 1970; nessa mesma Universidade, doutorou-se em Filosofia, em 1973. Fez pós-doutorado em Strasbourg, no período 84/85, também na área de Epistemologia.

Atualmente é docente de Epistemologia e de História das Ciências e de Filosofia da Ciência, nos cursos de pós-graduação em Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desenvolve suas pesquisas nas áreas de epistemologia, investigando as relações entre ciência e sociedade, o sentido da interdisciplinaridade e o estatuto epistemológico das Ciências Humanas em geral, e da Psicologia em particular.

Além da tradução de vários textos filosóficos e da publicação de muitos artigos, Japiassu já lançou os seguintes livros: *Introdução ao pensamento epistemológico*, 1975; *O mito da neutralidade científica*, 1975; *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, 1976; *Para ler Bachelard*, 1976; *Nascimento e morte das ciências humanas*, 1978; *Introdução à epistemologia da Psicologia*, 1978; *A psicologia dos psicólogos*, 1979; *Questões epistemológicas*, 1981; *A pedagogia da incerteza*, 1983; *A revolução científica moderna*, 1985; *As paixões da ciência*, 1991; *Francis Bacon: o profeta da ciência moderna*, 1995.

Fonte: Severino (2010, p.77).

A partir do exemplo acima poderíamos levantar a seguinte questão: por que devemos fazer um fichamento sobre um autor?

Claro que escrever sobre autores não parece comum, talvez desnecessário, mas isto é um engano. Conhecer o lega-

do literário/científico de um autor/pesquisador é tão importante quanto conhecer uma única obra sua em profundidade. É comum escrevermos usando outros autores, por vezes, nos detemos demoradamente sobre ideias alheias, porém, pouco sabemos sobre quem as escreveu.

Apresentamos trabalhos e seminários, nos baseamos em outras obras para fazer isso, mas, na maioria das vezes, mal sabemos o primeiro nome ou o sobrenome dos autores dessas obras. Muitas vezes nos referimos a um texto ou autor como “aquele que trata de tal assunto”, ignorando até mesmo seu título.

É importante conhecer as pesquisas de determinado autor. É importante saber qual a sua formação. São informações que nos ajudam a compreender o itinerário de pensamento do próprio autor, suas predileções e principalmente, a escola de pensamento a qual segue.

Claro que, sempre que tivermos que fichar um material, não iremos fazer fichas “temáticas”, “bibliográficas” e “biográficas”, mas podemos incluir, em um mesmo fichamento todos esses elementos e ter outros resultados como uma *resenha* ou o início de uma *revisão bibliográfica*.

Para finalizar, tente fazer um exercício de fichamento unindo *a*], *c*] e *e*], não necessariamente nesta ordem, para ver como isso se daria na prática.

Exemplos de fichas

114	COMO SE FAZ UMA TESE																				
Quadro 5 FICHAS DE CITAÇÕES																					
<p style="text-align: center;">14</p> <p style="text-align: center;">COMO SE FAZ UMA TESE</p> <p style="text-align: center;">Quadro 5</p> <p style="text-align: center;">EXEMPLO DE FICHA BIBLIOGRÁFICA</p>	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">CIT</td> <td style="width: 50%;"></td> </tr> <tr> <td>Vida como arte</td> <td style="text-align: right;">Nº</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> "Em geral a natureza se engana" ? </td> </tr> <tr> <td colspan="2"> Original "Nature is usually wrong" J.A. McNeill Whistler <u>The gentle art of making enemies</u> 1890 </td> </tr> </table>	CIT		Vida como arte	Nº	"Em geral a natureza se engana" ?		Original "Nature is usually wrong" J.A. McNeill Whistler <u>The gentle art of making enemies</u> 1890													
CIT																					
Vida como arte	Nº																				
"Em geral a natureza se engana" ?																					
Original "Nature is usually wrong" J.A. McNeill Whistler <u>The gentle art of making enemies</u> 1890																					
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="text-align: right; padding-right: 5px;">Bo. com. 107-5171</td> </tr> <tr> <td>AVERBACH, <i>Erich</i></td> </tr> <tr> <td><i>Mimesis - Il realismo nella lettera-</i></td> </tr> <tr> <td><i>tura occidentale, Torino, Einaudi,</i></td> </tr> <tr> <td><i>1956, 2 vols, pp xxxix - 204 e 350</i></td> </tr> <tr> <td>Título original:</td> </tr> <tr> <td><i>Mimesis. Darstellte Wirklichkeit</i></td> </tr> <tr> <td><i>in der antenclanchischen Literatur,</i></td> </tr> <tr> <td><i>Bonn, Francke ... 1946</i></td> </tr> <tr> <td>[<i>Ve no segundo volume o ensaio</i></td> </tr> <tr> <td><i>"Il mondo nella bocca di Pantague-</i></td> </tr> <tr> <td><i>le."]</i></td> </tr> </table>	Bo. com. 107-5171	AVERBACH, <i>Erich</i>	<i>Mimesis - Il realismo nella lettera-</i>	<i>tura occidentale, Torino, Einaudi,</i>	<i>1956, 2 vols, pp xxxix - 204 e 350</i>	Título original:	<i>Mimesis. Darstellte Wirklichkeit</i>	<i>in der antenclanchischen Literatur,</i>	<i>Bonn, Francke ... 1946</i>	[<i>Ve no segundo volume o ensaio</i>	<i>"Il mondo nella bocca di Pantague-</i>	<i>le."]</i>	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">CIT</td> <td style="width: 50%;"></td> </tr> <tr> <td>Vida como arte</td> <td style="text-align: right;">Nº</td> </tr> <tr> <td>Villiers de l'Isle Adam</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> "Viver? Nisso pensam os nossos criados" (<u>Castelo de Axel...</u>) </td> </tr> </table>	CIT		Vida como arte	Nº	Villiers de l'Isle Adam		"Viver? Nisso pensam os nossos criados" (<u>Castelo de Axel...</u>)	
Bo. com. 107-5171																					
AVERBACH, <i>Erich</i>																					
<i>Mimesis - Il realismo nella lettera-</i>																					
<i>tura occidentale, Torino, Einaudi,</i>																					
<i>1956, 2 vols, pp xxxix - 204 e 350</i>																					
Título original:																					
<i>Mimesis. Darstellte Wirklichkeit</i>																					
<i>in der antenclanchischen Literatur,</i>																					
<i>Bonn, Francke ... 1946</i>																					
[<i>Ve no segundo volume o ensaio</i>																					
<i>"Il mondo nella bocca di Pantague-</i>																					
<i>le."]</i>																					
CIT																					
Vida como arte	Nº																				
Villiers de l'Isle Adam																					
"Viver? Nisso pensam os nossos criados" (<u>Castelo de Axel...</u>)																					
Fonte: Eco (2014, p. 78). Fonte: Eco (2014, p. 114).																					

Fonte: Eco (2014, p. 78). Fonte: Eco (2014, p. 114).

Quadro 7: FICHA DE LECTURA

<p>Croce, Benedetto. <i>Recessão e Nelson Sella, Estética musical in S.T. d'A La critica</i>. 1931. P. 71</p> <p>T. Gen (V) (V. ficha)</p>	<p>Realça o cuidado e a modernidade de convicções estéticas com que Sella aborda o tema.</p> <p>Com relação a S.T., Croce afirma:</p> <p>"[...] o fato é que suas idéias sobre o belo e a arte não são falsas, mas muito gerais, e por isso pode-se sempre, num certo sentido, aceitá-las ou adotá-las. Como as que atribuem à pulcritude ou beleza a <i>inteligência</i>, <i>estética</i>, ou <i>sonorância</i>, e a <i>clareza</i>, isto é, a nitidez das cores. Ou como essa outra, segundo a qual o belo diz respeito ao poder cognoscitivo; e mesmo a doutrina para a qual a beleza da criatura é a <i>semelhança da beleza divina presente nas coisas</i>. O ponto central é que os problemas estéticos não constituíam objeto de um verdadeiro interesse nem para a Idade Média em geral, nem para São Tomás em particular, cujo espírito se voltava para outros caminhos: daí estarem condenados à generalidade. E por isso os trabalhos em torno da estética de São Tomás e de três filósofos medievais são pouco frutíferos e tediosos, quando não são (em geral não são) tratados com a <i>discrição</i> e a <i>elegância</i> com que Sella escreveu o seu".</p> <p>[A reafirmação dessa tese pode servir-me como tema introdutório. As palavras conclusivas como hipótese.]</p>
--	---

Fonte: Eco (2014, p. 123). Fonte: Eco (2014, p. 124).

Quadro 8: FICHA DE LECTURA

<p>Blondolillo, Francesco</p> <p>"L'estetica e il gusto nel Medioevo", cap. II da <i>Brevi storia del gusto e del pensiero estetico</i>, Messina, Principato, 1924, pag. 29.</p>	<p>Hist. Gen. (V)</p>
<p>Blondolillo ou o gentilismo mitopa</p> <p>Fazemos por cima da introdução, vulgarização para almas jovens do verbo gentiliano. No capítulo sobre a Idade Média, S.T. é liquidado em deztoito linhas. Na idade Média, o problema estético perdeu a importância a que tinha acontecido especialmente por obra de Aristóteles e de Plotino." [Carência cultural ou má-fé? Culpa sua ou da escola?] Continuamos: "Isto é, estamos com o Dante da idade madura que, no Convívio (II, 1), atribuiu à arte pelo menos quatro significados [expõe a Teoria dos quatro sentidos, ignorando que Buda já a repetiu; não sabe mesmo nada]... E Dante e outros acreditaram que esse significado quádruplo existia na <i>Divina C.</i>, a qual, pelo contrário, só tem valor artístico apenas quando, e só enquanto, é expresso pura e desinteressada de um mundo interior próprio, e Dante se abandona por inteiro em sua visão." [Pobre Itália! E pobre Dante, toda uma vida esforçando-se na busca de representitidos e representitidos, esse sujeito alunar que não estavam lá; a ser citado como <i>caractologia</i> historiográfica.]</p>	

Fonte: Eco (2014, p. 123). Fonte: Eco (2014, p. 124).

Referências

- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- LÉTOURNEAU, Jocelyn. Como fazer uma resenha de leitura. In: _____. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 19-35.
- MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SALOMON, Délcio Vieira. Como resumir. In: _____. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 91-120.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Tópicos para a iniciação à pesquisa científica na Ciência da Informação

Marivalde Moacir Francelin

1. Introdução

A Universidade é um ambiente rico em experiências e oportunidades de conhecimento. Conhecer, no ambiente acadêmico, é uma atividade que requer orientação e planejamento, especialmente, para aqueles que nunca tiveram ou que tiveram poucas chances de fazer uma pesquisa.

Como incentivo e motivação para a pesquisa na graduação, a iniciação científica abre espaço para melhorar a integração acadêmica e temática na área de Ciência da Informação. Também, contribui para aproximar docentes e alunos por meio do compartilhamento de interesses acadêmicos comuns.

Ao docente interessa a preparação do aluno ingressante para a pesquisa em seu ciclo universitário; ao mesmo tempo, o aluno é contemplado com a chance de aprender na prática o que é uma investigação científica.

Dessa maneira, procuramos explicar alguns conceitos e contextos básicos da iniciação e da pesquisa científica. Não apresentaremos discussões sobre complexidades conceituais da ciência e da pesquisa, pois, acreditamos que elas surgirão naturalmente no decorrer do próprio processo de pesquisa.

2. Função da Pesquisa Acadêmica

“Pesquisa acadêmica” é um bom arranjo de termos. O que é pesquisa? O que é acadêmico? Falamos de *pesquisa* quando está presente alguma *atividade sistemática de busca pelo conhecimento*.

Ou seja, pesquisamos quando procuramos algo que some mais conhecimento ao nosso próprio conhecimento.

Quando estamos à procura de alguma *nova informação* diante de uma *dúvida ou problema*, estamos, por extensão, procurando ampliar nossos conhecimentos. Então, quando tentamos ampliar nossos conhecimentos é necessária a realização de uma pesquisa.

A atividade sistemática realizada a partir de um problema ou de uma pergunta é o que, basicamente, caracteriza uma pesquisa como “acadêmica”. Ela é definida assim, pois, é a maneira de diferenciá-la das *especulações* que fazemos no dia-a-dia. Tais “especulações” *podem* ser chamadas de *senso comum*, porém, vale lembrar que as especulações do senso comum também são pontos de partida da pesquisa acadêmica.

A pesquisa acadêmica, assim considerada, *pode* ser uma atividade sistemática que procura resolver problemas com o objetivo de ampliar nossos conhecimentos. Quando falamos em *conhecimento*, estamos nos referindo não apenas ao resultado de uma pesquisa, mas também à *capacidade de questionamento e de pensamento crítico sobre o próprio universo social*.

3. Sobre o que Pesquisar

Mas, ampliar nossos conhecimentos sobre o que? No cotidiano não é comum fazermos perguntas como: por que devo conhecer? Por que devo pesquisar? Sobre o que estou problematizando? Por que tenho dúvidas? Sobre o que tenho dúvidas? Na pesquisa acadêmica o “objeto” é muito impor-

tante, pois, é sobre ele que vamos elaborar nossas perguntas. É sobre o *objeto* de pesquisa que devemos *levantar nossas dúvidas*.

Até aqui sabemos que a *pesquisa acadêmica* é algo que se diferencia do senso comum, é *sistemática*, levanta *problemas/perguntas* e deve ter um *objeto de análise*.

4. Tipos de objetos

O que chamamos de *objeto* no *cotidiano* é, geralmente, aquilo que pode ser “palpável”, concreto, físico, ou seja, algo como uma pedra, uma cadeira, uma casa, um martelo ou uma garrafa. Mas, quando falamos em objetos no meio *acadêmico* ampliamos os conceitos para que seja possível a pesquisa sobre eles. Por exemplo: podemos pesquisar a origem da palavra pedra, a história da cadeira, a função social das casas, o uso do termo martelo e a importância das garrafas sem precisar tocar pedra por pedra, sentar em todas as cadeiras, entrar nas casas das pessoas, martelar alguma coisa e procurar garrafas importantes.

É sobre um objeto que a pesquisa é realizada. Mas, como vimos, isto não significa que um objeto é somente aquilo que é concreto ou físico. Posso, continuando com nossos exemplos, perguntar: de onde veio a palavra pedra?; Quando surgiu a primeira cadeira?; Por que as casas são importantes para as pessoas?; Quais as formas de uso do termo martelo?; Desde quando as garrafas são usadas como recipientes?

Para responder uma ou todas as perguntas acima, o pesquisador não precisaria correr atrás de pedras, cadeiras, casas, martelos ou garrafas, precisaria, talvez, apenas ir à *biblioteca*.

5. O que pesquisar sobre o objeto

Mas, antes de falarmos da atividade de pesquisa, há algo muito importante para decidir: *o que pesquisar sobre um objeto?* Continuando com nossos exemplos, precisaríamos saber se vamos perguntar pelo surgimento da palavra pedra na língua portuguesa, pela construção da primeira cadeira na Europa, se a arquitetura das casas influenciou a vida familiar na Alemanha do século XIX, e assim por diante.

Também poderíamos perguntar, por exemplo, se existe *relação* entre nossos objetos: existe relação entre o surgimento da palavra pedra em língua portuguesa, a construção da primeira cadeira na Europa e a influência da arquitetura das casas na vida familiar na Alemanha do século XIX? É claro que o exemplo é imaginário, mas serve para caracterizar a *mudança da pergunta sobre o objeto para a pergunta sobre a relação entre objetos*.

Interessa-nos aqui lembrar que começamos dizendo que existem *objetos concretos* e *objetos abstratos* e que a pesquisa sobre eles dependerá do *tipo de pergunta* que faremos. Também vimos que é possível fazer, no nível básico, diversas perguntas sobre um mesmo objeto e sobre a relação entre objetos distintos. Agora, também é possível, *contextualizar nossos objetos em áreas do conhecimento*.

6. Áreas de conhecimento e tema de pesquisa

Ora, se quero fazer uma pesquisa, preciso dizer *onde a farei*. Se pretendo analisar como a arquitetura das casas influenciou a vida familiar na Alemanha do século XIX precisarei decidir se farei isso a partir da História, da Arquitetura, da Antropologia ou da Sociologia.

Vamos analisar o que foi dito, levando em consideração que nossa área de conhecimento será a Arquitetura, partindo do objeto “casa”. Primeiro, identificamos a *característica* que gostaríamos de pesquisar sobre o *objeto*: sua arquitetura

ra. Depois, *recortamos* o local e a data que pretendemos nos concentrar na pesquisa: Alemanha do século XIX. E, imprimimos uma *ação* sobre o objeto: *analisar* como a arquitetura das casas influenciou a vida familiar. “Arquitetura alemã do século XIX” ou “Vida familiar na Europa do século XIX” são *temas de pesquisa*.

Sabemos que a ciência está cada vez mais interativa devido à reconfiguração de seus domínios e ao deslocamento de suas fronteiras, porém, devemos ter em mente que os temas são pontos fundamentais de partida de qualquer pesquisa, pois, nos *ajudam* a identificar o que queremos fazer sobre o nosso objeto.

7. Exemplo da área de ciência da informação

Vamos continuar falando mais um pouco sobre a noção de objeto, porém, mudando nossos exemplos para o objeto “informação”. Usando o mesmo método acima, sabemos que será difícil falar sobre informação. Talvez, muito mais difícil do que falar sobre casas, martelos, garrafas ou cadeiras.

Pensando rapidamente, é possível verificar que existe informação em todo lugar e seria quase impossível qualquer pesquisa sobre o *objeto informação* sem a identificação de uma área de conhecimento e o recorte temático.

Nossa área de conhecimento pode ser a Ciência da Informação, com o *recorte temático* na “Teoria e História da Informação”. Sabemos que vamos fazer uma pesquisa a partir do tema “Teoria e História da Informação”, mas ainda não sabemos qual recorte faremos. Vamos supor que pretendemos: “Analisar a evolução do conceito de informação na literatura brasileira de Ciência da Informação a partir da década de 1940.”

Aqui temos os mesmos elementos indicados anteriormente: *ação sobre um objeto* (analisar a evolução do conceito de informação), *uma área de conhecimento* (Ciência da In-

formação), *um tema* (Teoria e História da Informação), *um recorte geográfico e/ou documental e/ou temporal* (literatura brasileira de Ciência da Informação a partir da década de 1940).

8. De volta à pesquisa

Mas, agora, voltamos à questão: “Se ainda não conheço a área que pretendo pesquisar, como posso saber o que vou fazer?” A resposta é: *apenas se faz pesquisa pesquisando*. É necessário agir. A pesquisa depende de *ação*. E toda ação depende de alguém que a execute. O primeiro passo, portanto, é colocar em prática o exercício fundamental de qualquer pesquisa em qualquer nível: buscar informações para o *entendimento pessoal*. Para buscar informações que nos levem a entender o que queremos pesquisar e, principalmente, a área de conhecimento e o tema a **leitura** é fundamental.

9. Prática da pesquisa: leitura

A primeira parte de quase toda pesquisa é saber o que já existe na literatura sobre o que se pretende conhecer. Se quero fazer uma pesquisa sobre a “evolução do conceito de informação” tenho que saber o que já foi escrito sobre o tema. Resumindo: *preciso ler*.

Mas, ler o quê? Primeiramente, fazer leituras que me ajudem a *entender o significado dos termos* que fazem parte do meu tema. Por exemplo: preciso saber o que é “informação” para depois analisar sua evolução.

Dicionários e livros introdutórios são fundamentais nesse momento. Não é aconselhável pular etapas. Quando tentamos falar sobre algo que ainda não conhecemos direito, acabamos por confundir as coisas. Também não é indicado ler qualquer coisa. O professor pode ajudar na indicação de leituras básicas sobre o tema de pesquisa.

Além de obter informações sobre o que queremos pesquisar, a leitura proporciona o conhecimento das opiniões de outros autores sobre o mesmo tema. Ou seja, começamos a identificar que existem *pontos de vista* diferentes sobre a mesma coisa. Encontramos muito disso no cotidiano e, na academia, não é diferente, apenas as divergências possuem uma fundamentação mais consistente.

Porém, é bom lembrar que *leitura e escrita estão juntas no processo de pesquisa*. Portanto, é necessário que além de ler o aluno também escreva, pois essa é uma *ação* importantíssima para qualquer acadêmico. Para o aluno a escrita é fundamental para ajudar a entender o que leu e para *registrar* suas interpretações e impressões.

10. Prática da pesquisa: revisão bibliográfica

Livros, artigos de revistas e dicionários também podem ser chamados de bibliografias. Então, quando pretendemos ler e escrever sobre tais bibliografias a partir de um tema, dizemos que será feita uma *revisão bibliográfica*.

A revisão bibliográfica constitui uma das partes mais importantes de quase todos os tipos de trabalhos de pesquisa. Nesse momento, demonstramos nosso nível de conhecimento sobre o tema pretendido e o tipo de discussão que vamos desenvolver sobre ele.

A revisão bibliográfica ou de literatura é mais do que um método de pesquisa, pois seus benefícios não são momentâneos e se estendem para além da academia.

Objetivos imediatos da revisão bibliográfica: oportunidade para conhecer parte do que já foi realizado sobre o tema de pesquisa proposto; ter contato com metodologias e técnicas utilizadas em trabalhos já realizados; levantar elementos pertinentes para a redação de textos, principalmente, para construção do sumário.

É importante lembrar que a fase inicial de quase toda pesquisa prende-se a definições, conceitos e contextualização da pesquisa. Quanto mais se conhece sobre o que está sendo pesquisado (ou o que se pretende pesquisar) mais material e informações se tem para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

11. Projeto de pesquisa

Um projeto, assim como sua posterior execução, é feito por *etapas*. Portanto, é necessário ter um *plano básico*. Planejamento é o princípio fundamental para que a pesquisa seja realizada sem muitas surpresas. Aliás, é importante que esperemos por surpresas, obstáculos, percalços, contratempos e outros desvios no encaminhamento de qualquer pesquisa. Temos que ter em mente que nosso controle da pesquisa que estamos realizando é *parcial* e depende de uma série de fatores e elementos que não podemos controlar totalmente.

O roteiro que vamos apresentar abaixo é simples e contempla alguns elementos que podem variar de acordo com o tipo de pesquisa. Também existem opções de estruturas de acordo com o tema ou com o livro de metodologia que se está seguindo. Para o momento, vamos partir da seguinte estrutura:

- a) *introdução* (breve apresentação sobre o projeto);
- b) *problemas de pesquisa* (questões levantadas sobre o tema);
- c) *hipóteses de pesquisa* (respostas provisórias às questões levantadas);
- d) *objetivos* (dividem-se em gerais e específicos e indicam o que pretende fazer sobre o tema);
- e) *justificativa* (explicita a relevância do tema de pesquisa. Via de regra, é a parte que apresenta a revisão bibliográfica, deixando claro que existem autores que falam sobre o tema e o que eles falam);

- f) *metodologia* (descreve os caminhos percorridos para execução da pesquisa. Trabalha com o passado, o presente e o futuro, ou seja, diz como a pesquisa foi e como ainda será realizada);
- g) *bibliografia* (referências bibliográficas que foram utilizadas na revisão bibliográfica apresentada na justificativa);
- h) *cronograma de pesquisa* (quadro temporal onde estão divididas as atividades de pesquisa anunciadas na metodologia e para a confecção do trabalho);
- i) *apêndices ou anexos* (apresenta informações adicionais como levantamento bibliográfico que não foi utilizado na revisão bibliográfica da justificativa ou algum documento que não pôde ser inserido no corpo do projeto).

12. Relatório final de pesquisa

Todo texto contém a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão. Como o nome já diz, o Relatório Final de Pesquisa apresenta os principais resultados que foram alcançados com o desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, ao final da execução do projeto de pesquisa é preciso escrever um relatório que apresente resultados.

Na introdução, é preciso dizer sobre o que é o texto ou trabalho. Deve-se deixar claro qual é o *propósito do texto*, evitando fugir do tema e procurando sempre a síntese das ideias.

O desenvolvimento é a parte lógica do trabalho. Como núcleo do texto deve apresentar os *resultados da pesquisa* de forma lógica e coerente a partir do que foi proposto no projeto.

A conclusão identifica se os objetivos foram plenamente atingidos e *indica* o que deu certo ou errado, propondo novos caminhos para continuidade da pesquisa.

13. Síntese e prática

É difícil passar um dia na vida de qualquer pessoa sem que esta realize alguma pesquisa. Não saber o que é uma pesquisa não significa que ela não seja realizada. Diante de um problema rotineiro, como a perda de um objeto, dá-se início a um processo de investigação.

Investigar, nesse caso, significa procurar o objeto perdido, mas também pode significar imaginar como o objeto teria sido perdido. Uma é a ação de busca, confronto empírico, outra é a ação de reflexão, confronto com a memória. Existem estratégias em ambos os casos. Uns refazem o último trajeto. Outros saem aleatoriamente olhando todos os cantos possíveis. Existem aqueles que tentam imaginar o que poderia ter ocorrido. E aqueles que exercitam a memória na busca da última imagem do objeto perdido.

Desde o lugar onde se pisa até a seleção de alimentos em um supermercado a mente e o corpo se valem de processos investigativos. Uma investigação tem resultados que são guardados e/ou passados de um indivíduo a outro. Dessa forma, as pessoas aprendem a pisar em lugares seguros sem se machucarem e a escolherem alimentos sem se intoxicarem a partir de experiências diretas e indiretas.

Exemplo de experiência direta e indireta no cotidiano: se um grupo de pessoas atravessa um rio desconhecido, aquela que vai à frente investiga a profundidade com um pedaço de madeira e comunica aos outros a passagem mais segura. Os outros também têm a experiência da travessia, mas não precisarão fazer uma nova investigação. Quando saírem do rio, poderão contar a experiência para outras pessoas que não estavam lá e, assim, sucessivamente, o resultado daquela *pesquisa* será usado para outras travessias até que o rio mude ou outro fator (*problema*) determine, exija e motive uma *nova* pesquisa.

- Como você faz para encontrar um objeto perdido?
- Existem procedimentos distintos para investigar a perda das chaves, dos óculos ou do *pen drive*?

Agora, se a pessoa não perdeu nada, mas tem uma *tarefa*, uma *curiosidade* ou um desejo de *conhecer*, ela provavelmente reproduzirá a forma como as outras pessoas do seu grupo ou *comunidade* buscam informações.

- Como você busca informações?
- Na universidade você busca informações da mesma maneira que as busca no dia-a-dia?

Referências:

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia**. São Paulo: Ática, 2005.

Tópicos de Recursos Informativos: Descritiva e Informática

Representação Descritiva

A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução

José Fernando Modesto da Silva

1. Introdução

A história da catalogação no século XX é marcada pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, organizada pela IFLA, e realizada em Paris em outubro de 1961, com patrocínio da UNESCO. É também reforçada pela Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), evento realizado na cidade de Copenhague, em 1969, com participação de 32 países; com patrocínio pela IFLA, e no qual Micheal Gorman apresentou o documento denominado “*International Standard Bibliographic Description*” (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), propondo a padronização das informações contidas na descrição bibliográfica. Embora, outros eventos significativos tenham ocorrido.

Estes dois eventos, em especial, promoveram mudanças significativas nos instrumentos e processos catalográficos ao longo de décadas, inclusive subsidiando outros eventos, e que, na primeira década do século XXI, instrumentalizam mudanças contínuas nos processos descritivos, que buscam adequar a catalogação aos novos conceitos e necessidades advindas com as tecnologias de comunicação e informação – TIC e a ambiência digital.

Ao abordar as mudanças nos instrumentos de representação descritiva, o enfoque deste texto é o de destacar a importância e a evolução da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada – ISBD. Uma norma de padronização que é resultado das atividades iniciadas em cumprimento às resoluções propostas ao final do encontro dos Princípios de Paris, em 1961, e, materializadas, no citado documento preparado por Michel Gorman e apresentado na RIEC. (CUNHA, 1979).

Especificamente, ao tratar dos códigos utilizados para descrever recursos documentais, vale lembrar as mudanças que ocorrem e parecem desestabilizar práticas catalográficas adotadas por décadas. A atual substituição da AACR2r (Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição, revista) pela RDA (Recursos: Descrição e Acesso) não determina o fim da representação descritiva, mas uma evolução de um processo tradicional baseado no físico, para um outro baseado nas formas de suporte e do conteúdo (impresso e digital), e os relacionamentos passíveis de serem estabelecidos entre a produção do conteúdo, sua autoria, temática e derivações literárias.

Aliás, deve-se observar que a mais de 50 anos a catalogação está em mudanças. Ser catalogador não é um desafio, é um aprendizado persistente.

No Brasil, ocorre uma discussão com ênfase no uso prático da RDA, sem maior reflexão sobre os seus conceitos, finalidades, e as alterações sofridas com relação a ISBD e a AACR2. A AACR2, desde a edição de 1978, incorpora orientações de pontuação e ordenamento dos elementos descritivos prescritos pela própria ISBD.

Embora, não seja objeto deste texto, observa-se que a RDA não incorpora especificações descritivas de pontuação e ordenamento no corpo de suas regras, liberando a decisão de qual estrutura descritiva adotar à agência bibliográfica. A

ISBD torna-se um apêndice (apêndice D) da RDA, a ser opcionalmente utilizada ou não pelo bibliotecário.

2. O que é a ISBD

A Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional serve como a principal norma de promoção do controle bibliográfico universal. O seu objetivo essencial é o de oferecer coerência aos registros bibliográficos que favoreça ao seu intercâmbio. Neste sentido, a ISBD busca servir como a principal norma para a formação do controle bibliográfico universal, ou seja, que a informação bibliográfica dos recursos publicados pelos países esteja disponível de forma universalizada e em padrão aceitável internacionalmente. (IFLA, 2011).

Nas figuras 01, 02 e 03 exemplificam-se a importância do uso de um padrão bibliográfico para a apresentação e o intercâmbio de registros bibliográficos, e, em especial, a função de padronização da ISBD. Como ilustração, tente o leitor, identificar na figura 01, por exemplo, os dados de título ou de responsabilidade, ou mesmo de distribuição entre outros elementos descritivos. Consegue?

Figura 01 – Dados Bibliográficos sem Formato Bibliográfico Definido

个人所得税信息管理系统 电子资源 陕西
三普科技发展有限公司制作V 1.0 西安 陕
西电子音像出版社 2004 1 只读光盘 彩色
12 cm 用户手册67页21 cm 题名取自题名
屏幕 系统要求 PIII500 或以上CPU800x600
或更高分辨率显示器 推荐1024x76864兆
或以上内存推荐128兆50兆或以上硬盘
Win98 或以上操作系统 Win2000
Professional Office2000 Access2000
Excel2000 办公软件 7-900339-87-6

Fonte: Full ISBD Examples Preliminary edition, 2009 (<http://www.ifla>).

org/en/isbd-rg).

Na figura 02, observa-se que a ISBD determina os elementos de dados que permitem transcrever, em uma ordem específica, a descrição de um recurso. Prescreve uma pontuação como meio de reconhecer e apresentar estes elementos de dados de forma compreensível, e independentemente do idioma empregado na descrição. (IFLA, 2011).

Figura 02 – Registro Bibliográfico Pontuado – ISBD

个人所得税信息管理系统【电子资源】/ 陕西三普科技发展有限公司制作.—V 1.0.—西安: 陕西电子音像出版社, 2004.—1 只读光盘: 彩色; 12 cm + 用户手册(67页; 21 cm).—题名取自题名屏幕.—系统要求: PIII500或以上CPU, 800x600 或更高分辨率显示器 (推荐1024x768), 64 兆或以上内存 (推荐128兆), 50兆或以上硬盘, Win98 或以上操作系统 (Win2000 Professional), Office2000 (Access2000, Excel2000) 办公软件.—ISBN 7-900339-87-6

Fonte: Full ISBD Examples Preliminary edition, 2009 (<http://www.ifla.org/en/isbd-rg>).

Nota-se, também, que a pontuação prescrita na ISBD funciona como um código linguístico, interpretável em si mesmo. Ao visualizar a Figura 02 e, embora não dominando o idioma japonês, pode-se identificar pela posição e pontuação, alguns dados bibliográficos.

Na figura 03, é reforçada sua importância para o processo de intercâmbio independentemente do idioma de transcrição, bem como, a compreensão do registro fica evidente, além de mais proveitosa ao serviço de informação e ao conceito do controle bibliográfico.

Figura 03 – Registro Bibliográfico Formatado por Área da ISBD

Area 1	个人所得税信息管理系统 [电子资源] / 陕西三普科技发展有限公司制作
Area 2	. — V 1.0
Area 3	
Area 4	. — 西安 : 陕西电子音像出版社, 2004
Area 5	. — 1 只读光盘 : 彩色 ; 12 cm + 用户手册 (67页 ; 21 cm)
Area 6	
Area 7	. — 题名取自题名屏幕. — 系统要求 : PIII500或以上CPU, 800x600或更高分辨率显示器 (推荐1024x768), 64兆或以上内存 (推荐128兆), 50兆或以上硬盘, Win98或以上操作系统 (Win2000 Professional), Office2000 (Access2000, Excel2000)办公软件
Area 8	. — ISBN 7-900339-87-6

Fonte: Full ISBD Examples Preliminary edition, 2009
(<http://www.ifla.org/en/isbd-rg>).

3. As ISBDs e a ISBD consolidada: características e origens

Sobre a evolução da ISBD, saliente-se que, em 2009, ano da publicação pela IFLA, da nova **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação** que substituiu e ampliou as **Declarações dos Princípios de Paris de 1961**, ficou estabelecido que os dados bibliográficos de uma descrição, deve se basear em norma acordada internacionalmente. (IFLA, 2011).

Saliente-se que a ISBD é a norma acordada como padrão internacional pela comunidade bibliotecária. Entretanto, como a declaração dos princípios não é destinada, exclusivamente, para bibliotecas, ela serve também aos arquivos e museus, além de outras comunidades de informação.

Apesar da ISBD ser conhecida e estudada nas disciplinas de Representação Descritiva, ministradas nos cursos de Biblioteconomia, é interessante repetir, ainda que sinteticamente, um pouco do seu histórico, característica e evolução, desde um conjunto de normas geral e específica, até a atual norma consolidada, englobando conceitos dos FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos).

3.1 O programa ISBD

A origem da Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional remonta a 1969, quando sob a promoção do Comitê sobre Catalogação da IFLA realizou-se a **Reunião Internacional de Especialista em Catalogação** – RIEC, em Copenhague. Do evento emergiu a proposta de criação de normas que regulassem a forma e o conteúdo das descrições. Esse aspecto resultou no aumento da cooperação e intercâmbio bibliográfico, e na formulação do conceito da ISBD. Em agosto de 1977, no Congresso Mundial da IFLA, realizado em Bruxelas, o Comitê sobre Catalogação adotou novas decisões para o programa da ISBD, em especial, determinou a vigência dos seus textos, fixadas em 5 anos, período no qual revisões deveriam ser consideradas e aplicadas. Para tanto constituiu um Comitê de Revisão da ISBD que iniciou os trabalhos em 1981. (IFLA, 2013).

Quanto à série de edições das ISBD, pode-se mapeá-las da seguinte maneira:

- **ISBD (M)** [*Monographs* / Monografia]: 1971 (texto inicial); 1973 (1ª edição do texto original inglês adaptado por várias agências bibliográficas e traduzidos a diferentes idiomas); 1978 (edição revisada); 1987 (edição revisada); 2002 (edição revisada). O fato de ser a primeira norma específica publicada marca um período na qual imperava maior preocupação com o tipo documental. (IFLA, 2002).
- **ISBD (G)** [*General* / Geral]: 1977 (1ª Edição); 1992 (edição revisada); 2004 (edição revisada); Em 1975 o Comitê responsável pela AACR, propôs ao Comitê de Catalogação da IFLA o desenvolvimento de uma norma de descrição bibliográfica geral, adequada à todos os tipos de materiais bibliográficos. A norma nasce específica, torna-se geral, se especializa e volta a ser, atualmente, norma geral. (IFLA, 2004).

- **ISBD (CM)** [*Cartographic materials* / Material cartográfico]: 1977 (1ª. Edição); 1987 (edição revisada). Especifica os requisitos aplicáveis a descrição e identificação de materiais cartográficos, atribui uma ordem para os elementos da descrição e determina um sistema de pontuação para a descrição. Preocupa-se com publicações na forma legível, como mapas impressos, plantas e globos. Também faz algumas disposições para os problemas de catalogação de publicações especiais antigas e mapas manuscritos. (IFLA, 1987).
- **ISBD (S)** [*Serials* / Seriado]: 1974 (1ª. Edição); 1977 (edição revisada), é harmonizada com a AACR2; 1988 (edição revisada); torna-se **ISBD (CR)** [*Serials and Other Continuing Resources* / Recursos Contínuos]: 2002 (edição revisada). Especifica os requisitos aplicáveis a descrição e identificação de cada recurso bibliográfico, atribui uma ordem para os elementos da descrição, e especifica um sistema de pontuação. Suas disposições dizem respeito, em primeiro lugar, aos registros bibliográficos produzidos por agências bibliográficas nacionais e, em segundo lugar, para registros bibliográficos de outras agências de catalogação, seja em formato eletrônico ou impresso. Recursos contínuos consistem em recursos bibliográficos que são emitidos ao longo do tempo sem uma conclusão pré-determinada. Estes recursos incluem os seriados e os recursos integrados em curso. Enquanto periódicos são emitidos em uma sucessão de fascículos ou partes distintas, os recursos integrados são adicionados ou alterados por meio de atualizações que não permanecem isolados e estão integrados ao todo. (IFLA, 2002).
- **ISBD (CF)** [*Computers Files* / Arquivo de Computador]: 1990 (1ª. Edição); torna-se **ISBD (ER)** [*Electronic Resources* / Recursos Eletrônicos]: 1997 (edição revisada). Especifica os requisitos para um sistema de pontuação e de descrição

de tais itens. Recursos eletrônicos se constitui dos materiais controlados por computador, incluindo aqueles que requerem a utilização de um periférico (por exemplo, leitor de CD-ROM). Estão incluídos dois tipos de recursos: os dados (informações na forma de números, letras, gráficos, imagens e som, ou uma combinação dos mesmos) e programas (instruções ou rotinas para a realização de determinadas tarefas, incluindo o processamento de dados). Além disso, eles podem ser combinados de modo a incluir dados eletrônicos e programas (por exemplo, serviços online, multimídia interativa). Para fins de catalogação, os recursos eletrônicos são tratados de duas maneiras, se o acesso é local ou remoto. Acesso local, entende-se que um suporte físico pode ser descrito (por exemplo, disco, cassetes, cartuchos). Acesso remoto, cujo acesso apenas pode ser fornecido pelo uso de um dispositivo de entrada-saída (por exemplo, um terminal) ou ligado a um sistema de computador (por exemplo, um recurso numa rede). Um recurso residente na memória permanente do computador (ROM) é entendido como parte do dispositivo no qual ela é armazenada, e, se catalogadas, seria tratada como um recurso de acesso remoto. Brinquedos programados, calculadoras e outros objetos programados são considerados fora do âmbito de aplicação da ISBD (ER). (IFLA, 1997).

- **ISBD (NBM)** [*Non-Book Materials* / Materiais não Livro]: 1977 (1ª Edição); 1987 (edição revisada). Especifica os requisitos para a descrição e identificação de itens não-livro, atribui uma ordem para os elementos da descrição e um sistema de pontuação. Suas disposições se referem aos registros bibliográficos produzidos por agências bibliográficas nacionais (em edições de bibliografia nacional impressas, em outros registros impressos e nos arquivos de dados legíveis por máquina), e aos registros bibliográficos de outras agências de catalogação, seja na forma legível por

máquina ou impressa. Os materiais monográficos não-livro compreendem uma gama de materiais (com exceção dos que são os temas de outras ISBDs) que têm por seu objetivo principal a transmissão de ideias, informações ou conteúdo. (IFLA, 1987).

- **ISBD A** [*Antiquarian* / Publicações Monográficas Antigas]: 1980 (1ª. Edição), 1991 (edição revisada). Destina-se a fornecer a descrição de livros antigos, em geral para catálogos, bibliografias e bases de dados que contenham registros de aproximadamente igual detalhe para livros, e outros materiais de biblioteca, de todos os períodos, e tenham sido desenvolvidos dentro do procedimento da ISBD (G) e seu texto anotado. Não é um conjunto de regras para a descrição bibliográfica completa de livros antigos, nem é apresentada como um texto definitivo para ser usado como está em bibliografias especializadas. (IFLA, 1991a).
- **ISBD (PM)** [*Printed Music* / Música Impressa]: 1980 (1ª. Edição); 1991 (edição revisada). Especifica os requisitos para a descrição e identificação destas publicações. Publicações musicais incluem documentos em forma legível ou em forma de relevo (Braille) para uso de cegos, e incluem aquelas publicações para distribuição limitada ou venda sob demanda. A ISBD (PM) está principalmente preocupada com publicações de música impressa. Para a descrição e identificação de publicações de música mais antigas, as instruções da ISBD (PM) e ISBD (A) para monografias pré-1801 devem ser aplicadas, se necessário. (IFLA, 1991b).

Outras normas foram propostas ao longo do período, mas não evoluíram de propostas para normas definitivas. É o caso da:

- **ISBD (AN)** [*Analytic Entries* / Analíticas]: 1977 (proposta de norma surgida durante Congresso Mundial, em Bruxelas, para definir requisitos de descrição de obras e partes de

obras contidas em uma Série e/ou em outras Obras); 1979 (Início de atividade do Grupo de Trabalho, das discussões havidas e definições levantadas, o Grupo renomeou sua nomenclatura e o da norma); passa a denominar-se **ISBD (CP)** [*Component Parts / Partes Componente*], 2003 (texto inicial apresentado, sem documento publicado definitivo). As diretrizes desta norma eram projetadas para auxiliar na descrição dos componentes de uma publicação (capítulos de livros, artigos de periódicos, faixas de gravações sonoras, etc.). As orientações aplicam-se apenas à descrição dos componentes que são emitidos com, em, ou como parte de um item, e que o mesmo seja dependente do item principal para fins de identificação bibliográfica ou acesso. O método de descrição estabelecido não se aplica às partes de publicações que são bibliograficamente independentes (por exemplo, título de um volume separado de um conjunto de outros volumes, ou as monografias individuais dentro de uma série monográfica). Também não se aplica na descrição dos componentes que foram reeditados ou estão disponíveis separadamente como itens independentes (por exemplo, separatas de artigos de periódicos), mas podem ser adaptados, se necessário, para atender demandas locais na descrição dos itens desta natureza. As orientações estabelecidas para descrever partes de componentes não substituem as normas estabelecidas para descrever um item bibliograficamente independente que faça parte de um grupo de itens mais amplo (por exemplo, descrições monográficas contendo notas da série para os itens que fazem parte de uma série monográfica). Também não se destinam a servir como o único meio de descrição de partes dependentes: pode-se ainda fazer uso de instruções alternativas para a descrição de partes dos componentes, como a descrição multinível, ou a forma abreviada de uma nota de conteúdo, etc. (IFLA, 2003).

3.2 ISBD Consolidada

Não há edições revistas das normas específicas, depois de todas as ISBDs publicadas terem sido consolidadas em uma única norma. Retornou-se para uma norma geral, ou seja, de certo modo, retornou-se ao ponto de partida, a ISBD(G).

Sobre esta mudança de direção, López Guillamón (2004, p. 145) comenta que, em 1998, a IFLA trabalhava no estudo da ISBD (M) concisa, com vista a estabelecer os dados bibliográficos mínimos com os registros redigidos pelas agências bibliográficas nacionais. Este procedimento foi paralisado à espera do final de trabalho do Grupo de Estudo dos FRBR. “As sucessivas revisões das ISBD e as consequentes alterações assumidas dos códigos de catalogação são, ao mesmo tempo, expoente da rapidez com que se produzem as mudanças catalográficas, e o testemunho de sua relativização, porque a realidade na catalogação vai mais depressa que os processos e normalização”.

Já, segundo Rios Hilários e Guerreiro (2011), o processo iniciou-se em 2003, quando o Grupo de Revisão das ISBD criou o Grupo de Estudos sobre a Futura Direção das ISBD, responsável pela análise de viabilidade sobre a unificação das normas, com o objetivo de facilitar a descrição dos recursos que compartilhem características de mais de um formato e contribuísse para o trabalho de manutenção e coesão das distintas normas.

Escolano Rodrigues e McGarry (2007) comentam a iniciativa de estabelecer correspondência entre a ISBD e FRBR. Este projeto foi encarregado a Tom Delsey, pelo ICABS (Aliança IFLA-CDNL para normas Bibliográficas), e o documento resultante foi aprovado pelo Comitê Permanente da Seção de Catalogação, em 9 de julho de 2004, com o título: *Mapping ISBD elements to FRBR entity attributes and*

relationships. O texto visou apresentar uma adaptação terminológica entre a ISBD e as entidades dos FRBR.

Segundo Delsey (2004), o seu trabalho se constituiu em uma tabela que buscou esclarecer a relação entre as ISBDs e o modelo FRBR mapeando cada um dos elementos específicos da Norma com o seu atributo de entidade correspondente ou relação, conforme definido no modelo FRBR. O mapeamento abrangeu todos os elementos especificados nos contornos nas últimas edições aprovadas das ISBDs a partir de julho de 2004. Os elementos analisados compreenderam as que constam do esboço da ISBD (G) para as áreas 1, 2, 4, 5, 6, e 8, assim como elementos específicos para a área 3 (área específica para o tipo de material ou de recurso) nas edições atuais da ISBD (CM), ISBD (CR), ISBD (ER) e ISBD (PM). Os elementos analisados na área 7 (área da nota) cobriram os tipos específicos de notas identificadas nas ISBD individuais.

Entretanto, por ser um modelo conceitual de alta abstração, optou-se pela manutenção da terminologia das ISBD e criou-se um documento isolado que as relacionasse com os FRBR. Ademais, o Grupo de Revisão introduziu mudanças terminológicas nas ISBD, dentre estas, por exemplo, conta a substituição dos termos: item, exemplar e publicação, pelo termo **recurso**. Em 2005 o Grupo de Estudos sobre a Futura Direção das ISBD conclui ser viável criar uma ISBD Consolidada, tendo publicado um texto preliminar em 2007. (ESCOLANO RODRIGUES E MCGARRY, 2007).

3.1.2 ISBD Consolidada e a área 0

Em 2009 foi proposta a criação da Área 0 (área de forma do conteúdo e do tipo de mídia), que objetiva solucionar os problemas relativos à Designação Geral de Material – DGM, encontrados nas edições preliminares da ISBD. Em 2010 desenvolve-se um esboço da edição definitiva da ISBD definitiva. (RIOS HILARIO e GUERREIRO, 2011).

Finalmente, em 2011, foi publicada a primeira edição da ISBD consolidada, que continua ainda em discussão.

A área 0 indica no começo da descrição tanto a forma ou formas na qual se expressa o conteúdo do recurso, como o tipo ou tipos de mídias utilizadas. Em relação ao primeiro elemento, da forma de conteúdo (imagem, música, texto, etc.), pode-se detalhar um ou mais qualificadores, segundo trata de especificar o tipo de conteúdo (cartográfico, anotado, executado), o movimento (movimento, fixo), a dimensão (duas dimensões, três dimensões), os sentidos (visual, tátil, etc.).

Quanto ao tipo de mídia, os termos são extraídos de uma lista terminológica (áudio, eletrônico, microforma, etc.). Outra prescrição recomenda fornecer os qualificadores sempre que conteúdo apresentar-se em diferentes formas e, ainda que o recurso não requeira nenhum tipo de mediação, há que indicar o elemento no registro, utilizando o termo: sem mediação. Na tabela 01 é exemplificado um registro de livro.

Tabela 01 – Descrição de Livro – ISBD Consolidada

Área 0	Texto (visual): sem mediação
Área 1	Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil / organizadoras Lena Lavinias, Liana Maria da Frota Carleial, Maria Regina Nabuco; autores, Cassio Frederico Camargo Rolim. .. [et al.]
Área 2	
Área 3	
Área 4	São Paulo: HUCITEC, 1993
Área 5	205 p.; 23 cm
Área 6	(Geografia: teoria e realidade; 19)
Área 7	Coedição com a ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. – Apoio FINEP.
Área 8	ISBN 85-271-0221-8

Fonte: Exemplo extraído de: Antonia Memória. Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2r em MARC21. 3ª ed. Brasília: Do Autor, 2006.

A ISBD incorpora novas mudanças, mas simplifica a catalogação de recursos que compartilham características comuns por meio de um formato. Integra os registros de ontem com os de hoje.

4. Conclusão

O texto apresenta um resumo histórico da ISBD para sinalizar que as normas de que é composta não se desenvolveram de forma isolada. Foram frutos dos estudos realizados pelos vários grupos de trabalho criados especificamente para concepção de cada norma ISBD a fim de adequar-se às mudanças dos documentos bibliográficos e seus efeitos no universo catalográfico. O resultado final destes estudos, manifestado na ISBD consolidada, exemplifica o esforço de décadas no aprimoramento dos instrumentos descritivos para o controle e intercâmbio mundial dos registros bibliográficos. Apesar da dificuldade que é o manuseio de um código com centenas de páginas, e com complexidade na localização das regras aplicadas aos materiais específicos.

Referências:

- Ríos Hilario, A. B.; Guerreiro, J. La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de los recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER). **Scire**, vol. 17, n.1, p. 41-48, 2011.
- IFLA Cataloguing Section and ISBD Review Group. **International Standard Bibliographic Description**. Disponível em: <http://goo.gl/qe2h8g>. Acesso em 10/06/2013
- Cunha, M. L. M. da. ISBD: origem, evolução e aceitação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, vol. 12, n. 1/2, p.7-14, Jan./Jun. 1979
- IFLA. **ISBD (M): International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications**. Revisão

2002. Disponível em: <http://goo.gl/S6MZSC>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (G)**: General International Standard Bibliographic Description. Revisão 2004. Disponível em: <http://goo.gl/EOKGGz>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (CM)**: International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials. Edição Revisada. Londres, 1987. Disponível em: <http://goo.gl/kxH9OD>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (CR)**: International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources. Revisão 2002. Disponível em: <http://goo.gl/h0QoLs>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (ER)**: International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources. München, 1997. Disponível em: <http://goo.gl/jeBQOn>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (NBM)**: International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials. Edição revisada. Londres, 1987. Disponível em: <http://goo.gl/18Gj43>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (A)**: International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian). 2 ed. revisada. 1991a. Disponível em: <http://goo.gl/c066fO>. Acesso em: 11/02/2015.
- IFLA. **ISBD (PM)**: International Standard Bibliographic Description for Printed Music. 2 ed. revisada. London: K.G.Saur Munchen, 1991b. Disponível em: <http://goo.gl/Ub2hTq>. Acesso em: 11/02/2015.
- IFLA. **Guidelines for the application of the ISBDs to the description of Component Parts**. Washington, D.C.: Cataloging Directorate, Library of Congress, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/bX9ORH>. Acesso em: 11/02/2015.
- Delsey, T. **Mapping ISBD elements to FRBR entity attributes and relationships**. IFLA, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/47Cgqp>. Acesso em: 11/02/2015.

Tópicos de Recursos Informativos: Descritiva e Informática

Documentação e Informática

O paradigma físico da informação, segundo James Gleick

Marcos Luiz Muheroni

1. Introdução

Um conceito fundamental no livro James Gleick, é a informação escrita: “desde os primórdios, a leitura é a apoteose da escrita”, porque isto significa que no conceito de informação estão inclusos aspectos da Ciência da Informação separados ou não, que são os aspectos cognitivos, físicos e sociais da informação, pois algumas vezes do ponto de vista do tratamento da informação, as questões semânticas de representação, transmissão e organização da informação, porém nem sempre estão explícitos num texto.

Para isto algumas leituras que são essenciais para compreender a questão da informação na Ciência da Informação são os conceitos de dado, informação e conhecimento, advindos do aspecto físico da informação a partir de leituras de Mackay (1969), Borko (1968) e Buckland (1991), são destacados entre alguns textos fundamentais desta área.

O desenvolvimento histórico feito por Gleick é bastante preciso, pois há nos capítulos centrais de seu livro onde mostra as relações entre dos trabalhos de Vannevar Bush, cujo problema informacional deveria ser algo a ser solucionado por máquinas, deixa de fazer uma leitura mais extensa do seu

trabalho “As we may think”, divulgado em 1945, e também está presente o trabalho de Norbert Wiener, mas a sua obra *Cybernetics or Control and Communication* (Wiener, 1948), publicada originalmente em 1948, não é precisamente mencionada, seguida do *Mathematical Theory of Communication* de Claude Shannon, prefaciado por Weaver, obra capital para o desenvolvimento dos capítulos centrais de Gleick.

Já a influência e ligação de Claude Shannon com Vannevar Bush, está claramente descrita por Gleick: “Shannon passou um verão trabalhando nos Laboratórios Bell e depois por sugestão de Vannevar Bush, trocou a engenharia elétrica pela matemática do MIT” (Gleick, 2013, p. 183), além das trocas com Alain Turing nos Laboratórios Bell.

O próprio nome deste capítulo, a partir do qual faremos a análise embora seja o meio do livro, é significativo para a área: “Novos fios, nova lógica”.

É significativa a ligação com Alain Turing, pai do modelo dos modernos computadores, uma vez que não podiam tratar dos próprios problemas, uma vez que eram projetos secretos, suas conversas nas refeições nos Laboratórios Bell, se desenvolviam em torno de problema vindos do Círculo de Viena, estabelecendo uma conexão com o desenvolvimento histórico da ciência, já que este círculo é referência, ambos discutiam sobre a questão do tratamento por máquinas (ou sistemas) dos problemas lógicos.

Tratando das questões levantadas por Hilbert, e Gödel no Círculo de Viena, e as relações do MIT e dos Laboratórios Bell, sob influência de Vannevar Bush e Norbert Wigner chega ao capítulo “A informação é física”, para depois mergulhar na enxurrada da Web.

2. Aspectos históricos, do pensamento da informação e da Ciência

Duas abordagens podem ser diferenciadas a partir da informação física, ou para usar uma denominação usada por Mackay (1969), informação estrutural que significa que pode ter um significado diferente dependendo do processo que a interpreta e segundo identifica a informação como Shannon a trata no sentido de informação seletiva, ou seja, calculada considerando o tratamento de mensagens dentro de um conjunto.

Este conceito é importante porque ele coloca tanto o tratamento de sinais (ou da informação) dentro de dispositivos de codificação e decodificação de mensagens, até os modernos processos da Web Semântica, corretamente classificados como tal.

Diferente das abordagens de Vannevar Bush, cujo problema da explosão informacional era algo a ser tratado por máquinas, até os trabalhos de Borko (1968) que afirma que informação é o objeto de estudo de uma ciência, e que esta tem como foco a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação e uso da informação, o que seria constitutivo da Ciência da Informação.

Mas esta Ciência teria ainda uma terceira abordagem fundamentadora, a de Buckland (1991) que propõe três abordagens para o a informação: “como conhecimento puro”, “como coisa”, passível de registro e compartilhamento, e, “como processo”, que é crítica porque haveria uma informação independente da pessoa, e assim vista apenas como fenômeno.

Tal tratamento permitiria ainda uma informação cognitiva, como vista por Belkin e Robertson (1976) prematuramente definida como informação cognitiva, pois o objetivo está expresso em outro trabalho de Belkin e Robertson (1976) segundo os quais o objetivo era “determinar o fenômeno fun-

damental de interesse da Ciência da Informação” relacionado à estrutura mais que um conceito, de aplicabilidade universal, visto que todas as coisas tem uma estrutura.

Assim propôs-se em um trabalho que é possível um tratamento fenomenológico-ontológico (GONÇALVES, MUCHERONI, 2012), uma vez que a informação pode ser vista como fenômeno, com uma estrutura e com significação ontológica e assim cognitiva humana.

A informação no sistema de Codificação e Decodificação de mensagens em dispositivos, pensados por Shannon e Turing e descritos por James Gleick é só em aparatos.

3. Ligando os fios e desenvolvendo uma lógica

Após apontar o desenvolvimento de também e telégrafos, e sua profunda influência nos meios de comunicação e na sociedade, o livro de Gleick mostra como estes fios vão se ligar e como a visão do jovem Claude Shannon é profundamente influenciada: “gostava da ideia dos códigos – não apenas dos códigos secretos, mas dos códigos num sentido mais geral, palavras ou símbolos substituindo outras palavras ou símbolos” (Gleick, 2013, p. 176).

Após contar a história da infância de Shannon na pequena cidade de Gaylord, seu interesse por matemática e códigos, ele foi para a Universidade de Michigan em 1932 e pouco antes de se formar em 1936 viu um anúncio de emprego para alunos de pós-graduação no *Massachusetts Institute of Technology*, o MIT, onde Vannevar Bush era o chefe do departamento de engenharia e procurava um assistente para sua máquina: Analisador Diferencial, nome dado muitos anos antes ao computador de Charles Babbage, também descrito no livro de Gleick, porém esta era diferente:

“Ao contrário da máquina de Babbage, esta não manipulava os números. Funcionava com base nas quantidades – gerando curvas, como Bush gostava de dizer,

para representar o futuro de um sistema dinâmico. Diríamos hoje que o aparato era analógico em vez de digital.” (Gleick, 2013, pg. 181).

Este aparato além de dispositivos comuns engrenagens e polias, haviam também dispositivos eletromecânicos que são os relés, e eles são os primeiros dispositivos a simularem bits, dígitos binários, inicialmente SIM e NÃO, e depois 0 e 1.

Esta é o primeiro fio de ligação entre a lógica mecânica e analógica com a binária, e foi por sugestão de Bush que Shannon foi estudar isto, “era uma conexão estranha de se fazer. Os mundos da eletricidade e da lógica pareciam distantes demais um do outro” e foi isto que fez Shannon estudar “a peculiar notação artificial da lógica simbólica, a ‘álgebra’ de Boole, podia ser usada para descrever circuitos” (Gleick, 2013, 181).

Uma influência ainda mais decisiva de Bush fará Claude Shannon trocar a engenharia elétrica pela Matemática do MIT, e passou um verão nos laboratórios Bell estudando esta álgebra “incomum” de símbolos, tentando também ligá-la a nascente engenharia Genética, influência de Norbert Wiener.

O modelo de Shannon continuou a ser influenciado por Vannevar Bush, que numa carta do início de 1939 sugere um modelo que seria o futuro modelo de Shannon:

“Tenho trabalhando intermitentemente na análise de algumas das propriedades fundamentais de sistemas gerais para a transmissão de informações, incluindo a telefonia, o rádio, a televisão, a telegrafia, etc. Praticamente todos os sistemas de comunicação podem ser representados pela seguinte fórmula geral” (Gleick, 2013, pg. 184), e a fórmula é uma primeira ideia do modelo emissor-receptor de Shannon.

É importante notar que Vannevar Bush está falando de dispositivos de transmissão, e, portanto trata-se de informa-

ção nos dispositivos, e também o modelo de Shannon será isto.

Aqui pode-se retornar ao nosso raciocínio inicial em que desenvolve este trabalho, a ligação com a escrita e que a partir deste ponto liga-se a lógica:

“A invenção da escrita, catalisou a lógica, tornando possível raciocinar a respeito do raciocínio – trazer diante dos olhos um encadeamento de ideias para um exame atento – e então, tantos séculos mais tarde, a lógica era reanimada com a invenção de máquinas capazes de trabalhar a partir de símbolos. Na lógica e na matemática, as formas mais elevadas de raciocínio, todas as peças pareciam estar se encaixando” (Gleick, 2013, pg. 185), e esta era a meta também de Bertrand Russel e Alfred North Withehead.

A ideia por trás deste raciocínio é desde sempre até Vannevar Bush, que estaríamos encontrando uma maneira de codificar o pensamento, e neste ponto aquilo que ocorre com a informação nas pessoas seria exatamente igual se conseguíssemos codificar o pensamento:

“Esse fugidio objetivo foi buscado por Boole, e, antes dele, por Babbage, e muito antes de ambos por Leibniz, e todos acreditavam que a perfeição do raciocínio poderia advir da codificação perfeita do pensamento” (Gleick, 2013, pg. 186).

Mas a construção de um sistema hermeticamente fechado foram aos poucos apresentando contradições, os paradoxos desenvolvidos por Bertrand Russel já denunciavam isto, mas foi Kurt Gödel que formulou que qualquer teorema pode ser demonstrado por regras mecânicas, assim formuladas:

“Qualquer teorema: pois o sistema era completo, ou afirmava sê-lo. Regras mecânicas, pois a lógica operava inexoravelmente, sem espaço para as variações da interpretação humana. Seus símbolos tinham sido exauridos de significado.

Qualquer pessoa poderia verificar uma comprovação passo a passo simplesmente seguindo as regras, sem compreender o processo” (Gleick, 2013, pg. 190).

E sendo um sistema completo, haveria afirmações que não podem ser comprovadas nem desmentidas, assim haveria verdades que não podem ser comprovadas.

Gödel era um dos membros do círculo de Viena, e proporia um sistema cujo alfabeto é unicamente feito por números, como a *Characteristica universalis* inventada por Leibniz anos antes, e um jovem chamado John Von Neumann ouvindo-o compreendeu de imediato.

Von Neumann trabalharia mais tarde no modelo do primeiro computador.

4. Um cérebro mundano e a Teoria Física da Informação

Gödel foi um dos membros do círculo de Viena, e propôs um sistema cujo alfabeto era unicamente feito por números, como a *Characteristica universalis* inventada por Leibniz séculos antes, e um jovem chamado John Von Neumann ouvindo-o compreendeu de imediato.

No período de guerra Alain Turing e Claude Shannon se encontravam nos Laboratórios Bell, ambos em projetos secretos, o primeiro para decodificar o código da máquina Enigma, capturada dos nazistas, e o segundo numa máquina de codificação, chamada de Sistema X, assim descritos no livro:

“dois pensadores de mentalidade parecida, Claude Shannon e Alan Turing, reuniam-se diariamente na hora do chá no refeitório dos Laboratórios Bell sem nada dizer um ao outro a respeito do próprio trabalho, pois se tratava de algo secreto” (Gleick, 2013, p. 212).

Ao trabalharem em duas máquinas de função diferente, o modelo embrionário de Shannon, já sugerido por Van-

nevar Bush, tomava uma forma mais definitiva, mas permanecia ligado às máquinas, e estas cada vez mais próximas ao modelo dos computadores atuais.

Questões como seriam as máquinas capazes de pensar, e o problema de Gödel se a matemática seria consistente, e todos os problemas seriam recidíveis, o que significa que seriam passíveis de serem tratados por máquina.

O próprio problema de Gödel foi considerado por ele, resolvido por Alain Turing, escrito assim em nota de rodapé de Gleick: “Foi só com o trabalho de Turing que se tornou completamente claro que minha demonstração se aplica a todos os sistemas formais que contenham a aritmética” (Gödel e Nagel apud Gleick, 2013, p. 215).

Não só o problema de questões computáveis estava resolvido e também o sistema de codificador/decodificador de mensagens de Shannon, mas a ideia que isto poderia resolver os problemas como um cérebro eletrônico foi descartado por Turing de forma irônica:

“Não estou interessado em desenvolver um cérebro *poderoso*. Busco apenas um cérebro *mundano*, algo parecido com o presidente da American Telephone & Telegraph Company” (Gleick, 2013, pg. 213) citado com referência a Hodges (1992).

O que pode ser deduzido desta frase é que a questão se a máquina pode pensar, não apenas fazer raciocínios lógicos que podem ser expressos em regras, modelo desenvolvido por Turing, mas pensar abstratamente e subjetivamente não estava em questão, ao menos neste momento.

5. Releitura de algumas questões conceituais

A abordagem objetiva tem convergência com os pensamentos de Vannevar Bush, para o qual o problema da explosão informacional é algo a ser solucionado por máquinas, já Borko (1968) vai além e diz que a informação é objeto de es-

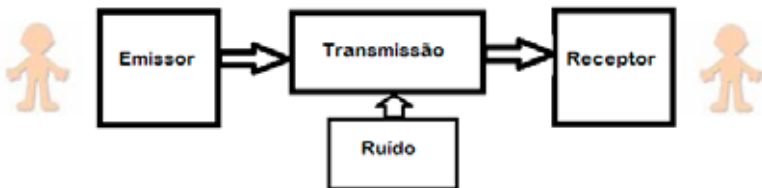
tudo de uma ciência (Ciência da Informação) que tem como foco a produção, a seleção, a organização, a interpretação, o armazenamento, a recuperação, a disseminação, a transformação e o uso da informação.

Michael Buckland apresentou em 1991 três abordagens para uso das expressões: “informação como conhecimento puro”; “informação como coisa”, registro sobre meio físico passível de compartilhamento; “informação como processo”. Essa conotação de informação como coisa teve várias críticas, ao permitir a ideia da informação independente da pessoa, tornando-a somente coisa.

Alguns autores afirmam que esta informação seria vista como fenômeno, isto é assim numa interpretação idealista, uma vez que para Kant, fenômeno é o que não pertence ao objeto em si mesmo enquanto que a fenomenologia desenvolvida por Husserl, o fenômeno é a relação entre sujeito e objeto, ou seja, como se constitui o conhecimento.

Assim numa perspectiva fenomenológica embora seja possível separar a informação num dispositivo, da informação como conhecimento no ser, não é possível pensar que esta informação embora não tenha a significação do sujeito, ao ser transmitido ela retorna a significação, e o problema de Shannon era como ela poderia ser transmitida, de forma que chegando a decodificação recupere-se totalmente, e assim pode ser completado o seu sistema como:

Figura 1 – O sistema emissor-receptor completo (Fonte: o próprio autor)



Assim o sistema de Shannon deve ser visto como tendo o sujeito-cognoscente externo capaz de dar significação a mensagem, mas sendo tanto o emissor quanto o receptor, partes do dispositivo, e assim “sem significação”.

Tentar olhar o sujeito como emissor e receptor é um reducionismo que pode confundir o propósito de Claude Shannon, que era entender como poderia tratar esta informação “sem significação” em dispositivos, sem perder o conteúdo da informação na transmissão.

6. Considerações finais

Os problemas e aspectos tratados no laureado livro de James Gleick, que ganhou o prêmio da Royal Society com o prêmio anual para o melhor livro de ciência, conecta os fios da história da informação com os problemas científicos enfrentados, na década de 40, ligando personagens como Vannevar Bush, Claude Shannon, Alain Turing e até mesmo Von Neuman.

O livro desvenda como questões históricas do pensamento científico que vieram à tona no Círculo de Viena, se ligam ao modelo de comunicação de mensagens de Shannon, e aos problemas que levaram Alain Turing a propor um modelo para uma máquina capaz de computar problemas solúveis, resolvendo a questão proposta por Kurt Gödel no Círculo de Viena de como resolver problemas formais, início teórico dos modelos dos computadores modernos.

A compreensão da informação como fenomenológica, une-a ao ser e torna o modelo de Shannon específico aos dispositivos, embora passível de tratamento semântico.

Referências

BELKING, N.J., ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information**, JASIS, v. 27, n. 4, p. 197-204, Julho/

- Ag, 1976.
- BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, ABI/INFORA. M Globalpg, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan.1968.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 45, n. 5, p. 352-360, 1991.
- GONÇALVES, R.A.; MUCHERONI, M.L. Questões epistemológicas sobre o aspecto ontológico-fenomenológico da informação: a intencionalidade e a representação. In: XIII ENANCIB, 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.
- GLEICK, J. A Informação: Uma história, uma teoria, uma enxurrada, Tradução: Augusto Calil, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HODGES, A. Alain Turing: the enigma. Londres: Vintage, 1992.
- MACKAY, Douglas. Information, Mechanism and Meaning. Cambridge, MA: MIT Press, 1969.
- WINER, N. Cybernetics: or the control and communication in the animal and the machine. Massachussets: Massachusetts Institute of Technology Press, 1948.
- SHANNON, C. The mathematical theory of communication. Urbana: University of Illinois Press, 1949, 117.

Sobre os Autores

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos

Professora-Doutora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências da Informação (PPGCI/USP), Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM/USP). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (ECA/USP). Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). Assessora acadêmica do Vocabulário Controlado da USP. E-mail: cibelear@usp.br.

Charlley dos Santos Luz

Professor dos cursos de Pós-Graduação em Gestão de Documentos de Arquivo e Gestão da Informação Digital da Escola Pós-Graduada da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Estagiário PAE e Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). Especialista em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação (FESPSP). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como consultor. E-mail: charlleyluz@gmail.com.

Denysson Axel Ribeiro Mota

Professor substituto na Universidade Federal do Cariri, Ce. Estagiário PAE e Doutorando em Ciência da Informação (PPGCI-USP), Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Especialista em Análise de Testes no Projeto de Residência em Software (CIn/UFPE), Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade Tiradentes. Foi professor substituto da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: denysson@usp.br

Francisco Carlos Paletta

Professor-Doutor no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Pós-Doutorado pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Doutor em Tecnologia Nuclear (USP), Mestre em Engenharia de Produção (UNIP), Mestre em Gestion de l'Information et de la Connaissance (Universite Paul-Valery Montpellier III/França). MBA em Marketing pela FEAUSP, MBA em Altos Estudos de Estratégia e Geopolítica (FAAP), Bacharel em Engenharia Elétrica (FEI). Coordenador do Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação (ECA/USP). E-mail: fcpaletta@usp.br

Francisco Lopes Aguiar

Professor do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da FESPSP. Estagiário PAE e Doutorando em Ciência da Informação (PPGCI/ECA/USP). Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP. Atua como consultor. E-mail: flopesprotege@yahoo.com.br

Giovana Deliberali Maimone

Professora-Doutora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/USP), Mestre em Ciência da Informação pela PUC de Campinas, SP. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). E-mail: gd-maimone@usp.br

Ivete Pieruccini

Professora-Doutora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicações (PPGCOM-USP). Bacharel em Biblioteconomia (ECA/USP). Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). Coordenadora do Colaboratório de Infoeducação – Colabori- (ECA/USP). E-mail: ivetepie@yahoo.com.br

José Fernando Modesto da Silva

Professor-Doutor no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Pós-Doutorado pela Universidade Carlos III de Madrid (Espanha), Doutor em Ciências da Comunicações (PPGCOM-USP), Mestre e Bacharel em Biblioteconomia pela PUC de Campinas, SP. Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). Membro dos Grupos de Pesquisa: Centro de Pesquisa e Tecnologia de Produção Científica (CPTPC/ECA/USP); e Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação, da Universidade de São Paulo. E-mail: fmodesto@usp.br

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Professora-Doutora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Doutora em Ciência da Informação (PPGCI-USP), Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM-USP), Bacharel em História (FFLCH-USP) e Licenciada em História (FE-USP). Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). Autora, entre outros, de *Corpos Indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica*; *Nossos Comerciais*,

por favor!; Biblioteca escolar e circuitos culturais. E-mail: mbol.lucia@gmail.com

Marcos Luiz Mucheroni

Professor-Doutor no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Doutor em Engenharia Elétrica (Poli/USP), Mestre em Engenharia Mecânica (EESC/USP). Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). Coordenador do Centro de Pesquisa e Tecnologia de Produção Científica (CPTPC). E-mail: mucheroni.marcosl@gmail.com

Marivalde Moacir Francelin

Professor-Doutor no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Doutor em Ciência da Informação (PPGCI-USP). Mestre em Ciência da Informação pela PUC de Campinas, SP. Bacharel em Biblioteconomia pela UNESP de Marília, SP. Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). E-mail: marivalde@usp.br

Nair Yumiko Kobashi

Professora Livre-Docente no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação (PPGCOM/USP), Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM/USP), Bacharel em Jornalismo (USP), Bacharel em Biblioteconomia (USP). Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECAUSP). E-mail: nykobash@usp.br

Vânia Mara Alves Lima

Professora-Doutora no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação (PPGCOM-USP), Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM-USP), Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (ECA/USP). Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPG-CI/ECAUSP). E-mail: vamal@usp.br

Waldenyr Caldas

Professor Titular no Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Doutor, Mestre e Bacharel em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM). Professor convidado e conferencista da Universidade Joseph Fourier em Grenoble, França. Diretor da ECA/USP (2001-2005). E-mail: waldenyr@usp.br

O livro “*Tópicos para o Ensino de Biblioteconomia: volume I*” tem por objetivo contribuir com a área da biblioteconomia e documentação, no que se refere ao ensino e formação profissional de bibliotecários. Em um exercício de responsabilidade acadêmica os autores, deste livro, apresentam conteúdos dos programas de disciplinas lecionadas no curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. A proposta reflete a lógica de que qualquer esforço com foco na qualidade do ensino de biblioteconomia bem como valorizar o apoio e o enriquecimento provido pela pesquisa. Os onze textos reunidos neste volume abordam temas como teorias da ação cultural, o acesso e uso da informação, a perspectiva disciplinar da informação, educação e conhecimento, a indexação enquanto teoria e método, a documentação audiovisual, a organização de arquivos, o fichamento como método, a pesquisa na Ciência da Informação, o paradigma físico da informação, e a evolução da ISBD. Os textos não esgotam os temas tratados e a proposta dos organizadores é desenvolver uma obra aberta e contínua, que deve incluir tópicos atualizados e inerentes aos desafios da biblioteconomia no século XXI.

ISBN – 978-85-7205-142-2

